

A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO CONCELHO DO SEIXAL E O DESAFIO DA CONVERSÃO DAS ANTIGAS ÁREAS INDUSTRIAIS NA PERSPETIVA DA GESTÃO AUTÁRQUICA

Luísa Maria Ralo Barreiros Rua

Provas destinadas à obtenção do grau de Mestre em Gestão Autárquica-
Gestão e Administração – Versão Final

Maio de 2014



Instituto Superior de Educação e Ciências

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS

Provas para obtenção do grau de Mestre em Gestão Autárquica – Gestão e Administração

**A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO CONCELHO DO SEIXAL E O DESAFIO DA
CONVERSÃO DAS ANTIGAS ÁREAS INDUSTRIAIS NA PERSPETIVA DA GESTÃO
AUTÁRQUICA**

Autora: Luísa Maria Ralo Barreiros Rua

Orientadora: Professora Doutora Maria Ângela Dionísio

Maio de 2014

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Ângela Dionísio.

À minha mãe pelo seu apoio, pela presença, pelo carinho e pelo incentivo para chegar mais além.

E especialmente ao meu pai, cujo maior gosto, tenho a certeza, seria compartilhar este momento comigo e ficar com o peito cheio de orgulho.

Resumo

O rio Tejo sempre funcionou como elemento fundamental para o Seixal e foi ao redor da sua baía, que se fixaram várias unidades fabris que funcionaram como grandes impulsionadoras do desenvolvimento económico do concelho.

Até finais dos anos 80, em Portugal, e mais em concreto no concelho do Seixal, as profissões ligadas à indústria tiveram um papel muito importante na vida das pessoas que aqui habitavam. Mas nas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI, o concelho foi atingido por graves processos de desindustrialização apanhando de surpresa aqueles que viam na indústria um modo de vida para o futuro.

Muitas atividades do ramo industrial do concelho fecharam portas e deixaram vazios industriais que afetam diariamente toda a população residente. Estes locais, vazios de indústria, de atividades e de sentimentos, representam para muitas pessoas uma vivência de tempos áureos. Estas pessoas vindas de vários pontos do país, que se instalaram no concelho precisamente devido ao processo de industrialização verificado nas décadas de 60 e 70, urgem por respostas relativamente às causas da desindustrialização verificada e merecem que esses locais sejam valorizados pelo que já representaram.

Este trabalho pretende descrever a forma como a atividade industrial influenciou as gentes do concelho do Seixal, antes, durante e após a implantação de indústrias que o marcaram, perante Portugal e o mundo, como um concelho de referência a nível industrial.

Constitui principal objetivo desta investigação entender de que forma as entidades autárquicas têm atuado para qualificar, reconverter, reintegrar e valorizar económica, ambiental e socialmente essas áreas.

Palavras-Chave

Industrialização, desindustrialização, instrumentos de gestão autárquica, planeamento

Abstract

The Tagus River has always been a key element to Seixal and it was around its bay that several factories settled and worked as driving forces to the economic development of the county.

Until the late 80s, in Portugal, and more specifically in Seixal, industrial professions played an important role in the lives of the people who lived here. But in the last decades of the twentieth century and the first decade of this century, the county suffered severe deindustrialization and those who saw in industry a means of living for the future, were unexpectedly caught by a different reality.

Many activities in the industrial sector of the county closed doors and left empty industrial buildings affecting all residents. These places, empty of industry, activities and feelings, for many people are a memory of good times. These people, who came from several places of Portugal, who settled in Seixal precisely due to the industrialization process occurred in the 60s and 70s, need answers to the causes of the process of deindustrialization.

This paper aims to describe how industrial activity has influenced the people of Seixal before, during and after the implementation of the industries that have shown Portugal and the world the importance of Seixal as a reference in what concerns manufactory.

But the main objective of this research is to understand how the local authorities have been working to qualify, economic, environmental and socially these areas.

Key-Words

Industrialization, deindustrialization, instruments of municipal management, planning

Índice geral

1	Introdução	1
1.1	Relevância do tema	2
1.2	Âmbito da Investigação e objetivos	3
2	Revisão da literatura/ Estado da arte	4
3	Abordagem Metodológica	9
4	A Industrialização	12
4.1	A Indústria na Europa	14
4.2	A Indústria em Portugal Continental	32
4.3	Enquadramento do setor industrial na Península de Setúbal	43
4.4	A indústria no Seixal	45
5	Análise socioeconómica do processo de desindustrialização	58
5.1	Os últimos 30 anos - Aspetos gerais	58
5.2	A realidade vivida atualmente no Seixal	66
6	O papel da autarquia	68
6.1	Políticas adotadas no Seixal	69
6.2	Políticas adotadas na Europa	80
6.3	Será este um processo inevitável?	86
7	Aplicação de entrevistas semi-direcionadas	89
7.1	O que pensam os especialistas	90
7.2	A visão de antigos funcionários de indústrias do concelho	100
8	Conclusões e Reflexão	101
	Referências	105
	ANEXOS	110

Índice de gráficos

Gráfico 1: Composição do Emprego na UE 27 em 2011	37
Gráfico 2: Percentagem de população empregada no Continente, na Península de Setúbal e no Seixal	65
Gráfico 3: População empregada por setor de atividade (em % do total nacional) na Região de Lisboa	66
Gráfico 4: Percentagem da população empregada no Seixal por setor de atividade em 1960 e 2011	67
Gráfico 5: Estimativa da Evolução da população residente na região de Lisboa até 2060	88

Índice de tabelas

Tabela 1: Estrutura da população empregada por setores	38
Tabela 2: População residente no município do Seixal, Península de Setúbal, AML e em Portugal Continental (1981-2011)	46
Tabela 3: População empregada segundo os censos: Total e por setor de atividade.....	64
Tabela 4: Matriz de Intervenção: respostas aos problemas de desindustrialização.....	70
Tabela 5: Projeções da população em Portugal e na UE 27	88
Tabela 6: Síntese das opiniões do painel de especialistas entrevistados pelo jornal Público sobre o tema (re)industrialização	91

Índice de Fotos

Foto 1: Vista aérea do Seixal.....	45
Foto 2: A Fábrica de cortiça Mundet & C. ^a , Lda.....	48
Foto 3: Placas indicativas das instalações da Siderurgia Nacional e da empresa Baía do Tejo S.A., na atualidade	51
Foto 4: Imagem atual da Siderurgia Nacional	52
Foto 5: Vista aérea de parte da Baía do Seixal com respetivos aglomerados urbanos...	72
Foto 6: Publicitação da comparticipação da remoção de resíduos depositados em territórios da ex-Siderurgia Nacional no âmbito do QREN	73

1 Introdução

Desde o século XIX que o Seixal é procurado como local de eleição para a instalação de atividades industriais, sendo que, as primeiras fábricas que lá se fixaram constituíram intervenções dispersas usufruindo da proximidade do acesso fluvial através do Tejo.

Na segunda metade do século XIX, instalaram-se no concelho indústrias de setores variados como os lanifícios, os vidros, os curtumes e os produtos químicos e na primeira metade do século XX, foram as unidades fabris dedicadas à transformação de cortiça e de preparação de peixe as atraídas para o Seixal.

O rio Tejo sempre funcionou como elemento estruturante fundamental para o Seixal e foi em torno da sua baía que se fixaram uma série de unidades fabris, grandes impulsionadoras do desenvolvimento económico do concelho, como por exemplo a fábrica de vidros da Amora, a Companhia de Lanifícios da Arrentela, a fábrica de cortiça Mundet, as secas do bacalhau na Ponta dos Corvos, a Siderurgia Nacional que conjuntamente com a construção da Ponte 25 de Abril, permitiram uma grande explosão demográfica e um considerável desenvolvimento económico e social no concelho do Seixal a partir de meados do século XX.

No entanto, nas últimas décadas daquele século e na primeira década do século XXI, algumas regiões de Portugal e do Seixal em particular, foram atingidas por um processo de desindustrialização fruto das grandes alterações ao nível das políticas industriais que ocorreram de forma mais visível em virtude da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986. O declínio na atividade e no emprego industrial verificados a partir desta altura, fazem contudo parte de um processo mais complexo associado à terciarização das economias, processo este indissociável da atual globalização verificada, tema que será aprofundado adiante nesta dissertação, e que se tem refletido de forma negativa no bem-estar da população e no desenvolvimento da região.

Ao longo dos tempos, o tecido económico, marcadamente monofuncional, foi progressivamente sujeito a crises sucessivas que fizeram com que o setor industrial fosse perdendo expressão. Os espaços outrora ocupados por grandes unidades

industriais encontram-se agora em pleno processo de requalificação urbana, tendo por objetivo, entre outros, o de consolidar o lugar de destaque do concelho na hierarquia da rede urbana da sub-região da Península de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa. Nestes processos de reconversão surgem questões como as seguintes: O que fazer? Como se pode recuperar a frente ribeirinha deste concelho? Como é que se pode garantir que estes espaços se tornem qualificados e sustentáveis? E mais importante ainda, o que estão os Órgãos Autárquicos fazer no que respeita à conversão e requalificação das antigas áreas industriais, à sua reintegração no território e à sua valorização socioeconómica?

1.1 Relevância do tema

Numa fase em que os políticos europeus avançam com discursos apelando à reindustrialização da Europa como um possível caminho para amenizar os efeitos da crise, potenciando criação de emprego, a geração de investimento, e a inovação, é igualmente importante compreender as causas da perda de peso da indústria na economia, manifestada em Portugal com alguma discrepância temporal relativamente aos outros países da Europa.

Mais concretamente pretende-se neste trabalho compreender, de que modo a desindustrialização no Seixal afetou a realidade social, económica e cultural desta localidade identificada desde a década de 60 com o setor industrial, altura em que lá se instalou a Siderurgia Nacional bem como toda a comunidade siderúrgica que se constituiu à sua volta. Para além disso, a pertinência deste tema vai também ao encontro da recente “Lei da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica” que afetará a forma como os Órgãos Autárquicos lidarão com esta situação. Importa no entanto perceber o que até aqui foi desenvolvido pelos vários intervenientes no que à reorganização dos espaços outrora afetos à indústria diz respeito.

1.2 Âmbito da Investigação e objetivos

Foi a partir da segunda metade do século XIX que se começou a verificar um significativo surto de desenvolvimento económico industrial com a instalação de várias unidades fabris no Seixal e que contribuíram para que, até aos dias de hoje, o Seixal seja conotado como uma localidade ligada ao sector industrial.

Atividades económicas como a agricultura, a pesca, a moagem e a construção e reparação naval, até meados do século XX, tiveram uma grande importância. Mas foram as atividades do sector corticeiro e siderúrgico que mais contribuíram para impulsionar a explosão demográfica e o desenvolvimento económico e social do concelho.

As centenas de pessoas oriundas do interior de Portugal que foram atraídas pelas oportunidades de trabalho criadas com a instalação da Siderurgia Nacional na década de 60, que se instalaram e formaram famílias em vários pontos do concelho, fizeram parte de uma realidade muito próxima daquela vivenciada pela autora.

Contudo, depois da década de 80, muitas empresas abrandaram a sua atividade sendo que muitas acabaram mesmo por encerrar, levando ao processo de desindustrialização do concelho do Seixal, processo esse, base da investigação deste trabalho.

Nessa medida, analisar, perceber e explicar o processo de desindustrialização no concelho, bem como indagar o que foi feito pelas entidades autárquicas para atenuar os impactos negativos desse processo a nível social e económico, seria importante até para atenuar o sentimento de revolta que para muitos ainda persiste.

São três os principais problemas da investigação em curso, nomeadamente, a) saber quais as estratégias que podem ser utilizadas para reanimar económica e socialmente um concelho, que como o Seixal, sofreu um processo de desindustrialização (sendo para isso necessário compreender as suas causas e consequências, adiante especificadas), b) saber se a *reindustrialização* é a estratégia mais adequada para esse fim e, finalmente: c) saber de que modo pode uma autarquia local agir e intervir para contribuir para a resolução do problema.

Descreve-se nesta Tese, no capítulo 4, o processo de industrialização verificado na Europa, em Portugal, na Península de Setúbal e no Seixal. Esta descrição, porventura

muito minuciosa em termos cronológicos no que respeita à fase da industrialização na Europa, pretende enquadrar temporal, económica e socialmente todo o processo que culminou na desindustrialização ocorrida em várias regiões do mundo, e em concreto em Portugal. Analisa-se depois, de forma mais aprofundada e tentando responder aos problemas da investigação, o processo de desindustrialização que ocorreu especificamente no concelho do Seixal.

Um dos objetivos concretos desta Tese é investigar se o modelo de desenvolvimento baseado na reindustrialização será o mais adequado para o concelho e qual seria o papel da gestão autárquica na definição e implementação de uma estratégia desta natureza. Outro objetivo é investigar as articulações e implicações da estratégia autárquica ao nível do ordenamento do território e da sustentabilidade.

2 Revisão da literatura/ Estado da arte

A desindustrialização é um tema que emerge na literatura económica nos últimos 30 anos em virtude da tomada de consciência das consequências nefastas associadas à rutura dos processos de produção que levaram ao encerramento de muitas fábricas.

De uma forma ou de outra, com maior ou menor intensidade, muitas regiões na Europa e fora dela, têm sido alvo das consequências subjacentes aos processos de desindustrialização, verificados principalmente a partir dos anos 80 do século XX.

A forma como vários especialistas veem e analisam o fenómeno da desindustrialização diverge razoavelmente. Farto (2013), por exemplo, em entrevista ao jornal Expresso em 26 de março de 2013 refere a necessidade de uma reflexão aprofundada sobre a perda de posição da indústria enquanto resultado de um longo processo. Segundo este professor, é aceite que o progresso económico ande a par com o aumento do peso dos serviços no PIB. No entanto, tal realidade pode iludir a questão fundamental de um processo de desindustrialização verificado em Portugal, que se associa à perda de importância relativa dos setores de bens transacionáveis com o consequente desequilíbrio estrutural da economia.

Para este autor, uma economia como a portuguesa, não pode afirmar-se apenas como economia de serviços sem que os outros sectores produtivos, e muito especialmente o industrial, tenham um desenvolvimento considerável.

Há alguns autores que consideram a entrada na Comunidade Económica Europeia (CEE) como a causa principal do processo de desindustrialização verificado no nosso país.

Fernando Sequeira num artigo escrito para o jornal Avante, (Sequeira, 2012) acerca do tema reindustrialização, começa por criticar o facto de o Ministro da Economia de então, constatar o baixo nível de industrialização do país, mas não o processo de desindustrialização de cerca de 30 anos a que Portugal foi sujeito. Considera assim que não é possível alcançar o objetivo de reindustrialização sem aferir as causas que levaram ao processo de desindustrialização no país.

Para o autor, as causas da desindustrialização em Portugal, devem-se na sua base, às más condições de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), ao contínuo processo de privatizações, à estratégia dos novos grupos económicos, às características dominantes do investimento estrangeiro e à adesão ao euro. Sobre as medidas apontadas para o país recuperar os níveis de industrialização, mais concretamente, facilidades fiscais e administrativas concedidas às empresas, dinamização do setor mineiro e investimento estrangeiro, o autor considera não serem suficientes para promoverem o desenvolvimento industrial necessário ao nosso país.

Já Portela, (2009) rebate a ideia de as principais causas da desindustrialização apontadas serem as inovações tecnológicas e a globalização, afirmando que a tendência decrescente observada no emprego dos sectores industriais de baixa tecnologia não pode ser explicada sem se tomar em consideração os efeitos (diretos e indiretos) da integração de Portugal na CEE em 1986, a adesão ao Sistema Monetário Europeu e a participação no euro em 1999.

Na sua investigação o autor também sublinha a relação que existe entre o decréscimo do emprego na indústria e a apreciação da taxa de câmbio efetiva. Com base nas conclusões do estudo “Employment and Exchange Rates: the role of openness and technology” (Alexandre, et al., 2009), segundo o qual o emprego nos sectores mais expostos à concorrência internacional e com menor produtividade são os mais afetados

pelas variações da taxa de câmbio, Miguel Portela conclui que a diminuição do emprego na indústria entre 1988 e 2006 pode ter sido causada pela apreciação da taxa de câmbio real, uma vez que a economia portuguesa é muito aberta à concorrência internacional e assenta a estrutura produtiva em empresas de baixa tecnologia.

Também o estudo elaborado pela Federação Intersindical Fiequimetal, filiada na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), elaborado entre 2009 e 2011 (Fiequimetal, 2011), e que abrange as indústrias metalúrgicas, químicas, elétricas, farmacêuticas, celulose, gráficas, imprensa, energia e minas, conclui que de fato se tem vindo a acentuar o processo de desindustrialização nos últimos 15 anos. No entanto, e de acordo com este estudo, esse processo não se tem sentido na Europa de forma tão agressiva como em Portugal.

Este estudo, que refere o recuo da indústria na Europa em proveito das atividades de serviços, pondera este fato como se traduzindo numa desindustrialização, na medida em que a diminuição do valor acrescentado e do emprego na indústria, está relacionado, ainda que em parte, com mudanças na organização produtiva. As causas são as seguintes:

- Atividades anteriormente realizadas por empresas industriais passaram a ser realizadas por empresas de serviços;
- Maior recurso a subcontratação de origem externa sem que a empresa mãe perca o controlo da atividade produtiva;
- Deslocalizações de empresas para países fora da Europa, com custos de mão-de-obra mais baratos.

Em concreto no caso português, e ainda de acordo com o estudo da Fiequimetal, o recuo da indústria foi inquestionável uma vez que o desempenho industrial foi muito baixo, conduzindo ao decréscimo do seu peso no valor acrescentado gerado por toda a economia.

Mais recentemente, na sua intervenção no dia regional do engenheiro, sob o tema “Portugal – Uma nova centralidade logística” em Bragança, no dia 29 de Setembro de 2012, o Presidente da Associação Empresarial de Portugal, José António Ferreira de Barros, apontava como causa para a crescente desindustrialização verificada em Portugal, o afastamento do investimento de setores mais expostos à concorrência

internacional – setores transacionáveis da economia, como é por excelência a indústria transformadora – e o direcionamento para setores não transacionáveis, o que teve como consequência a séria penalização do setor secundário.

Esta redução do peso relativo da indústria transformadora na produção, traduz-se numa crescente desindustrialização. Para este engenheiro, como resultado da desindustrialização, as exportações portuguesas não cresceram tanto como deveriam e em consequência, a parcela total da produção portuguesa que é exportada não aumentou como seria desejável.

Já Mamede (2013), a propósito das ideias que vieram à comunicação social sobre reindustrializar o país, apresentou no seu blogue “Ladrões de Bicicletas”, cinco ideias sobre este tema. Para o economista, o conceito de reindustrialização, antes de mais nada, constitui um eficaz instrumento de comunicação, ainda que possa não vir acompanhada de qualquer estratégia coerente para o desenvolvimento do país. As suas cinco ideias consistem no seguinte:

- A desindustrialização não aconteceu só em Portugal, ou seja, a perda de peso na indústria transformadora no emprego, no produto ou nas exportações é uma realidade visível na generalidade dos países desenvolvidos nos últimos 40 anos;
- A desindustrialização observada nas economias desenvolvidas resulta da globalização neo-liberal, ou seja a liberalização das trocas internacionais de mercadorias e capitais, colocou em causa a obtenção de lucro relativa aos investimentos em atividades expostas à concorrência, como sejam as atividades industriais;
- A desindustrialização não tem de ser considerada um processo negativo. O autor explica que as atividades de serviços anteriormente desempenhadas no âmbito das atividades industriais, tornaram-se autónomas e passaram a ser contabilizadas como serviços. Além disso existe uma enorme variedade de setores ligados a novas tecnologias, informação e comunicação que detêm cada vez um maior peso em termos de emprego e de valor acrescentado e por último, a redução do peso da indústria é uma consequência expectável do aumento do nível de vida das pessoas em consequências destas afetarem maior parte dos seus rendimentos a atividades ligadas aos serviços, como sejam a educação, a cultura, a saúde e o lazer;

- O processo de desindustrialização em Portugal, assim como o de reindustrialização, não podem ser dissociados da sua integração na União Europeia.
- Para este autor, a reindustrialização faz pouco sentido como objetivo central da política de desenvolvimento e só tem sido divulgado nos últimos tempos, porque os bens industriais são responsáveis por quase três quartos das exportações, sendo que nesta medida, reforçar a indústria parece ser a medida mais eficaz. Discorda desta visão uma vez que os problemas ambientais resultantes da atividade industrial bem como a duvidosa sustentabilidade económica e social de algumas indústrias aconselham uma escolha ponderada sobre que tipo de indústria a apostar.

Para Vale (2005), a evolução negativa do emprego industrial em Portugal resulta da regressão da atividade nos principais focos industriais do país – Área Metropolitana de Lisboa (AML) e Área Metropolitana do Porto (AMP).

No caso concreto do Seixal, concelho com grande tradição a nível industrial, denotou-se a par da reestruturação industrial, uma deslocalização de estabelecimentos e o encerramento de unidades industriais, mas numa lógica setorial. É disso exemplo a crise das indústrias pesadas da siderurgia. É também possível identificar nesta zona, dinâmicas de âmbito territorial, nomeadamente, a expansão da função residencial e das atividades ligadas ao setor terciário (abordagem esta descrita mais adiante nesta tese).

No que respeita ao assunto em análise visto por autores estrangeiros, talvez os nomes que mais se destacam no estudo da desindustrialização são Rowthorn e Ramasmany. Estes autores, os dois em conjunto ou com outros autores, procederam à elaboração de muitos artigos e trabalhos relevantes cuja base de estudo foram as causas e as consequências da desindustrialização.

Rowthorn e Ramasmany (1998), concluem que a desindustrialização é explicada apenas por fatores internos às economias desenvolvidas. No entanto, acreditam que o comércio Norte-Sul contribuiu em média menos de 20% para o decréscimo relativo do emprego industrial das economias desenvolvidas. Além disso, o impacto do comércio Norte-Sul na desindustrialização tem-se operado essencialmente através do efeito estimulador da produtividade do trabalho no sector industrial das economias desenvolvidas. Para os

autores, o declínio do peso do investimento no PIB das economias desenvolvidas, apresenta-se também como fator de desindustrialização.

Kollmeyer (2009) é outro autor a destacar na análise do processo de desindustrialização que se tem verificado nos países desenvolvidos ao longo das últimas décadas.

Segundo ele, pesquisas anteriores, apontavam como causas da desindustrialização três fatores:

- O aumento do consumo e a sua propensão para aumentar a procura de serviços em detrimento de produtos manufaturados;
- Rápido crescimento da produtividade do setor secundário relativamente aos outros setores;
- Alargamento das relações comerciais entre o Norte e o Sul da economia global.

Fazendo uma análise a dezoito países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) entre 1970 e 2003, ele conclui que cada um daqueles fatores contribui significativamente para a desindustrialização e que o comércio global tem efeitos diretos e indiretos nos padrões de empregos das economias dos países desenvolvidos, mas que o maior efeito parece vir da cada vez maior afluência dos países do Norte cujos consumidores alteram os seus padrões de consumo de bens manufaturados para os serviços.

3 Abordagem Metodológica

Depois de definir o âmbito e objetivos desta dissertação procedeu-se à revisão de literatura visando: a) Contextualizar o estudo e fazer uma análise comparativa; b) Estabelecer prioridades para as pesquisas.

Para melhor compreender e analisar a temática em apreço foi adotada uma abordagem mista que combina a metodologia de investigação quantitativa com a qualitativa, dando-se no entanto primazia à última. Entende-se que esta abordagem tem vantagem por permitir alcançar uma leitura e interpretação mais inteligível da realidade em estudo.

A investigação qualitativa privilegia a compreensão dos problemas a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. Os dados recolhidos são predominantemente descritivos. Esta abordagem eminentemente interpretativa e holística permite alcançar uma leitura multidimensional da realidade, reveladora da sua complexidade.

Ou seja, privilegia-se a compreensão da temática do declínio industrial enquanto processo na perspectiva dos seus principais atores e interessados.

Nesta Tese tenta-se, precisamente, captar e analisar-se a perspectiva dos *stakeholders*.

As técnicas utilizadas nesta abordagem foram as seguintes:

- *Observação no terreno.*

A autora desta dissertação beneficia de um ângulo de observação privilegiado que decorre da dupla circunstância de sempre ter vivido no concelho e de trabalhar na autarquia local desse mesmo concelho. Ou seja, é conhecedora das realidades concretas nas suas várias dimensões.

- *Entrevistas semi-diretivas.*

Foi elaborado um guião, com um conjunto de tópicos ou perguntas a abordar na entrevista, embora nalguns casos tenha sido dada alguma liberdade ao entrevistado. Tem perguntas de resposta aberta e resposta fechada.

Tratam-se simultaneamente de entrevistas centradas na medida em que se cingem a um tema específico, visando recolher informação acerca do mesmo: é possível a comparação com a informação recolhida de outras entrevistas, sendo possível fazer posteriormente algumas generalizações. É especialmente adequada para estudar situações de mudança como a que se trata nesta dissertação.

Procurou-se recolher a opinião de investigadores/especialistas bem como dos atores sociais diretamente implicados no tema. O desenho do guião destas entrevistas, que constam dos Anexos 1 e 2, foi elaborado considerando vários objetivos:

- Averiguar fatos e/ou determinar a opinião acerca desses fatos;

- Contribuir para informar, contrariar ou confirmar os resultados (percepções) obtidos através da observação ou de outros meios (através de entrevistas aos principais atores diretos e indiretos);
- Determinar os sentimentos e os anseios das pessoas, nomeadamente nas entrevistas a antigos funcionários;
- Poderia também servir para verificar as hipóteses do estudo, embora esta valência metodológica não tenha sido integralmente aplicada nesta dissertação.

Foram entrevistados responsáveis da autarquia pela área do desenvolvimento estratégico, na pessoa da sua diretora, a chefe de divisão do Plano Diretor Municipal, a antiga chefe de divisão do Ecomuseu, na qual se insere a componente patrimonial e museológica em estudo.

Foram também entrevistadas pessoas diretamente ligadas à empresa Siderurgia Nacional, que no âmbito deste estudo tem um papel muito importante no que à desindustrialização do concelho diz respeito.

Era também pretendido entrevistar o professor Augusto Mateus, que tendo sido meu professor e estando ligado ao estudo das questões económicas sobre a desindustrialização, seria uma mais-valia para aferir as conclusões deste estudo. Infelizmente, nunca respondeu aos apelos efetuados.

Do mesmo modo, também se pretendia entrevistar o professor José Manuel Simões, cujo contributo, com base nos seus conhecimentos ao nível do território, seria fundamental para as conclusões deste estudo. Infelizmente, também não respondeu aos vários contatos escritos e telefónicos encetados.

É importante referir que foi sentida uma grande dificuldade no âmbito desta técnica utilizada, uma vez que o número de entrevistas recolhidas ficou muito aquém do esperado. Este fato limitou muito a análise das conclusões levando a que o estudo em causa tenha algumas limitações.

É no entanto de reconhecer que este trabalho, tendo em conta as ações ao nível do desenvolvimento económico que estão em curso na autarquia do Seixal, possa ter implicações positivas e possa servir de algum modo para sustentar essas ações.

- Análise documental de fontes primárias

Foram analisados estudos diversos sobre o tema da desindustrialização no Seixal, documentos relativos especificamente a Siderurgia Nacional, documentos produzidos pelos vários Executivos camarários ao longo dos anos nomeadamente as Grandes Opções do Plano e os Planos e Relatórios de Atividade.

O método do estudo de caso é levado a efeito quando, no âmbito do tema da desindustrialização, se particulariza o caso da Siderurgia Nacional no concelho do Seixal. Envereda-se, no capítulo 4.4. *A Indústria no Seixal*, pelo estudo completo ou aprofundado de uma empresa relevante no contexto geográfico do concelho em estudo, durante um longo de um período de tempo.

A partir do capítulo 6.2. *Políticas adotadas na Europa*, procede-se a um estudo comparativo com outras situações idênticas em contextos geográficos distintos: Sheffield, Leeds e Ostrava. Não foi todavia possível retirar ilações significativas, para o tema de estudo, dessa análise comparativa.

A análise quantitativa nesta dissertação é relativamente modesta. Parte-se da recolha de dados do INE e de outras fontes secundárias mais para complementar a análise qualitativa do que propriamente para prosseguir com um método de investigação que se orienta para a produção de proposições generalizáveis, com validade universal, resultante de um processo experimental, hipotético-dedutivo.

4 A Industrialização

A industrialização é um fenómeno relativamente recente, mas cujo desenvolvimento tem sido espantosamente rápido. A sua origem data da segunda metade do século XVIII, e localiza-se na Inglaterra. Enquanto fenómeno social, económico, político e geográfico teve várias fases, testemunhadas por diferentes heranças territoriais.

Segundo Stoffaes (1991) a industrialização é constituída por cinco fases. Da sua análise se depreende que numa fase inicial ainda artesanal, as indústrias localizavam-se em locais próximos das matérias-primas necessárias, e dedicavam-se aos mercados local e regional mas rapidamente os avanços tecnológicos, económicos e políticos, permitiram

uma expansão das indústrias, associadas ao espaço urbano global, onde conseguissem assegurar a sua competitividade máxima.

“A evolução da indústria é, com efeito, incessante. A renovação das técnicas faz-se simultaneamente por meio das invenções que se difundem pelo imperioso apelo que as novas necessidades do mercado representam. As técnicas novas, inventadas em laboratório e experimentadas em pequena escala, não tardam a ser aplicadas em larga escala; o produto fabricado graças a elas, desde que assegure uma boa rentabilidade, desenvolve-se e entra em concorrência com produtos similares” (Derruau, 1993, p. 51).

A industrialização é um fenómeno que dá origem a um cenário que tem como pano de fundo transformações muito profundas. A sua base ideológica (inaugurada por A. Smith, 1723-1790; J. Bentham, 1748-1832; e S. Mill, 1806-1873) coincide com a implementação do sistema capitalista, que assenta claramente em princípios económicos de racionalidade, competitividade e eficiência. Para o pleno funcionamento deste sistema é necessário, por um lado, uma liberalização das relações internacionais, (política do *Laissez faire* de A. Smith), afim de cada um explorar onde é mais barato e vender a um mercado amplo; e por outro lado, a globalização do planeta Terra, de forma a transpor barreiras, a diminuir o tempo de viagem e comunicações, a disseminar os mesmos princípios consumistas, que alimentam o sistema capitalista. Neste sistema a indústria seria o subsistema autorregulador que conseguia o equilíbrio de todos os esforços dispersos e desconexos dos indivíduos, guiados estes pelo incentivo do ganho pecuniário (Goitia, 1989, p. 155)

Para além das transformações económicas, políticas, ideológicas e técnicas, constata-se também a presença de um leque de transformações demográficas e sociais, que vão desde a passagem da fase dois para a fase três do modelo de transição demográfica, até à emancipação feminina, aumento dos divórcios, instauração das famílias nucleares, surgimento de problemas físicos e psicológicos ligados ao *stress* à alienação do trabalho, ao culto do prazer, à valorização do jovem e até à liberdade de expressão.

No espaço de pouco mais de dois séculos, instaurou-se uma cultura massificada e globalizada, que se debate na atualidade por fenómenos como a diversificação, fragmentação, personalização, territorialismos e patriotismos.

4.1 A Indústria na Europa

Iniciado no século XVIII, na Inglaterra, o processo de industrialização (ou Revolução Industrial)¹ traduziu-se, em sentido lato, num conjunto de modificações estruturais profundas na economia, na sociedade e na mentalidade do mundo Ocidental ao longo dos séculos XIX e XX. Em sentido restrito, as transformações tecnológicas e económicas foram, porém, a imagem de marca do processo de industrialização (Goitia, 1989, p. 155) (Cameron, 2000, p. 188)

Esse processo foi constituído por várias fases que se difundiram de forma diferente em termos espaciais e temporais.

A Inglaterra foi o berço deste fenómeno, cuja primeira fase designa-se de protoindustrialização², constituída por indústrias dispersas, essencialmente de bens de consumo e por trabalhadores rurais organizados por empresários urbanos que fornecem as matérias-primas aos trabalhadores e vendem a sua produção em mercados distantes. Os trabalhadores devem também adquirir pelo menos uma parte dos seus meios de subsistência (Cameron, 2000, p. 188)

O período antes do século XVIII é marcado pela existência de grandes proprietários de terras que também agiam como empresários na indústria do carvão. As siderurgias, usualmente localizadas em áreas rurais perto de madeira (para carvão) e minério de ferro, davam trabalho, por vezes a centenas de trabalhadores. Chumbo, cobre e vidraria tinham também frequentemente, organizações em larga escala, tal como os estaleiros navais.

“Por muito impressionantes que estes feitos tivessem sido, no século XVIII foram eclipsados pela ascensão de novas formas de iniciativa industrial” (Cameron, 2000, p. 189).

É no final do século XVIII que surge a chamada indústria moderna, que acompanha a transição das sociedades pré-industriais para as sociedades industriais modernas, onde

¹ - O termo Revolução Industrial transmite uma impressão grosseiramente enganadora da natureza da mudança económica. Prefere-se antes o termo de processo de industrialização ou somente industrialização, tentando assim traduzir a ideia de que esse período alongou-se na história e teve associado um conjunto de transformações que se foram sucedendo gradualmente.

² - Conceito que surgiu na década de 1970.

se verifica uma modificação estrutural na economia (a população ativa deixa de se concentrar maioritariamente no sector primário, para passar a concentrar-se no sector secundário e terciário) (Harmut, 1989, p. 65). Se é verdade que em termos de população ativa a agricultura perdeu importância, em contrapartida registou-se uma maior produtividade, que permite alimentar uma grande população não agrícola.

Na avaliação acerca dos fatores determinantes que permitiram a industrialização, (Cameron, 2000, p. 193) considera que “há motivos para acreditar que as mudanças intelectuais foram as mais fundamentais, no sentido em que permitiram ou encorajaram as demais”. Alguns estudiosos consideram que a aplicação da ciência à indústria é a característica distintiva da indústria moderna. Contudo, no despontar da indústria moderna do século XVIII, o lastro do conhecimento científico era demasiado limitado e frágil para ser diretamente aplicado aos processos industriais, por muito que os seus defensores o quisessem. Na verdade, só na segunda metade do século XVIII, com o florescimento das ciências química e elétrica, é que as teorias científicas forneceram as bases para novos processos e novas indústrias. Não obstante, a vontade de experimentar e de inovar inundou todos os estratos da sociedade, incluído a própria população agrícola, tradicionalmente a mais conservadora e desconfiada face aos benefícios da inovação.

Para além das alterações intelectuais, houve um conjunto de modificações diretamente relacionadas com o processo de industrialização ocorrido no mundo, como sejam, as modificações no domínio agrícola, as transformações demográficas, o progresso registado ao nível dos transportes e das comunicações e mesmo ao nível do comércio e finanças e a própria evolução industrial ocorrida.

Foram introduzidas várias inovações que permitiram uma crescente mobilidade e produtividade da indústria. Dessas inovações destaca-se (Cameron, 2000, pp. 201-209):

- Rápida mecanização e crescimento da indústria do algodão;
- Processo de fundição do minério de ferro com coque, que libertou a indústria do ferro da dependência exclusiva do carvão vegetal;
- Abraham Darby, em 1709 utilizou combustível de coque para produzir ferro – gusa;
- Processo de pudlagem e laminação de Henry Cort em 1783-84;

- Invenção do motor atmosférico a vapor³, uma nova e poderosa máquina motriz que complementou e acabou por substituir os moinhos movidos a vento e a água como fontes de energia inanimadas;
- Os industriais siderúrgicos alcançaram economias de escala integrando todas as operações num único local, normalmente no próprio local de produção de carvão, ou perto deste, e quer a produção total de ferro, quer a proporção obtida com combustível mineral aceleraram dramaticamente;
- A energia do vapor foi em primeiro lugar utilizada nas indústrias minerais. À medida que a procura de carvão e de metais aumentou, intensificaram-se os esforços para os obter em minas cada vez mais profundas. Inventaram-se muitos dispositivos engenhosos para desembaraçar da água as minas, mas as inundações continuaram a ser um grande problema e o principal obstáculo a uma maior expansão da produção;

A adaptação dessas maquinarias à energia do vapor, fez com que essas fábricas têxteis se passassem a concentrar na cidade onde o carvão era mais barato e a mão-de-obra abundante.

As mudanças técnicas envolvendo os têxteis de algodão e a indústria do ferro e a introdução da energia do vapor constituem o fulcro da chamada “Revolução Industrial” na Grã- Bretanha, mas não foram estas as únicas indústrias assim afetadas. Nem todas as mudanças exigiram o emprego da força mecânica (Cameron, 2000, p. 209). Com efeito, Adam Smith na sua obra a *Riqueza das Nações* destacava outras alterações como a especialização e divisão do trabalho através do seu exemplo da fábrica de alfinetes (Smith, 1961, pp. 8-9).

Temos, assim, outras indústrias importantes, como:

- Fabrico de louças, favorecido com a introdução da porcelana fina da china. Como na indústria do ferro, o preço em ascensão do carvão vegetal também induziu a indústria das louças a concentrar-se (inicialmente) em áreas onde o carvão mineral abundava;

³ - “o aparecimento da máquina a vapor permitiu que se realizasse uma tal concentração industrial que a produção em massa foi extraordinariamente favorecida (...). Agora com a máquina a vapor podia efetuar-se a concentração em torno de um ponto, isto, é, agrupar as fábricas em locais determinados, o que originou o fabuloso crescimento das grandes cidades industriais como Manchester” (Goitia, 1989, p. 157).

- Indústria química também sofreu uma importante expansão e diversificação, devido aos contributos da ciência química e experiências empíricas dos vários fabricantes que procuravam enfrentar a escassez de matérias-primas. Neste domínio destaca-se o papel do ácido sulfúrico, do gás de cloro, e dos alcalinos (soda cáustica e potassa);
- Indústria do carvão, cujo crescimento tinha sido estimulado pela escassez de madeira para combustível – e tinha, por sua vez, instigado a invenção da máquina a vapor – manteve-se em grande parte uma indústria de trabalho intensivo, embora também necessitasse de muito capital.

A industrialização só foi possível graças ao alargamento dos mercados de consumo (condição essencial segundo A. Smith), através dos transportes e comunicações, do crescimento demográfico e do aumento dos rendimentos. “Para que o desenvolvimento industrial prosperasse, foi necessário que coincidisse com as dimensões cada vez maiores dos mercados económicos” (Goitia, 1989, p. 157).

Apesar dos grandes complexos industriais que se iam construindo em cidades como Neath e Swansea (Inglaterra) grande parte dos estabelecimentos industriais ainda possuíam uma pequena e média dimensão (Carter, Lewis, & Arnold, 1990). Segundo estes autores o desenvolvimento industrial nas cidades do século XIX fazia-se segundo zonas alongadas, associadas a uma frente ribeirinha e/ou a um caminho-de-ferro; como a possibilidade de deslocação mais comum era a deslocação a pé a maioria das residências dos operários localizavam-se perto dos estaleiros industriais; a degradação causada pela indústria no centro da cidade fez com que o CBD (*Central Business District*) se afastasse bem como as áreas de residência das classes mais abastadas; ou seja o desenvolvimento da indústria no meio urbano favoreceu a segregação socio-espacial (Carter, Lewis, & Arnold, 1990, p. 78).

Com todas estas alterações, Inglaterra ocupou uma posição de liderança no que a este processo diz respeito. Dentro de Inglaterra, o ritmo diferencial de mudança enfatizou claramente a importância das regiões carboníferas, localizadas sobretudo no nordeste (particularmente Tyneside) e no centro, embora o Lancashire também possuísse importantes jazidas.

A superioridade que Inglaterra alcançara no primeiro quartel do século XIX assentava em avanços tecnológicos em duas indústrias maiores, os têxteis de algodão e a indústria do ferro, sustentadas por um uso extensivo de carvão como combustível industrial e pela utilização crescente da máquina a vapor como fonte de energia mecânica. A mecanização da fiação do algodão estava praticamente completa em 1820, tornando-a a primeira indústria fabril moderna, enquanto a da tecelagem mal tinha começado. As outras principais indústrias têxteis, da lã e do linho, tinham então igualmente começado a mecanizar-se, embora, juntamente com a tecelagem do algodão, tivessem tido rápidos avanços nas décadas seguintes. A indústria do ferro tinha completado a transição para a fundição de ferro com coque e para a utilização do processo de pudlagem e de laminadores para refinar o produto do alto-ferro. O carvão foi usado extensivamente não apenas para acionar máquinas a vapor, altos-fornos e fornos de pudlagem, mas também como combustível, numa série de outras indústrias, como, o fabrico do vidro, a refinação do sal, a fermentação e a destilação. As máquinas a vapor forneciam energia a fábricas de têxteis, a fundições de ferro e para o acionamento de bombas em minas de carvão e de estanho; eram também usadas, menos extensivamente, em moinhos de farinha, fábricas de cerâmica e outras indústrias (Cameron, 2000, pp. 226-227).

Pode dizer-se que de 1820 a 1870 os esforços de muitos industriais continentais, por vezes encorajados pelos seus governos, eram dedicados à aquisição e naturalização dos benefícios tecnológicos da indústria britânica. No entanto, muitas inovações surgiram como obra de industriais continentais e americanos, à medida que procuravam alcançar ou ultrapassar a eficiência técnica dos seus rivais britânicos.

É ainda possível selecionar um conjunto de inovações que se difundiram na segunda metade do século XIX, e que tiveram uma grande influência na industrialização de todo o mundo:

- Desenvolvimento na tecnologia da máquina a vapor.⁴
- Substituição da energia hidráulica pela elétrica.⁵

⁴ Metais mais leves e mais fortes, ferramentas mais precisas e melhor conhecimento científico, incluindo mecânica, metalografia, calorimetria e a teoria dos gases, bem como, a ciência embrionária da termodinâmica, todos eles deram o seu contributo; a máquina a vapor foi muito importante em muitas indústrias, das quais se destaca a dos transportes.

⁵ Os fenómenos elétricos tinham sido observados em tempos recuados, mas até ao século XVIII a eletricidade tinha sido considerada apenas como uma curiosidade. Lá para finais desse século, as

- Mas o uso industrial da eletricidade foi refreado pelas dificuldades em conceber um gerador economicamente eficiente. No entanto, o desenvolvimento da energia hidroelétrica tornou-se extremamente importante para países com falta de carvão e que anteriormente se encontravam na cauda do desenvolvimento industrial;
- Estava, entretanto em desenvolvimento uma série de aplicações práticas para a eletricidade (que é uma das formas de energia mais versáteis):
 1. Indústria da galvanostegia (Em 1807 S. H. Davy descobre a eletrólise e dá origem à indústria da galvanostegia);
 2. Indústria elétrica.

Além da eletricidade o petróleo e os seus derivados vieram também revolucionar o mundo, associado particularmente aos motores de combustão interna. A indústria viu surgir inúmeros novos produtos, dos quais se destaca o aço⁶. Temos assim uma ascensão da indústria do aço em detrimento da indústria do ferro.

Todas estas evoluções se baseavam, muito mais que as primeiras inovações tecnológicas, no emprego da ciência nos processos industriais. Este facto é principalmente visível no domínio da ciência da química e as indústrias que criou: tintas sintéticas, drogas e fármacos, fibras sintéticas, explosivos, reagentes fotográficos, zinco, alumínio, níquel, magnésio, crómio, ligas metálicas, produção, processamento e conservação de alimentos (Cameron, 2000, pp. 239-240).

A Grã-Bretanha atingiu o seu auge de supremacia industrial em relação às demais nações nas duas décadas entre 1850 e 1870. Todavia, não conseguiu manter indefinidamente a sua proeminência à medida que outras nações menos desenvolvidas mas bem dotadas começaram a industrializar-se. Com efeito, o declínio relativo da Grã-Bretanha era inevitável, sendo “destronada” pelos EUA e Rússia.

pesquisas de B. Franklin na América e dos italianos Luigui Galvani e A. Volta, promoveram-na do estatuto de truque de palco a objeto de investigação laboratorial;

⁶ Variedade especial de ferro, que contém menos carbono que o ferro fundido, mas mais que o ferro forjado. É assim, menos frágil que o primeiro e mais duro e duradouro que o último (Angulo & Dominguez, 1991).

A introdução tardia e quase timonada de novas indústrias de alta tecnologia (ao tempo), como as dos químicos orgânicos, da eletricidade, da ótica e do alumínio, ainda que muitos dos inventos fossem britânicos é um sinal de letargia empresarial. Ainda mais impressionante é a resposta tardia e parcial dos empresários britânicos à nova tecnologia naquelas indústrias fundamentais de que eram, ou tinham sido, representantes máximos.

A adoção lenta e incompleta do processo de Thomas-Gilchrist é um caso flagrante, como o é, na mesma indústria, a adoção relativamente lenta do alto-forno de Siemens – Martin. As indústrias têxteis resistiram durante muito tempo à introdução de maquinaria mais sofisticada para fiar e tecer inventada nos EUA e no Continente Europeu; e os produtores de soda de Leblanc travaram na retaguarda uma malograda luta de 30 anos contra o processo de soda amoniacal de Solvag introduzido a partir da Bélgica.

Em parte, o atraso do sistema educativo britânico pode ser responsabilizado pelo abrandamento industrial pelos fracos resultados empresariais (Cameron, 2000, p. 259).

Para além da Inglaterra outras nações europeias integraram o grupo pioneiro da industrialização, como a Bélgica, França e Alemanha.

A Bélgica constitui a primeira região da Europa Ocidental a adotar o modelo britânico de industrialização. Aliás a proximidade à Grã-Bretanha não é um fator a desprezar na sua precoce e bem-sucedida imitação da industrialização britânica, mas houve outros motivos mais fundamentais:

- A longa tradição industrial dessa região (por exemplo na produção de tecidos e na cutelaria), na Flandres cresceu uma importante indústria artesanal do linho e na bacia do Hainaut e no vale do Sambre-Mosa desenvolveu-se a indústria mineira;
- A riqueza de recursos naturais da Bélgica assemelha-se à da Grã-Bretanha. Tinha jazidas de carvão de fácil acesso e minério de ferro nas proximidades dessas jazidas, bem como minérios de chumbo e zinco;
- Em parte devido à sua localização e às suas ligações políticas, a região que se tornou a Bélgica recebeu importantes injeções de tecnologia, investimento e capital estrangeiros e disfrutou duma posição favorável em determinados mercados externos, especialmente nos franceses.

Além da indústria do carvão e ferro a Bélgica destaca-se, tal como nos casos anteriores, pela sua indústria têxtil, com especial atenção na indústria do algodão, que cresceu dentro e em torno da cidade de Gante, que na verdade se transformou na Manchester belga.

Depois da Revolução Belga de 1830 além de condições económicas internacionais, que eram igualmente favoráveis, dois fatores especiais foram os principais responsáveis pelo carácter e dimensão do desenvolvimento da Bélgica:

1. A decisão governamental de construir uma extensa rede de caminho-de-ferro à custa do estado, uma bênção para as indústrias do carvão, do ferro e da engenharia;
2. Uma notável inovação institucional no campo da banca e da finança.

Em 1840, a Bélgica era claramente o país mais industrializado do Continente. Ao longo do século XX, as bases da sua prosperidade continuaram a ser as indústrias que tinham ditado o início do seu crescimento, bem como as novas indústrias química e construção mecânica.

De todos os primeiros países industrializados, a França foi o que teve o padrão de crescimento mais invulgar. Esse fato deu origem a uma literatura abundante que se dedicou a explicar o suposto ‘atraso’ da economia francesa. De fato, embora o padrão de industrialização em França diferisse do da Grã-Bretanha e de outros países que começaram a industrializar-se muito cedo, o resultado não foi menos eficiente, e, em termos de bem-estar social pode até ter sido melhor.

A característica mais marcante do século XIX, no caso da França, foi a sua baixa taxa de crescimento demográfico. Por outro lado, a questão dos recursos é secundária. A industrialização da Grã-Bretanha, da Bélgica e, eventualmente, da América e da Alemanha baseou-se essencialmente em abundantes reservas de carvão. A França, embora não estivesse completamente privada de carvão, não possuía jazidas abundantes, e, de resto, o tipo de jazidas que possuía tornava a sua exploração bastante dispendiosa. Estes fatores tiveram implicações importantes para outras indústrias relacionadas com a do carvão, como a do ferro e do aço.

Tecnologicamente, a França não estava atrasada. Cientistas, inventores e inovadores franceses tomaram a dianteira em várias indústrias, incluindo a da energia hidroelétrica, do aço, do alumínio, dos automóveis e, no século XX, da aviação.

O principal acontecimento que tornou o exemplo francês distinto foi a Revolução Francesa, levando essa nação para um conjunto de conflitos políticos que decorreram até 1850. Após isto a França retomou as suas elevadas taxas de crescimento económico, promovido pela expansão do caminho-de-ferro.

De todas as grandes nações industriais, a França tinha a taxa de urbanização mais baixa e a maior proporção da mão-de-obra na agricultura, o que se traduziu, no princípio do século XX, numa quase rara auto-suficiência em géneros alimentares.

Com respeito à escala e estrutura dos empreendimentos, a França foi famosa pela pequena dimensão das suas empresas. Significativamente, estas empresas concentravam-se na mineração, na metalurgia e nos têxteis, as mesmas indústrias nas quais as grandes empresas e com elevados investimentos de capital prevaleciam noutros grandes países industrializados. Além dessa, existem outras peculiaridades, como o elevado valor acrescentado da produção industrial e a dispersão geográfica das indústrias que se disseminavam por pequenas cidades, aldeias e até no campo. Em parte, a dispersão foi determinada pela natureza das fontes de energia disponíveis (energia baseada na água).

A Alemanha foi a última a juntar-se ao grupo dos primeiros países industrializados. Pode, na verdade, dizer-se que era um país atrasado. Pobre e pouco desenvolvida na primeira metade do século XIX, aquela nação politicamente dividida era também predominantemente rural e agrária. Existiam pequenas concentrações de indústrias na Renânia, na Saxónia, na Silésia e na cidade de Berlim, mas eram essencialmente de tipo artesanal ou protoindustrial. Uma rede deficiente de transportes e de comunicações impediu o desenvolvimento económico, e as inúmeras divisões políticas, com os seus distintos sistemas monetários e políticas comerciais, e outros obstáculos às trocas comerciais, atrasaram ainda mais o desenvolvimento industrial.

No entanto em vésperas da I Guerra Mundial, o Império Alemão Unificado era a nação industrial mais poderosa da Europa, possuía as maiores e mais modernas indústrias de produção de ferro e aço e seus derivados, de energia elétrica e maquinaria e de químicos. A sua produção de carvão só era superada pela da Grã-Bretanha e era um dos maiores produtores de vidro, de instrumentos óticos, de metais não ferrosos, de têxteis e de vários outros artigos fabricados. Tinha uma das mais densas redes de caminho-de-ferro e um elevado grau de urbanização. Como se deu esta espantosa transformação?

De forma muito sucinta, a história económica alemã no século XIX pode ser dividida em três períodos bastante distintos. O primeiro, que se estende desde o começo do século até à formação do Zollverein, em 1833, testemunhou um despertar gradual para as mudanças económicas que decorriam na Grã-Bretanha, em França e na Bélgica e a criação das condições jurídicas e intelectuais essenciais à transição para a moderna ordem industrial. No segundo – um período de imitação e apropriação deliberadas que durou até cerca de 1870 – foram moldadas as fundações materiais da indústria, transportes e finanças modernos. Por fim, a Alemanha ascendeu rapidamente à posição de supremacia industrial na Europa Ocidental Continental que ainda hoje ocupa. Em cada um destes períodos, as influências estrangeiras desempenharam um papel importante. No princípio, as influências, como também as próprias mudanças, foram basicamente jurídicas e intelectuais, emanando da revolução Francesa e da reorganização napoleónica da Europa. Um vivo influxo de capital, tecnologia e dinâmica estrangeiros, que atingiu o seu máximo na década de 1850, marcou o segundo período. No último período, a expansão da indústria alemã para mercados estrangeiros dominou o quadro.

A chave da rápida industrialização da Alemanha foi o crescimento célere da indústria carbonífera, e a chave para o célere crescimento da indústria carbonífera foi a região carbonífera do Ruhr.

Além da indústria carbonífera ainda mais notáveis foram as indústrias química e da eletricidade, em oposição às indústrias de bens de consumo, que tinham uma expressão mais diminuta (Cameron, 2000, pp. 273-279).

Em todo o resto da Europa, antes de 1850 não se podia dizer que estivesse em curso um processo de industrialização. Esse processo teve início na segunda metade do século, marcadamente na Suíça, nos Países Baixos, na Escandinávia e no Império Austro-Húngaro; muito mais debilmente, em Itália, nos países ibéricos e no Império Russo; e quase nada em todas as novas nações dos Balcãs e do decadente Império Otomano. Onde e quando ocorreu, foi em circunstâncias muito diferentes das dos primeiros países industrializados, e, conseqüentemente, com padrões diferentes⁷.

Fruto das alterações até então verificadas, a realidade urbana do século XIX continha enormes aglomerados de casas degradadas e longas filas de barracas miseráveis, onde as famílias das classes operárias se amontoavam em quatro ou mais pessoas por divisão.

Em parte, as condições deploráveis resultaram dum crescimento extremamente rápido, da imperfeição do aparelho administrativo, da falta de experiência das autoridades locais e da conseqüente ausência de planeamento (por exemplo, Manchester e Londres⁸). O facto de as pessoas se terem sujeitado a viver em tais condições é prova das grandes pressões económicas que as forçavam a mudar-se.

As indústrias, à medida que as inovações permitiam o transporte de matérias-primas e produtos finais, foram-se concentrando nas cidades, onde havia mão-de-obra em abundância. “Era necessário ter à disposição um grande *stock* humano, quanto mais desprotegido e miserável melhor, visto que o seu trabalho podia ser contratado em condições mais favoráveis para o patrão. É conhecida a utilização da mão-de-obra por uma jorna de fome, não só destes membros desprotegidos da sociedade, mas também das crianças e mulheres (...). O processo mais simples para fazer baixar o custo de um produto era, indubitavelmente, diminuir os salários dos trabalhadores” (Goitia, 1989, pp. 158-159).

Deste modo, era natural que não só crescessem os novos centros fabris em certas cidades como as de origem mineira, situadas próximo das jazidas, como também as

⁷ - A outra vaga de industrialização, ocorreu em países que possuíam fracas reservas carboníferas, mas mesmo assim conseguiram outras vias para alcançarem o progresso industrial.

⁸ - “what is true of London, is true of Manchester, Birmingham, Leeds, is true of all great towns. Everywhere barbarous indifference, hand egoism on one hand, and nameless misery on the other, everywhere social warfare... everywhere reciprocal plundering under the protection of the law, and all so shameless, so openly avowed that one... can only wonder that the whole crazy fabric still hangs together” ENGELS, 1892: 58 *in* carter, 1983: 126).

próprias cidades antigas, as grandes capitais do período barroco, pois era nelas que precisamente se encontrava aquele excedente de população miserável, tão útil ao fabricante em determinadas ocasiões. Estas cidades tinham, ao mesmo tempo, a vantagem de facilitar as relações com o poder político central, com as instituições bancárias e com as bolsas de comércio, que nelas tinham a sua sede já desde antigamente. Assim, é lógico que tivessem crescido num sentido industrial cidades como Paris, Bruxelas, Berlim e muitas outras que não tinham sido originadas pelo processo de industrialização, nem tão pouco eram portos importantes. Pode dizer-se, por consequência, que esse processo afetou todo o desenvolvimento urbano em larga escala. Fala-se, naturalmente, das grandes cidades, cuja população ultrapassava os 100 000 habitantes. São poucas as cidades desta dimensão, principalmente nos países de economia mais adiantada, que não tenham sido profundamente atingidas por esse complexo de circunstâncias a que se chamou industrialização.

Mas nem tudo tinha esta imagem. Estas condições de vida deploráveis estavam usualmente associadas aos bairros operários, de carácter improvisado, instalados no centro da cidade, para albergarem os grandes contingentes de mão-de-obra que um só espaço fabril exigia. As classes médias, que mais tarde emergiram associados à terciarização da economia, possuíam elevados níveis de vida, mantidos na periferia.

Não obstante, Goitia (1989, p. 148) conclui que a industrialização deixou as cidades desarmadas perante a tirania dos instrumentos de produção. Esses instrumentos necessitavam edifícios de grande tamanho, com uma fisionomia própria: grandes armazéns de altos muros de ladrilho enegrecido, com escassas e pequenas janelas. As fábricas tornaram-se donas e senhoras do solo urbano e suburbano. Colocavam-se no ponto mais conveniente e mais fácil de encontrar, para o seu serviço. Se era necessário construir uma central térmica utilizavam logo as margens imediatas dos rios, mesmo que o fumo e o transporte do carvão destruíssem locais que podiam ter conservado uma grande beleza natural. Assim, aconteceu quando se ergueram as centrais térmicas de Nova Iorque e Londres. “A fabricação exige também a concentração de grandes quantidades de matérias-primas que vão sendo transformadas a altas e crescentes taxas de produtividade. O transporte das mercadorias e as tarefas próprias da produção, geram ruídos e resíduos que degradam o meio ambiente” (Angulo & Dominguez, 1991, p. 71) .

Sucedeu o mesmo com as estações de caminho-de-ferro, os armazéns, alpendres portuários e todos os elementos que coadjuvavam os instrumentos de produção. Tudo foi estabelecido sem qualquer plano orgânico, seguindo a lei do mínimo esforço, pois considerava-se que tudo o que facilitasse a promoção industrial era em si mesmo bom para o bem-estar e progresso das nações. Só muito mais tarde se viria a compreender como era errada uma implantação baseada numa visão simplista e de curto alcance. A violenta apropriação do espaço levada a cabo pela indústria constituiu uma verdadeira catástrofe para a estrutura urbana, quando, afinal passados poucos anos, já não representava qualquer vantagem para essa mesma indústria.

Ao mesmo tempo que as fábricas e todos os seus estabelecimentos anexos, ganham destaque na cidade industrial, também os chamados bairros operários, construídos dada a necessidade de albergar a mão-de-obra se expandem. Ao princípio, estes bairros operários, conhecidos por *slums* entre os ingleses, desenvolveram-se com condições de vida verdadeiramente deploráveis. São uma das marcas que mais desfeiam a cidade industrial, uma página autenticamente sinistra nos anais da habitação do homem; um constante pesadelo para filantropos e reformadores sociais. Tomaram formas e características diferentes nos vários países, mas todos tinham em comum uma regularidade fria e atroz e uma grande densidade no que concerne ao aproveitamento do terreno. Com o critério do mais seco utilitarismo, tirava-se o maior partido do solo prescindindo-se de espaços livres e pátios.

Nas periferias onde as condições de vida eram deploráveis e onde a concentração operária atingia proporções muito elevadas, era lógico que a subversão social fermentasse. O século XIX, ao mesmo tempo que trouxe a industrialização, preparou a revolução social, a qual, embora não rebentasse de forma catastrófica nos países industriais adiantados, como pensava Marx, manteve-se sempre como uma ameaça para a sociedade, até que aquelas condições infra-humanas foram sendo substituídas por outras mais benignas graças à atividade de reivindicação das *Trade Unions* e dos Sindicatos, (Goitia, 1989, p. 152).

Em suma, fala-se de um processo que nesta altura exigia forte concentração espacial dos fatores produtivos e que se orientava por critérios de racionalidade económica. A competitividade levava à especialização das indústrias, que tinha por objetivo as

economias de escala e a concentração da força laboral próximo da unidade produtiva, a fim de produzir ao mínimo custo possível.

Alguns industriais esclarecidos acharam que tinham eles próprios o dever de corrigir os males de que haviam sido a causa. Um dos primeiros foi Robert Owen, proprietário de uma fábrica de têxteis que, em 1816, planeou uma cidade de tipo coletivo onde se combinava a atividade industrial com a agricultura, e que se bastava economicamente a si própria⁹. Surgiu então uma maior consciência social que se opunha ao desejo de maximização dos lucros (Goitia, 1989, p. 152).

Mas esses “filantropos” como Owen, Fourier,¹⁰ Cabet, Godin e Menier, apenas realizaram planeamento crítico, tentando reformar, equivocadamente, a ordem estabelecida, melhorando uma das suas consequências: a organização do espaço urbano.

Ainda no século XIX as questões relacionadas com o planeamento urbano tiveram um grande impulso ao nível legislativo, procurando inicialmente resolver os problemas de saúde pública e alojamento urbano das classes operárias; e institucionalizar e criar estruturas administrativas que permitissem pôr em prática o Planeamento Urbano, dando especial poder ao nível local (Greed, 1996, pp. 70-77).

O planeamento urbano surge da necessidade de solucionar os problemas criados pela industrialização e transformações adjacentes, que se intensificaram ao longo do século XIX. Durante esse século difundiu-se o debate acerca do urbanismo e planeamento existente, donde surgiram críticas, responsáveis pela abertura a novas perspetivas. Mais do que talhar um caminho planeado e correto em direção ao futuro, o planeamento urbano do século XIX, caracterizou-se pela intervenção de emergência, principalmente na resolução dos problemas de saúde pública e habitação da classe operária.

O período de transição para o século XX é marcado por um movimento determinista, que considerava que alterando as características físicas da cidade seria possível mudar as suas características sociais e assim resolver inúmeros problemas de pobreza e exclusão que marcavam a cidade segregada do século XIX.

⁹ O projeto de Owen incide sobre New Larnak, New-Harmony entre outros.

¹⁰ Autor do Falanstério- cidade comunitária inspirada no palácio de Versalhes.

O crescimento sem precedentes da população no século XX, bem como, a fortuna crescente de pelo menos uma parte do mundo, resultaram numa procura jamais vista dos recursos mundiais. Embora se tenham ocasionalmente verificado faltas temporárias de alguns bens, especialmente em tempo de guerra, e se tenham formulado recuos que se prendem com o esgotamento de determinados recursos críticos, a economia mundial reagiu razoavelmente bem às exigências que se lhe fizeram. Tal deveu-se, em grande parte, à interação crescente da ciência e da tecnologia com a economia. Os agrónomos descobriram novas formas de aumentar o rendimento das culturas, os engenheiros descobriram novas maneiras de aumentar a produtividade dos minerais, os cientistas descobriram novas utilizações para os recursos existentes e na verdade, criaram novos recursos a partir dos velhos na forma de produtos sintéticos.

Em termos de recursos, o desenvolvimento mais importante no século XX tem sido uma mudança da natureza e das fontes de energia primária. No século XIX, o carvão tornou-se a principal fonte de energia nas nações em curso de industrialização, substituindo em grande medida a madeira, o carvão vegetal, o vento e a energia hidráulica. No século XX, o carvão tem sido largamente, embora não completamente, substituído por novas fontes de energia, especialmente o petróleo e o gás natural.

Embora o petróleo tenha começado a ser produzido comercialmente no século XIX, ele era usado, sobretudo, para iluminação e só depois como lubrificante e outros usos. À luz da sua grande importância e dos seus múltiplos usos, o petróleo adquiriu um grande significado geopolítico. As jazidas de petróleo estão muito espalhadas por todo o mundo, mas a maior parte da produção centra-se num número relativamente pequeno de áreas geográficas. Ironicamente, a Europa, embora abundantemente dotada de carvão, é de entre as maiores massas terrestres, a de menores reservas de petróleo (Cameron, 2000, pp. 366-367).

A mudança tecnológica, a maior força motriz por detrás da industrialização do século XIX, persistiu nesse papel no século XX. Na verdade, parece que o passo da mudança acelerou, embora as medidas de aferição dessas mudanças sejam bastante imperfeitas e pouco fiáveis.

Em épocas anteriores, a marca do sucesso das sociedades humanas foi a sua capacidade para se adaptarem aos seus ambientes. No século XX, a marca de sucesso foi a sua capacidade para manipular o ambiente e adaptá-lo às necessidades da sociedade. O meio fundamental de manipulação e adaptação é a tecnologia – especificamente a tecnologia baseada na ciência moderna (Cameron, 2000, p. 368).

A base científica da indústria moderna resultou em centenas de novos produtos e materiais.

No século XX, os materiais plásticos feitos a partir do petróleo e de outros hidrocarbonetos substituíram a madeira, os metais, as louças de barro e o papel em milhares de usos que vão desde os pequenos contentores até às máquinas perfuradoras de alta velocidade. O emprego crescente de energia elétrica e mecânica, a invenção de centenas de novos dispositivos que poupam mão-de-obra e o desenvolvimento de instrumentos automáticos de gestão provocaram alterações nas condições de vida e trabalho de maior projeção que a chamada “Revolução Industrial” na Grã-Bretanha.

A desindustrialização

O processo de desindustrialização¹¹ observado, que afeta sobretudo os países da antiga industrialização, tem como grande consequência a reorganização do espaço produtivo, trazendo novos paradigmas à questão da localização em geografia industrial. A reestruturação industrial assume dimensões territoriais nunca antes vistas, incidindo em todos os espaços produtivos (Petit & Coriat, 1995, p. 53). Esta nova realidade traduz-se em novos modelos de organização territorial marcados por (Valle & Barroso, 1995, p. 715):

- Desconcentração de atividades produtivas: industrialização periférica a diversas escalas, procurando ultrapassar as desvantagens decorrentes das deseconomias de escala e aglomeração (Sassen, 1991), e aproveitando as

¹¹ - (Camagni, 1991) distingue dois tipos de abordagem acerca da desindustrialização: I – a nível macroeconómico, onde a desindustrialização tem correspondência com a terciarização da economia; II- a nível regional, onde esse processo pode significar a perda da competitividade e o desaparecimento de todos os sectores industriais, levando à marginalização económica das regiões.

conveniências da nova localização (ex. mão-de-obra menos onerosa e menos exigente).

- Concentração espacial de atividades estratégicas;
- Requalificação e dualismo metropolitano;
- Declínio de regiões cicatrizadas pela tradicional industrialização;
- Expansão local de pequenas e médias empresas e a definição de sistemas produtivos locais, onde se observa o denominado processo de industrialização difuso (Ledo & Pérez, 1992);
- Localização seletiva em espaços inovadores, promovendo a criação de tecnopolos (geralmente localizados perto das áreas metropolitanas, refletem a necessidade de inovação e desenvolvimento tecnológico, como suportes da competitividade manutenção dos níveis de procura) (Komninos, 1992, pp. 86-87);
- Novos desequilíbrios inter-regionais e intrarregionais.

Percebe-se então que a crise económica cria o ambiente favorável ao surgimento de processos de reestruturação produtiva, com o objetivo de procurar alternativas à ocupação tradicional desses territórios. Nos casos em que tal não aconteceu surgiram áreas industriais abandonadas e obsoletas, com vários problemas ambientais e sociais associados.

Neste contexto é importante e pertinente aprofundar o tema da globalização enquanto fator de desindustrialização das referidas regiões.

Globalização é um termo que serve para descrever a presente fase de desenvolvimento capitalista, de crescente integração e interdependência económica, de forte liberalização do capital – sobretudo financeiro – e do comércio a nível mundial (Carvalho, 2006).

A globalização é uma realidade atual da qual não nos podemos dissociar e a consequência imediata é o aumento da concorrência (no mercado de bens, serviços e investimentos). A fuga de capitais para o estrangeiro, é outra das consequências, pois os empresários vêm nessas economias emergentes boas oportunidades de investimento. Existe mão-de-obra barata e qualificada, aliada a baixos custos de produção.

Comparando com as novas economias emergentes, Portugal não é suficientemente competitivo nem produtivo.

De uma forma muito clara, na sua apresentação de 17 de Junho de 2013 no Ciclo de Conferências CIP – Economia Portuguesa/Competitividade e Crescimento subordinada ao tema “O movimento de reindustrialização, a internacionalização e o crescimento da economia portuguesa”, Augusto Mateus defende que a emergência do tema desindustrialização nas motivações das políticas económicas prende-se com a dimensão da destruição do emprego nas economias avançadas, nomeadamente no espaço central da União Europeia (UE15). Mas não se trata só de um declínio industrial, mas sim “um processo crucial de mudança e reestruturação nas fronteiras das atividades económicas, nos contornos das especializações nas economias nacionais e regionais e no próprio conteúdo do emprego”, processo esse relacionado com as questões da globalização, da economia do conhecimento e da sociedade de informação.

O processo de globalização em curso que tem afetado profundamente a indústria, é consequência de uma série de fatores, segundo o estudo sobre a indústria e a política industrial em Portugal (Fiequimetal, 2011). Este processo muito complexo e que se encontra em curso, está relacionado com o aumento da concorrência global, com o recuo da indústria nos países desenvolvidos, com a ascensão dos países em desenvolvimento, principalmente nas economias emergentes, com o aprofundamento do processo de divisão internacional do trabalho e também com o desenvolvimento de novas tecnologias e de novos produtos.

Este estudo defende que a fragmentação do processo produtivo à escala global, no qual as empresas multinacionais têm um papel determinante, é o principal aspeto do processo de globalização económica. Tal é explicado pela subcontratação da produção que é processada à escala mundial, com o aproveitamento dos baixos custos com o trabalho e com as legislações ambientais menos restritivas, o que vai ter importantes consequências nas relações e nas condições de trabalho.

A subcontratação de parte da produção, e em particular a subcontratação em cascata, é uma realidade que tem como implicações a progressiva deterioração das condições de trabalho. Trata-se de uma nova divisão internacional do trabalho que veio implicar um aceleração das deslocalizações e consequentemente do processo de desindustrialização verificado.

Este tema foi também referido pelo Governador do Banco de Portugal, Carlos da Silva Costa, na sua intervenção de 21 de outubro de 2011 no 4º Congresso Nacional dos Economistas, ao mencionar que a atual crise tem a sua génese na necessidade de ajustamento estrutural das economias avançadas, e em particular da economia norte-americana, ao fenómeno da globalização e ao aparecimento de novos centros de produção a custos mais reduzidos, conduzindo ao processo de desindustrialização que se tem verificado e que tanto afeta a economia mundial.

4.2 A Indústria em Portugal Continental

Construindo um breve perfil evolutivo da indústria em Portugal, é possível detetar rapidamente que o seu desenvolvimento foi sempre atrasado e lento, comparativamente, a outros países do Mundo e da União Europeia.

Durante o período de toda a Idade Média a produção industrial foi irrisória quando comparada a outros estados europeus, conhecidos pelos seus elevados graus de especialização e qualidade (Brito, 1994, p. 213).

No século XVI, a indústria caracterizava-se pela produção apenas para o consumo local, que consequentemente implicou que Portugal fosse incapaz de produzir todos os bens necessários para o consumo interno, tornando-se, desde logo dependente das importações. Com este panorama, era de prever que com o passar dos anos as trocas comerciais portuguesas se tornassem deficitárias. Para combater, esta situação débil, no final de Seiscentos surgiu, pela primeira vez, uma política industrial (Brito, 1994, pp. 214-215) que *visava a diminuição da luxúria em virtude de medidas de fomento industrial, defendidas pelo Conde da Ericeira que defendiam*, principalmente, a substituição de importações por produção interna e a criação de melhores condições para o escoamento da produção nacional. Estas medidas, no entanto, não se mostraram tão eficazes, como era de se esperar, pois entre os séculos XVI e XVIII a indústria portuguesa foi dominada por estruturas com carácter artesanal e regionalista (Brito, 1994, p. 215), incapazes fazer face à concorrência externa. Durante este período, para acentuar a fragilidade da indústria portuguesa, ocorreu a Revolução Industrial em

Inglaterra que suscitou o aumento da concorrência externa, por via, da redução dos preços dos produtos industriais. Deste modo, a indústria portuguesa foi quase, totalmente, aniquilada, tornando-se, em consequência, dependente de Inglaterra.

Após este período de retrocesso da indústria portuguesa, ao longo dos séculos XIX e XX, a reconstituição da indústria nacional foi lenta, fato que se traduziu até aos dias de hoje, em deficiências estruturais, cuja origem se pode remontar a esta época.

No início do século XX, a estrutura industrial portuguesa era ainda muito incipiente e evidenciava um grande atraso, quando comparada à de outros países europeus mais evoluídos. Portugal tinha, de fato, ficado à margem das vagas de industrialização que marcaram o século XIX na Europa. Mas os fatores de ordem interna foram também relevantes. Entre eles destaca-se o fraco desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, as dificuldades de escoamento da produção industrial existente, a insuficiência das infraestruturas de transporte e a fraca acumulação de capital ou baixa propensão ao investimento em atividades industriais.

Para além destes fatores, existem também outras causas relacionadas com algumas limitações associadas a condicionalismos de base. Como (Medeiros, 2000, p. 213) afirma, a economia portuguesa teve alguns obstáculos que dificultaram o desenvolvimento da indústria e levaram ao seu atraso. As carências do território em recursos minerais e fontes de energia constituem aspetos também a ponderar, quando se consideram as bases da indústria nacional. Um dos principais obstáculos ao eclodir de uma evolução próspera da indústria em Portugal, relaciona-se com a falta de jazidas de carvão. Este foi o elemento impulsionador para o sucesso na indústria noutros países europeus e, tornou-se num elemento de dependência externa para Portugal.

Importa frisar, que entre o primeiro quartel do século XX e o fim da II Guerra Mundial diversos fatores internos e condicionalismos externos favoreceram o desenvolvimento industrial em Portugal (Brito, 1994, p. 216).

De âmbito interno, as principais causas que permitiram algum “progresso” industrial foram o modelo protecionista adotado pelo regime ditatorial, que estabeleceu a aplicação de uma política de estabilidade (baseada em baixos custos de produção) e de infraestruturas favoráveis à expansão industrial. Externamente, os fatores que contribuíam para esta situação de prosperidade foram a crise de 1929, a generalização

de políticas protecionistas e de intervenção do Estado que criaram mecanismos de defesa na produção nacional contra a concorrência. A lei de 1937, a segunda lei do condicionamento industrial, deveria ser encarada como a tentativa do Estado Novo para definir uma “nova política económica” que acrescentaria mais um elemento de clivagem com o capitalismo liberal: “À economia liberal”, afirmava o parecer da Câmara Corporativa, “teve de suceder uma economia nova, mais ou menos dirigida pelo Estado”. A nova lei do condicionamento industrial exprimiu a tentativa do regime para formular, pela primeira vez, as bases de uma política de fomento industrial de cunho acentuadamente intervencionista, ao serviço da qual era expressamente colocada a organização corporativa da indústria. (Rosas, 1987, pp. 206-208).

Segundo (Vale, 2005, p. 187), em Portugal seguia-se uma doutrina corporativista que advogava a intervenção do poder político como garante dos interesses nacionais, alargando-se a sua ação à esfera produtiva. As linhas de orientação seguidas eram a proteção dos industriais contra a concorrência interna e externa, a garantia de baixos custos de produção através da fixação de salários, abolição de certos direitos dos trabalhadores, preços favoráveis de matérias-primas, investimentos em infraestruturas e incentivos financeiros e benefícios fiscais ao investimento.

No entanto, na década de 40, a estrutura económica portuguesa, ainda, apresentava indícios evidentes de uma economia atrasada. O rendimento *per capita* revelava-se significativamente baixo quando comparado com os valores médios europeus da época, e mesmo relativamente aos países mediterrâneos do velho continente, Portugal encontrava-se ainda em posição de manifesto atraso (Gomes, 2001, p. 66).

Porém, o verdadeiro desenvolvimento da indústria moderna em Portugal foi bastante influenciado pelas condições favoráveis criadas pela II Guerra Mundial. O enfraquecimento das estruturas produtivas dos países que haviam aniquilado as tentativas de crescimento industrial português e a circunstância de Portugal ficar à margem do conflito permitiu-lhe tirar vantagens da economia de guerra (Brito, 1994, pp. 216-217).

O período pós-guerra foi marcado por algumas alterações no quadro económico português, ou seja, passou-se de uma estrutura produtiva fundamentalmente agrária,

para outra caracterizada pelo crescimento sem precedentes do sector industrial, que a partir de 1950 adquire um papel motor na economia portuguesa.

Foi então, a partir da década de 50 que Portugal viveu um período marcado pelo crescimento acentuado da indústria na estrutura económica nacional. Porém, como era de se esperar, o processo de industrialização não se processou a um ritmo sistemático e contínuo. Isto é, houve períodos dominados por um intenso dinamismo e outros de crescimento relativamente moderado, que resultaram das diferentes estratégias adotadas pelo Estado Novo. Esta década foi, então, denominada como o “grande período de crescimento industrial em Portugal”, não só devido ao real crescimento deste setor, mas também porque ele tornou-se no eixo decisivo do modelo de crescimento económico do país, adotado pelo governo vigente na época.

Foi nesta sequência que surgem então os “Planos de Fomento” aplicados pelo Estado Novo. Estes visavam a modernização e desenvolvimento de Portugal em diversas áreas, tendo como principal objetivo promover o crescimento económico. A política então adotada tinha como grande pressuposto o princípio de que a industrialização do país conduziria, por si só, ao desenvolvimento económico nacional, situação que, como é sabido, não viria verdadeiramente a realizar-se (Gomes, 2001, p. 67).

O ano de 1960 e os anos subsequentes foram muito importantes para Portugal na medida em que, com a adesão à EFTA, se verificou um rápido crescimento e modernização da economia. Foi adotada como estratégia dominante a substituição das importações que, alguns anos depois foi substituída por uma nova estratégia, a da promoção das exportações. Esta década foi marcada, por novos dinamismos económicos no mundo relacionados com a maior penetração de capitais estrangeiros, a restrição do número de indústrias sujeitas ao condicionalismo industrial, a maior intervenção indireta do Estado (estipulado pelo Plano Intercalar de Fomento 65-67), a reestruturação organizativa e tecnológica das unidades já existentes. Tal estratégia gerou o crescimento do PIB industrial, maior peso deste setor no emprego e perda do dinamismo económico do setor agrícola, ultrapassado rapidamente pelo setor secundário.

Em 1970, a estrutura da população ativa era reveladora da importância entretanto assumida pela indústria na economia portuguesa (Brito, 1994, p. 219). Esta década foi muito importante, porque foi dominada pela maior importância do setor secundário, na economia nacional, em relação aos outros dois sectores.

O setor industrial, nesta década, consolidou-se num setor mais diversificado e com capacidade para concorrer ao nível das exportações, passando a ser o setor motor da economia portuguesa. Apesar deste surto industrial, este período atravessou uma nítida perda de ritmo até 1976 em virtude não só da crise petrolífera, mas também devido à natural instabilidade político-económica nos anos pós-revolução de 1974 (Gomes, 2001, p. 69).

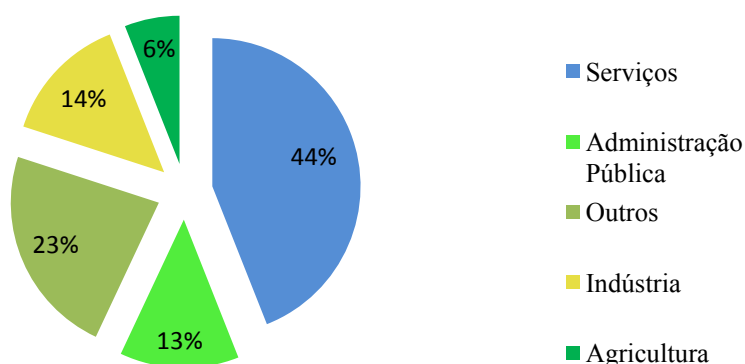
Já os anos 80 foram marcados pelo reafirmar da indústria na estrutura económica portuguesa devido a uma forte estabilidade política, a uma conjuntura económica interna e externa favorecida pelo retorno de capitais estrangeiros e ao aumento do investimento nacional na indústria. Foi nesta década que Portugal aderiu à CEE, o que, numa primeira impressão, se traduziu de forma vantajosa não só em termos económicos, como também favoreceu o interesse do capital internacional.

Esta consolidação da importância do setor industrial na economia portuguesa conheceu diferentes ritmos de evolução em relação aos diferentes ramos industriais: têxteis, vestuário e calçado revelaram ser os setores mais dinâmicos da economia portuguesa. No entanto, foram perdendo valor e peso na estrutura do VAB. Pelo contrário, os ramos ligados à metalurgia, máquinas, material elétrico e de transporte, desde os anos 50 até 1981 evidenciaram-se pelo crescimento do seu VAB, data que os declarou como sendo os ramos mais importantes da indústria transformadora.

Nos anos 90, o setor secundário passou por uma fase de retração; devido à falência de várias indústrias, principalmente, indústrias transformadoras, carências de capital para investir em tecnologia de ponta e, por fim, à primazia do setor terciário em relação aos investimentos, tanto estrangeiros, como nacionais. Esta é aliás uma tendência global pois denota-se que um dos traços mais marcantes das últimas décadas se prende com a crescente terciarização dos países desenvolvidos. O significativo crescimento do setor terciário explica-se pelo aparecimento de novos serviços, pelo desenvolvimento do comércio, do turismo e lazer e pela expansão dos serviços financeiros da educação, da saúde e do apoio social. Este fenómeno expressou-se nos últimos anos através do grande movimento migratório exercido das zonas rurais para as grandes cidades e consequentemente do setor primário para o secundário e mais recentemente para o terciário.

Como vimos, esta tendência ocorre tanto em Portugal, mas também nos restantes países da UE como se observa no seguinte gráfico, que mostra a estrutura do emprego na UE dos 27 em 2011, sendo que o setor dos serviços é o que maior peso tem.

Gráfico 1: Composição do Emprego na UE 27 em 2011



Fonte: Eurostat, Contas Nacionais por setores

Esta tendência tem-se mantido até aos dias de hoje, fato que pode observar-se no quadro seguinte que representa a evolução recente da estrutura da população empregada por sectores:

Tabela 1: Estrutura da população empregada por setores

Indivíduos- Milhares				
Anos	Sectores de atividade económica			
	Total	Primário	Secundário	Terciário
2000	5020,9	635,4	1733,7	2651,7
2001	5111,7	652,6	1728,8	2730,3
2002	5137,3	636,9	1727,7	2772,7
2003	5118	642,1	1652,8	2823,1
2004	5122,8	618,1	1596	2908,6
2005	5122,6	606,2	1566,6	2949,8
2006	5159,5	603,8	1577,2	2978,4
2007	5169,7	601,4	1577,8	2990,5
2008	5197,8	595,6	1520,8	3081,4
2009	5054,1	564,8	1425,7	3063,6
2010	4978,2	542,2	1377,5	3058,5
2011	4837	478,5	1322,7	3035,9
2012	4634,7	486	1188,3	2960,4
2013	4513,5	448,1	1090,6	2974,8

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Antes de iniciar, a descrição da distribuição da indústria, pelas grandes regiões de Portugal (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), é importante salientar que essa distribuição favorece em larga medida, a *faixa litoral ocidental, principalmente ao longo das vias de circulação que correm de Setúbal para Braga* (Daveau, 2000, p. 202), fato que demonstra o desequilíbrio económico do território nacional, que privilegia umas áreas em detrimento de outras. Outro aspeto importante, relaciona-se com o domínio da indústria transformadora em detrimento da extrativa em todas as regiões portuguesas. Esta situação é fácil de se explicar, pois sabe-se que em Portugal existe falta de recursos extrativos e, os que existem, ou são poucos (por exemplo o carvão), ou são inacessíveis.

A Região Norte *abrange uma superfície de 21 194 Km². Mais do que qualquer outro segmento do País, é bem marcada a oposição entre Litoral e Interior, tanto pela ocupação demográfica, como pelas bases económicas e níveis de desenvolvimento* (Gaspar, 1993, p. 24). Nesta região domina a indústria transformadora, sendo que a indústria extrativa detém um valor bastante significativo em relação às outras regiões portuguesas. Apesar deste panorama parecer animador em relação à indústria

transformadora, a concorrência oferecida por outros países da União Europeia que produzem melhor e a mais baixos custos não favorece a situação.

Os ramos com maior dinâmica nesta região são a indústria alimentar, a indústria do vestuário (que se tem modernizado através do apoio nos fundos comunitários); fabricação de mobiliário (setor com um peso bastante significativo que deriva do caráter tradicional deste ramo, que a pouco e pouco foi alargando o seu âmbito, inovando na oferta de produtos, valorizando-se tecnologicamente e projetando-se nos mercados nacional e internacional) e fabricação de produtos metálicos, os têxteis, artigos em couro, material elétrico, madeira e cortiça.

São detetados como principais entraves ao sucesso industrial nesta região os seguintes: falta de modernização tecnológica, pequena dimensão das indústrias, principalmente, orientadas para o mercado sub-regional; desarticulação interna e baixo nível médio da mão-de-obra associada, embora nos últimos anos se denote já uma grande preocupação em proporcionar formação aos colaboradores das empresas como forma de as qualificar internacionalmente.

A Região Centro é marcada, também, pela dicotomia litoral/interior, no entanto, pode caracterizar-se, no geral, pelo predomínio da indústria transformadora (em detrimento da extrativa). A indústria transformadora está representada por mais de 18 mil empresas que geram um volume de negócios (V.N.) superior a 15 mil milhões de euros (22,5% do total nacional) e têm ao seu serviço cerca de 178 mil trabalhadores.

Destacam-se as seguintes indústrias: Alimentar (19% do total do Volume de Negócios da Indústria Transformadora), Produtos Metálicos (13,3%), Minerais não Metálicos (11,6%), Pasta e Papel (7,4%) e Veículos Automóveis (6,2%).

Em 2010, no Sector da Agricultura e Pesca, a Região Centro registou o maior volume de negócios por empresas correspondente a 128 mil euros. Em 2010, segundo dados do INE, eram 3843 as empresas exportadoras, isto é, 21,6% do total.

Dispõe de 792 Unidades de Investigação (Centros de I&D) de excelência e prestígio internacional.

O centro litoral, por ser mais dinâmico em termos industriais, ainda continua a apostar na *modernização do setor têxtil, para poder continuar a afluir de apoios comunitários*

(Gaspar, 1993, p. 24). Este ramo da indústria, sempre teve uma grande expressão territorial nesta região, constituindo a sua “base de sucesso”. Com efeito, importa também, revelar a importância das indústrias de produtos de pele, vestuário, mobiliário, pois estas, ainda obtêm um razoável nível de competitividade, mas que não conseguem surtir grandes sucessos a nível internacional devido: à sua desarticulação interna, à maior parte das unidades serem de pequena dimensão, ao seu baixo nível médio da tecnologia e da mão-de-obra associada. *O ordenamento industrial e a história do processo de industrialização na Região Centro são bastante atípicos, embora globalmente deles tivesse resultado algumas características específicas para o tecido industrial da Região: dominadas pequenas e médias empresas, grande diversidade sectorial, falta de relações técnicas intersectoriais, especialização num certo número de ramos minerais não metálicos, metalomecânica ligeira, material de transporte, químicas, têxteis, celulose e madeiras* (Gaspar, 1993, p. 73).

Esta Região caracteriza-se pela polarização de polos industriais, sem relação entre si e que se distribuem de forma dispersa pelo espaço físico. Isto significa, que cada localidade aproveitou as suas potencialidades e, assim, desenvolveram-se diversos tipos de indústria, tais como as indústrias ligadas à areia e lenha, energia hidráulica, lã e tradição artesanal na Marinha Grande; em Aveiro as especializações estiveram ligadas à argila, areias e tradição local; a indústria têxtil teve uma dispersão mais difusa envolvendo todos os Concelhos que se localizavam na envolvente da Serra da Estrela nomeadamente, Castelo Branco e Covilhã, entre outros.

Mais uma vez, a localização industrial privilegiou a faixa litoral, devido à sua melhor acessibilidade no contexto nacional, a proximidade aos maiores mercados de Lisboa e Porto, bem como a existência de centros urbanos com alguns serviços e um mínimo de tradição industrial. No interior, dominaram os núcleos tradicionais baseados no têxtil e alguma indústria alimentar (Castelo Branco), no entanto, foi possível o aumento do seu dinamismo a partir dos anos 60 com a instalação de unidades de montagem de automóveis na Guarda e em Mangualde, beneficiando da acessibilidade ferroviária e rodoviária a França e a Espanha, e no contexto de legislação específica que condicionava a implantação deste tipo de unidades industriais (Gaspar, 1993, p. 74). Com o passar do tempo, reuniram-se algumas condições, tais como, o melhoramento das acessibilidades, a existência de mão-de-obra considerável e a promoção de políticas

locais através da oferta de solo infraestruturado para fins industriais, que permitiram a configuração de polos industriais como o de Viseu e o de Castelo Branco.

Quanto à região de Lisboa, é a mais importante do país tanto em termos de emprego como em volume de negócios. Com efeito, o volume de negócios gerado em 2009 ascendeu a 160.301 milhões € (24.240 milhões € provenientes da Indústria Transformadora). Verificou-se uma terciarização acentuada da atividade económica (comércio, imobiliário e construção), embora na NUT III - Península de Setúbal o sector industrial tenha ainda um peso significativo (27,3% do VAB e 27,8% do emprego).

A dinâmica de competitividade e inovação da região está assente num conjunto diversificado de setores: agroalimentares, construção e materiais de construção, químico, farmacêutico, biotecnologia, material de transporte, automóvel, serviços (software, telecomunicações, logística, financeiros, distribuição, turismo).

Tem uma balança comercial deficitária apesar de se ter registado um crescimento de 28% nas exportações em 2011 e verifica-se que a proporção das exportações de bens de alta tecnologia em 2011 foi de 4,2%, com especial destaque para a sub-região da Grande Lisboa (4,8%) sendo os seus principais clientes: Espanha, Alemanha, Angola, França e Reino Unido.

Mais de metade das exportações corresponde a produtos industriais e material de transporte (peso significativo das vendas da Autoeuropa no total). A proporção das exportações de bens de alta tecnologia em 2011 foi de 4,2%, com especial destaque para a sub-região da Grande Lisboa (4,8%).

A região do Alentejo, talvez seja aquela que maiores alterações sofreu, no entanto continua a verificar-se que a produção agrícola tem um peso significativo na estrutura produtiva da região, com produtos de qualidade reconhecida a nível nacional e internacional.

Destaque para a indústria extrativa em termos de volume extraído e valor a nível nacional (o Alentejo tem uma das mais ricas reservas mundiais de sulfuretos polimetálicos) e para a indústria da cortiça.

É uma região rica em recursos energéticos (energia solar) e com capacidade de produzir biomassa e biocombustíveis e a exploração/rentabilização do Porto e da Plataforma

industrial e logística de Sines assumem uma importância determinante no desenvolvimento económico da região e do país.

A reserva de água proporcionada pela albufeira de Alqueva e as diversas valências a ela associadas (abastecimento de água, agricultura, indústria e turismo) contribuem para a diversificação da atividade económica da região.

Novas áreas de diversificação económica: a indústria aeronáutica com o projeto Embraer.

De acordo com os dados do INE, a sua Balança Comercial é superavitária e a registar um crescimento de 21% nas exportações em 2011 (representaram 4% do total nacional).

Os principais clientes são Espanha, Alemanha, França, Países Baixos e Finlândia, sendo que mais de 70% das exportações correspondem a produtos industriais e alimentares (peso significativo das transações operadas no Porto de Sines).

A proporção das exportações de bens de alta tecnologia em 2011 foi de 2,8%, com especial destaque para a sub-região do Alentejo Central (14,9%).

Já na região do Algarve, o Volume de negócios gerado em 2009 foi de 8.077 milhões € (301 milhões € Indústria Transformadora) o que representou 2,4% do Volume de negócios total e 0,4% do Volume de negócios na indústria transformadora.

O tecido económico desta região está assente em três sectores-chave, quer pelo pessoal que empregam, quer pela riqueza que geram: o turismo (alojamento e restauração), a construção civil e o comércio por grosso e a retalho.

O setor agroalimentar e aquicultura com a ligação deste último à biotecnologia são importantes na economia da região e assumem uma vertente marcadamente exportadora.

As indústrias transformadoras dominantes são a metalúrgica, alimentar, madeira e cortiça. A Balança Comercial desta região é deficitária embora as exportações tenham registado um Crescimento de 44% em 2011 (representaram 0,3% do total nacional). Os principais clientes são Espanha, Angola, Itália, Países Baixos e França. Mais de metade das exportações são produtos alimentares, seguidos dos produtos industriais (35%). Proporção das exportações de bens de alta tecnologia em 2011: 3,1% do total.

Em 2011 o Algarve registou um crescimento no nº de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros na ordem dos 6% face ao ano de 2010, em linha com a média nacional 5,8%.

4.3 Enquadramento do setor industrial na Península de Setúbal

A Península de Setúbal (PS) tem uma área de cerca de 1.421 Km² e faz fronteira, a sul com Alentejo Litoral, a leste, com o Alentejo Central, e a norte, com a Lezíria do Tejo e a Grande Lisboa (GL). Abrange os concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

Mapa 1: A Península de Setúbal com destaque para o concelho do Seixal



Fonte: Câmara Municipal do Seixal

A principal característica geográfica da PS reside na sua localização excecional e singular entre os estuários dos rios Tejo e Sado tendo as atividades ligadas ao mar, desde cedo, desempenhado um papel importante para a economia deste território. Esta

excelente localização da PS, tem sido considerada como um potencial endógeno de desenvolvimento bastante importante para o seu crescimento e expansão.

A PS é uma região enriquecida em termos naturais, pois agrega espaços de grande riqueza natural dentro dos seus limites territoriais, destacando-se a Reserva Natural do Estuário do Sado e do Tejo, o Parque Natural da Arrábida e a Paisagem Protegida da Arriba fósil da Costa da Caparica.

Para melhor conhecer este espaço regional e os fatores que contribuíram para a instalação de várias indústrias importa elaborar-se uma caracterização da situação demográfica e macroeconómica da PS.

Embora a PS continue a crescer, do ponto de vista populacional (de acordo com os dados dos Censos de 2011), encontra-se já longe do crescimento populacional verificado em decénios anteriores, até porque os movimentos migratórios rumo a esta região também diminuíram. A principal causa subjacente à forte atração migratória da PS, prende-se com o processo de industrialização, que até meados dos anos 80 proporcionou expectativas de emprego e provocou a fixação de grande número de naturais de outros distritos. Neste domínio, é importante destacar o concelho do Seixal por ser um concelho que alberga muita população do exterior (nacional) e cujos motivos de fixação se prenderam com a implantação da Siderurgia Nacional nos anos 60.

Este território registou nas últimas décadas algumas mudanças significativas no que diz respeito à estrutura das atividades produtivas e à estrutura da população empregue, que acompanhou genericamente a evolução verificada no país, nomeadamente:

- Um crescimento generalizado do sector dos serviços associado a um decréscimo do sector secundário onde importa realçar o significativo peso da desindustrialização no emprego e o impacto que esse processo teve na reestruturação produtiva da região e na reconversão ocupacional dos operários industriais;
- Um crescimento elevado das taxas de atividade feminina evidenciando uma progressiva feminização da mão-de-obra e traduzindo-se num aumento da taxa de atividade geral;
- Um crescimento exponencial das profissões de maior exigência quanto a qualificações.

Nas últimas décadas a PS sofreu um importante processo interno de recomposição sócio produtiva. Este processo decorreu de uma relativa desindustrialização acompanhada por um importante crescimento do setor terciário, fato que levou a um enorme desequilíbrio da sua estrutura produtiva que se relaciona com a decadência do setor industrial, que em anos anteriores detinha o papel de estruturador económico e sócio produtivo desta região.

4.4 A indústria no Seixal

O município do Seixal, com 94 km² de superfície, possui características muito particulares no contexto da região em que se insere. Uma das características mais interessantes do Seixal é a sua extensa frente ribeirinha, que se desenvolve ao longo de um braço do Tejo, formando uma baía natural, a qual, com o sapal de Corroios, constitui um conjunto de grande valor ecológico e paisagístico.

Foto 1: Vista aérea do Seixal



Fonte: <http://www.cm-seixal.pt/seixaljazz/2009/conteudos/Seixal.html>

Este concelho, registou nas últimas décadas acréscimos populacionais muito superiores aos que se verificaram, quer na AML- Área Metropolitana de Lisboa¹² quer na PS o que determinou profundas alterações na sua identidade original. Todavia, essa dinâmica superior de crescimento populacional esbate-se completamente na última década (2001-2011). Evidencia-se uma forte redução da taxa de crescimento populacional face à década anterior a qual passa a ser inferior à verificada tanto na AML como na PS, embora seja ainda superior à média do país.

Tabela 2: População residente no município do Seixal, Península de Setúbal, AML e em Portugal Continental (1981-2011)

	1981	1991	2001	2011	VARIAÇÃO 1981-1991 (%)	VARIAÇÃO 1991-2001 (%)	VARIAÇÃO 2001-2011 (%)
SEIXAL	89 169	116 912	150 271	158 269	31	28,5	5,3
PENÍNSULA DE SETÚBAL	584 648	640 493	714 589	779 373	9,6	11,6	9,1
AML	2 482 276	2 520 708	2 661 850	2 821 699	1,5	5,6	6,0
PORTUGAL CONTINENTAL	9 336 760	9 375 926	9 869 343	10 047 083	0,4	5,3	1,8

Fonte: INE, Censos 1981 a 2011

Este crescimento populacional não é uma consequência do aumento da taxa de natalidade, que, pelo contrário, encontra-se em declínio, particularmente desde 91. Esta evolução demográfica, é um efeito dos movimentos migratórios, que apesar de menores do que em décadas anteriores, continua a registar valores superiores neste concelho da PS. É por este motivo, que se pode justificar o fato do crescimento efetivo da população, neste município, ser bastante superior ao seu crescimento natural.

Contudo, atualmente já se assiste ao desacelaramento do ritmo de crescimento da população relativamente aos períodos anteriores. Sendo assim, é de se prever que esta

¹² A Área Metropolitana de Lisboa é uma região com 18 municípios da Grande Lisboa e da Península de Setúbal. São eles: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira.

tendência agravará a situação do envelhecimento populacional¹³, fenómeno que aliás tem afetado todo o país e toda a Europa, como aprofundarei adiante.

Provavelmente, a única hipótese de contrariar esta propensão será tirando partido do conjunto de fatores bastante atrativos para a população exterior, tais como a existência de grandes áreas de solo expectante a sul da Autoestrada para a fixação de novas famílias; proximidade à metrópole proporcionada pelas excelentes acessibilidades a Lisboa facilitadas através da ligação fluvial, rodo e ferroviária pela ponte 25 de Abril; alargamento da oferta de emprego, principalmente na área dos serviços; construção e renovação da rede de saneamento básico e criação de uma boa rede de equipamentos coletivos que permitem a integração social da população e facilita as relações de intercâmbio com a AML.

No que diz respeito aos setores de atividade económica, a população ativa divide-se da seguinte forma:

- **Setor Primário:** Este setor emprega cada vez menos população do concelho, podendo-se considerar mesmo residual. A agricultura terá mesmo sido a atividade que mais se ressentiu com o processo de urbanização deste território;
- **Setor secundário:** Este setor ao longo dos últimos anos tem vindo a decrescer neste concelho. No entanto, salienta-se que este concelho já foi fortemente industrializado; a partir do século XIX¹⁴ pode considerar-se como soberano nesse domínio, pois experimentou quase todo tipo de atividades económicas industriais: desde a agricultura (com as suas indústrias rurais – lagares de azeite, adegas, moinhos de maré, de vento, vapor e mecânicos), a pesca (secas de bacalhau, fábrica de conserva de peixe e de produção de adubos), a silvicultura (serração e fábrica de resina), desde estaleiros navais até ao armazenamento e tratamento de madeiras para a construção naval, desde o fabrico de pólvora e de explosivos até ao fabrico de medicamentos, desde a produção de tintas ao fabrico de produtos plásticos, desde a indústria têxtil, vidreira e corticeira até e à indústria siderúrgica e metalúrgica. Trata-se de um território com muitos testemunhos materiais herdados da pré-industrialização, da protoindustrialização, da industrialização e dos efeitos da desindustrialização.

¹³ Este índice permite aferir, diretamente, o grau de envelhecimento da população e, é obtido pela relação entre a população idosa (considerada >=65 anos) e a camada jovem (< 15 anos).

¹⁴ O património industrial do concelho do Seixal, in: “Ecomuseu Municipal: textos de apoio”.

A partir da segunda metade do século XIX, começou a registar-se um significativo surto de desenvolvimento económico e industrial, com a instalação de diversas unidades fabris (têxtil, vidro e cortiça). Ficaram conhecidas a Companhia de Lanifícios de Arrentela, a vidreira Fábrica da Amora e as corticeiras Mundet & C.^a, Lda. e Wicander. A partir de finais do século XIX, o Seixal assumiu um papel muito importante no desenvolvimento da indústria corticeira portuguesa tornando-se no principal centro corticeiro do País¹⁵.

Foto 2: A Fábrica de cortiça Mundet & C.^a, Lda



Foto: Câmara Municipal do Seixal

Nos anos 60, a instalação da Siderurgia Nacional¹⁶ (inaugurada em 1961) e a ponte sobre o Tejo (1966) deram um novo impulso ao desenvolvimento económico do Concelho, com grande incidência no crescimento demográfico e na alteração profunda das suas características urbanísticas. Atualmente, a siderurgia funciona em moldes completamente diferentes fruto de um forte processo de reestruturação levada a cabo por mão de investidores estrangeiros.

¹⁵ Seixal foi um dos maiores centros corticeiros do mundo, *in*: “Outra Banda”, de 28 de Julho de 1994.

¹⁶ Siderurgia Nacional trinta e três anos de laboração, *in*: “Outra Banda”.

Atualmente, o setor secundário encontra-se modernizado, em grande parte devido à construção do Parque Industrial do Seixal (PIS), uma área que se encontra destinada apenas a uso industrial e por isso planeada segundo as necessidades dessas atividades.

- **Setor Terciário:** Confirma a tendência de terciarização das sociedades, em que as atividades de comércio e de serviços desempenham um papel fundamental na economia.

Apesar desta evolução positiva no Seixal, na atualidade este concelho ainda conserva um significativo nível de dependência em relação a Lisboa. É caso para se dizer, que o Seixal teve e ainda tem a sua evolução urbana determinada pelo processo de metropolização induzido por Lisboa.

Mas não se pode falar de industrialização sem se falar do desenvolvimento das cidades e nessa medida, (Vale, 2005) afirma que dadas as vantagens económicas da aglomeração geográfica, os espaços urbano-industriais continuaram a atrair população e investimento ao ponto de muitas áreas rurais entrarem em declínio e que por isso é justo afirmar-se que a indústria foi o motor da mudança contemporânea na organização do território, ainda que o processo de industrialização se tenha verificado muito tarde e com atrasos e descontinuidades.

Na análise que faz da urbanização do território português em função da expressão espacial da indústria, (Vale, 2005) remete para o trabalho de João Ferrão (1987) que identificou uma tipologia do espaço industrial que serviu de base para analisar as dinâmicas espaciais da indústria. Esta tipologia é apresentada de acordo com a agregação de concelhos urbanos segundo a expressão do emprego industrial em relação ao país e em relação ao mercado de trabalho local, tendo-se adaptado como critérios o peso do emprego industrial do concelho no emprego industrial do país ($<1\%$ - fraco; $1-2\%$ - médio; $\geq 2\%$ - forte) e o peso do emprego industrial do concelho no emprego total do concelho ($< 20\%$ - fraco; $20-45\%$ - médio; $\geq 45\%$ - forte).

Identificadas nove categorias de espaços industriais de acordo com estes critérios onde se expressa a intensidade e relevância da indústria, destaca-se a categoria “ Áreas urbanas industrializadas e terciarizadas” (emprego industrial no país $> 1\%$ e no emprego total do concelho $20-45\%$) onde se encontra o concelho do Seixal. Trata-se de aglomerações onde os processos de urbanização foram desencadeados pela

industrialização e pela terciarização da base económica. Os concelhos abrangidos por esta categoria assumem-se como as principais aglomerações de sistemas industriais localizados, desempenhando funções com vista ao desenvolvimento da indústria, nomeadamente a oferta de serviços de apoio às empresas, o ensino, a formação, a investigação, bem como um aparelho comercial desenvolvido com uma área de influência de âmbito regional.

O significativo crescimento e desenvolvimento deste concelho transformou-o, num curto espaço de tempo, de um território de características predominantemente rurais num concelho urbano constituído por aglomerados de grandes dimensões, quer populacionais quer em número de empresas e estabelecimentos e ainda de equipamentos sociais.

A estrutura urbana municipal que resultou do crescimento desordenado da época da suburbanização e que se caracterizava por um tecido muito densificado a norte da autoestrada e de baixa densidade ocupando grandes extensões a sul daquela via, tem vindo a ser reformulado passando para uma estrutura menos segregada e mais equilibrada em termos de vivência urbana, apoiada sobretudo num conjunto de infraestruturas que foram construídas e que muito contribuíram para melhorar a mobilidade e qualidade de vida de todos os que vivem e trabalham no Seixal.

De acordo com a atual revisão do Plano Diretor do Seixal que se encontra em discussão pública, a reconversão da área da antiga Siderurgia Nacional (Siderparque), parcialmente desocupada, vai ao encontro do preconizado pelo PROTAML e para esta autarquia é um ponto fulcral para desenvolver nos próximos anos. Deverá coexistir uma forte cooperação entre o sector público e o sector privado por forma a garantir o desenvolvimento desta área através da construção de um projeto comum. O aumento da competitividade neste espaço, passa numa primeira instância pela aposta no sistema de mobilidade e da melhoria do serviço dos transportes coletivos. A importância deste polo industrial é atestada pela já instalada ligação ferroviária de mercadorias a Coina e à rede nacional.

Foto 3: Placas indicativas das instalações da Siderurgia Nacional e da empresa Baía do Tejo S.A., na atualidade



Foto: Gonçalo Barreiros Rua

Após a elaboração de um breve diagnóstico do concelho do Seixal é importante agora elaborar-se um estudo aprofundado sobre a temática em análise nesta tese.

Num primeiro plano encontra-se a área ocupada pela Siderurgia Nacional (SN) e a área do Parque Industrial do Seixal (PIS), depois temos a área de Casal do Marco (área de génese clandestina) e, finalmente, temos um quarto tipo de área, onde se enquadram todos os outros espaços industriais de menor dimensão e disseminados pelo território concelhio (com especial destaque para as que se localizam na frente ribeirinha). A que tem maior importância, no âmbito deste trabalho é de facto a primeira área, sobre a qual, para já, cingirei a minha análise (até porque essa foi determinante na compreensão histórica do desenvolvimento industrial deste concelho e da própria região).

A Siderurgia Nacional

Foto 4: Imagem atual da Siderurgia Nacional



Foto: Gonçalo Barreiros Rua

A indústria siderúrgica portuguesa foi durante todo o século XX dominada pela empresa Siderurgia Nacional¹⁷ (SN), que produzia aço, tanto pela via alto-forno, como pela via forno el trico¹⁸, possuindo estabelecimentos nos concelhos da Maia e do Seixal. A sua produção destinava-se principalmente ao mercado nacional (absorvia anualmente cerca de 700 a 800 mil toneladas de aço).

A Siderurgia Nacional foi inaugurada em 1961, com a instalação da Fábrica de Produtos Longos do Seixal tendo sido posteriormente complementada, em 1969, pela Fábrica de Produtos Planos, uma unidade cuja principal atividade era a relaminagem de bobinas a quente, importadas, e o acabamento de chapas nuas e revestidas (Almeida, 2002)

A localização da SN na freguesia de Paio Pires deveu-se a várias razões, entre as quais destacam-se: relevo pouco acentuado, grande área disponível, facilidade de terraplanagem, proximidade da capital o maior centro consumidor, acesso fácil ao porto

¹⁷ Alto-forno da Siderurgia Nacional, *in*: Ecomuseu Municipal.

¹⁸ - Via do alto-forno é a obtenção de aço bruto a partir do minério; a via forno elétrico obt m-se o minério através da transformação de sucatas.

de Lisboa onde chegariam matérias-primas e por onde se escoariam produtos, abundante água doce no subsolo e proximidade dos minérios de ferro do sul do país.

A este respeito, Cruz (1973, p. 128) escreveu: “...ao defender-se a integração desta indústria na região metropolitana de Lisboa, não deixou de estar presente um complexo de motivos de peso: os pequenos custos relativos de transporte da matéria prima estrangeira e os produtos a irradiar, a complementaridade técnica em ordem a outras indústrias repartidas em torno de Lisboa e, deste ponto de vista, também a possibilidade de contar com uma certa tradição de operariado não completamente inqualificado.”

Considerada uma importante alavanca na economia nacional a SN beneficiou, anos mais tarde, da conceção de um plano de dinamização e expansão - o Plano Siderúrgico Nacional (PSN)¹⁹ que não foi muito bem conseguido. Em 1979 ainda arrancou o Plano de Expansão de Produtos Longos do Seixal (PEPLS), que correspondia à 1ª fase do PSN. No entanto, o contexto do pós 25 de Abril de 1974 suscitou a reformulação do PSN no sentido da reestruturação desse subsector, ficando bloqueado o PEPLS. Para esse bloqueio muito contribuíram as novas condições concorrenciais decorrentes da entrada na CEE (em 1986). Neste cenário surge sob as orientações da CEE o Plano de Reestruturação da Siderurgia Nacional (PRSN)²⁰, em detrimento do PSN, e cujos objetivos principais se prendiam com a necessidade de modernização do setor e o seu saneamento financeiro para assegurar a competitividade da empresa. Com a entrada no mercado europeu dos Países do Leste a SN enfraqueceu. Os resultados deficitários da SN agravaram-se após o PRSN (concluído em 1991), apesar do aumento na produtividade.

Foi neste quadro económico desfavorável que o governo português decidiu privatizar a sua empresa siderúrgica. Surge então o Plano Estratégico de Reestruturação Global da SN (PERGSN) que teve como pilares fundamentais a divisão da empresa em três

¹⁹ - PSN- aprovado em 1977, previa três Projetos principais: a expansão da linha de produção de longos no Seixal (varão, barra e outros perfis); o empreendimento mineiro de Moncorvo e o programa de aproveitamento integrado das pirites do Alentejo, garantindo assim, a integração nacional de todo o processo, desde o fornecimento da matéria-prima até à colocação do produto acabado no mercado.

²⁰ - “ O PRSN [aprovado em 1985] previa para investimento e saneamento financeiro um montante na ordem dos 95 milhões de Contos, que englobava o pagamento das dívidas contraídas com os equipamentos contratados para o PEPLS, alienados, entretanto, a preços muito baixos, encerramento das instalações de perfis pesados e de carril (...) modernização do trem contínuo (...) e redução de cerca de 1800 postos de trabalho, mediante pré-reformas aos 55 anos e rescisões do contrato de trabalho por mútuo acordo” (Soares, 2001: 58).

sociedades autónomas, controladas por uma holding (enquanto não se concretizasse a privatização, que ocorreu em 1991 – Decreto-Lei nº 113/91 de 20 de março); a substituição do alto-forno por um forno elétrico; melhorias tecnológicas na Fábrica de Produtos Planos e da Maia; redução de efetivos e aumento da produtividade. A SN divide-se então em quatro empresas: a SN- Longos²¹; a SN- Planos²², a SN- Serviços, S.A.²³ e a Urbindústria- Empresa de Urbanização e Infraestruturação de Imóveis, S.A., para administração do património fundiário da empresa, com participação da Câmara Municipal do Seixal (CMS) e capitais públicos oriundos da SN.

Esta reestruturação da SN teve muitos impactos negativos. Na compilação que o professor Manuel Lima faz dos textos publicados sobre o Seixal (Lima, 1994, p. 175), e fazendo a citação de texto publicado no jornal Outra Banda (1994) pode ler-se: “ *Uma das maiores reestruturações tecnológicas previstas para o conjunto será a substituição, a partir de 1996, do processo de produção de aço por via integrada com alto-forno, por uma aciaria dotada de um novo forno elétrico de 140 t, tipo D.C.. Em termos de produtos longos, acabará a produção de barras e perfis, optando-se apenas pela produção de varão e fio/máquina. Tal facto, vai com certeza refletir-se no número de postos de trabalho no conjunto siderúrgico do Seixal, que em 1988 era de 4162, em 1993 de 2527 e prevendo-se para 1997 apenas 1410.*”

De forma positiva destaca-se o grande loteamento industrial a que foram sujeitos parte dos terrenos da SN, cerca de 99 ha, para construção do Parque Industrial do Seixal (PIS), dividido em três fases, em que duas delas se encontram completamente concluídas e asseguram o funcionamento de uma série de empresas. Pedro Soares (2001, p. 68) afirma que “*se a importância desta iniciativa ao nível da dinâmica económica da região é inquestionável, também é verdade que não ocorreu uma mobilidade do emprego entre a siderurgia e as novas empresas que se instalaram no Parque, com peso significativo para o ramo da eletrónica, como a Delco-Remi e a Pioneer*”²⁴.

²¹ - Atualmente em exploração por um grupo espanhol – grupo Megasa, que pretendia expandir o mercado a toda a faixa atlântica da Península Ibérica.

²² - Foi privatizada por um consórcio franco-holandês e passou a designar-se Lusosider. O objetivo deste grupo é assegurar a sua presença no mercado português.

²³ - Todo o seu capital continuou público, sendo vista como um balão de oxigénio, que recebeu os trabalhadores desempregados das outras duas empresas, as instalações abandonadas.

²⁴ - Na realidade os trabalhadores libertados pela SN não possuem, no geral, as características exigidas pelas empresas que se instalaram no PIS, sobretudo no que trata a idade e formação.

Relativamente à terceira fase do PIS, verifica-se que apesar de já existir alvará, o seu loteamento ainda não se concretizou. A entidade responsável pela sua execução será a Baía do Tejo, S.A., sendo que este projeto está previsto com uma prioridade de curto prazo, isto é, a realizar entre 3 a 4 anos. Corresponde à zona sul da área de intervenção da Siderurgia Nacional e as atividades económicas em causa são as áreas da logística e dos serviços.

Não se pretende a construção de um espaço reconvertido nos moldes do que aconteceu com o Parque das Nações como chegou a ser planeado para as vastas áreas industriais do estuário do Tejo. O maior interesse do Município do Seixal é instalar atividades económicas que proporcionem mais postos de trabalho, procurando assim diminuir a dependência nesse domínio, face a Lisboa.

Desde há várias décadas que a reconversão dos espaços antes afetos à atividade siderúrgica visaram a criação de um polo empresarial com uma diversidade de usos que iria muito para além das atividades induzidas pelas grandes unidades siderúrgicas instaladas, com potencialidades ímpares. Pretendia-se que esta região se tornasse num polo privilegiado de captação de investimento no quadro do desenvolvimento económico do País e, consequentemente da Região e do Concelho.

Existem várias questões cuja importância não pode deixar de ser relevada. No caso concreto da SN, em que são bem visíveis os antigos edifícios e componentes afetas à laboração da fábrica, a memória da atividade outrora desenvolvida permanece presente e identifica a população com as épocas de prosperidade em tempos vividas. A existência destes vazios industriais, podem de alguma forma constituir uma oportunidade de reestruturar urbanisticamente esses locais com grande visibilidade para o setor público e com grande lucro para o setor privado. Todavia, estes espaços têm um valor em termos históricos e culturais pois são a prova viva da história industrial de uma região, prova essa que não pode ser descurada ou ignorada.

Os responsáveis pela autarquia estão conscientes de que a requalificação da área da Siderurgia Nacional é essencial no sentido de reordenar este espaço, tendo em vista uma perspetiva museológica de forma a preservar a história desta freguesia do Seixal e do próprio concelho. Já em 2000/2001, o Programa de Qualificação e de Desenvolvimento do Ecomuseu Municipal do Seixal, previa uma vertente do circuito de património industrial no concelho que pretendia abranger a programação e o tratamento

museológicos necessários à interpretação, valorização e difusão de acervos industriais móveis, de património imóvel e de locais representativos da industrialização, da história da indústria e da história social do concelho, da região e do país, nomeadamente, o Alto Forno da Siderurgia Nacional (Seixal E. M., 2000/2001). Este trabalho desenvolvido pelo Ecomuseu Municipal do Seixal, tem tido como principais objetivos o aproveitamento, valorização, reabilitação e reutilização de uma razoável diversidade de testemunhos industriais concentrados no concelho do Seixal, com qualidade e características capazes de lhes conferir um estatuto patrimonial.

Recentemente, através da Portaria n.º 740-CO/2012 de 25 de Dezembro, o alto-forno da SN foi classificado como Monumento de Interesse Público o Alto - Forno da Siderurgia Nacional. No texto que enquadra a Portaria pode ler-se: “Permaneça ainda como “lugar de memória”, tanto para o meio social onde se encontra implantado, onde é referência identitária fundamental, como para a compreensão global do fenómeno industrial português.”, o que vai ao encontro do referido anteriormente.

Os terrenos da SN são considerados um enclave no concelho do Seixal, constituem uma barreira de acesso restrito, concentrada na mão de capitais privados. A grande dimensão da propriedade e o grau de degradação que apresenta exigem altos investimentos.

A requalificação ambiental das áreas ocupadas pela Siderurgia Nacional é uma condição imperiosa para o seu (re)ordenamento urbanístico.

Aliada à estratégia e ação da própria autarquia para a requalificação do concelho parece existir também uma estratégia para a região conforme se constata no documento Estratégia Lisboa 2020- Uma Estratégia de Lisboa para a região de Lisboa, elaborada pela CCDR-LVT. Destaca-se o eixo estruturante Lisboa 2020 (CCDR-LVT, 2007) intitulado Requalificação do Arco Ribeirinho Sul, que define a “Requalificação urbanística e revitalização económica do Arco Ribeirinho Sul”, num quadro de atração de novas indústrias e serviços, designadamente no âmbito do ambiente, turismo e multimédia, nomeadamente através de:

- Intervenções sócio-urbanísticas de reconversão de *brown areas* nas zonas de Almada nascente (Margueira); Seixal (Siderurgia); e zona industrial do Barreiro (Quimiparque);
- Requalificação de zonas ribeirinhas;

Este programa identifica como objetivos a preservação e recuperação das frentes ribeirinhas, a reconversão de áreas industriais em declínio ou abandonadas e a promoção da frente atlântica como espaço de recreio ou lazer.

O concelho do Seixal possui outra área industrial de relativa importância – Casal do Marco – cuja génese é clandestina. Essa área é povoada por indústrias não pesadas, predominam os grandes pavilhões e são visíveis as condições de desordem e falta de planeamento. Com efeito, é uma área intensamente ocupada, mas sem as mínimas condições no que concerne a equipamentos, infraestruturas e espaços verdes. A grande fragmentação da propriedade e o consequente elevado número de proprietários, com interesses distintos e com o predomínio de estratégias industriais baseadas na redução de custos e em fracos investimentos, dificulta a materialização de qualquer plano de requalificação territorial.

Uma outra área abrange realidades industriais dispersas pelo Concelho, das quais se salientam a área de Santa Marta e a Quinta da Arjena onde predominam os grandes pavilhões que misturam as funções industriais com as terciárias; e as oficinas de reparação naval que se distribuem, essencialmente pela margem ribeirinha, e se encontram na sua maioria desativadas.

Para além destas áreas existem outras que foram identificadas como antigos espaços industriais e que gozam atualmente de outro uso:

- Desde a municipalização da Mundet²⁵ em 1996, o Edifício das Caldeiras Babcock & Wilcox – património imóvel e integrado - tem sido museologicamente gerido pela Câmara Municipal do Seixal através do seu Ecomuseu Municipal;
- Antiga fábrica da cortiça²⁶ que foi demolida;
- Fábrica de Lanifícios que passou a sala de exposições e museu;
- Fábrica da Pólvora²⁷ de Vale de Milhaços: encontra-se sobre a restrição imposta por ser considerada uma área perigosa, apesar das instalações se encontrarem desativadas, mas prevê-se que assim que se ultrapasse essa questão, será disponibilizada para a instalação de um museu e uma área urbana de residência.

²⁵ A Mundet & C^a, Lda – p Seixal e Mora, *in*: Tribuna do Povo.

²⁶ Cortiça, património industrial e museologia, *in*: Boletim Municipal nº 296 de 21 de abril de 2000.

²⁷ Circuito da Pólvora negra, *in*: “Revista História”, nº 46 de junho de 2000.

De acordo com a Portaria n.º 740-BG/2012 esta fábrica foi classificada como monumento de interesse público. Laborou cerca de 106 anos, entre 1895 e 2001. O seu período mais importante iniciou-se em 1898, com a criação da Companhia Africana de Pólvora, que se especializou no fabrico de pólvora negra destinada ao mercado de Angola. Mantendo praticamente inalterados, até ao seu encerramento, a planta fabril, o processo de fabrico, o sistema energético e o modo da sua transmissão, o conjunto que define e integra o circuito da pólvora negra constitui um exemplar único a nível internacional, perpetuando os diversos valores técnicos e industriais fundamentais associados à 1ª revolução industrial que ocorreu em Portugal.

5 Análise socioeconómica do processo de desindustrialização

Os processos de desindustrialização verificados em vários pontos do mundo, deixam marcas muito profundas e difíceis de ultrapassar. As principais consequências passam pela existência de terrenos industriais abandonados assim como antigos edifícios. A diminuição da população em antigos centros industriais dando expressão, nos casos mais extremos, às chamadas *shrinking cities*, com o aumento do desemprego e a adaptação a novas realidades decorrentes da degradação sócio económica verificada, são consequências muito nefastas de todo este processo.

5.1 Os últimos 30 anos - Aspetos gerais

Do anteriormente exposto, constata-se que as economias capitalistas entraram desde 1970 num processo de reestruturação, marcado por novos modelos de acumulação de capital. Nesse processo destaca-se a clara desindustrialização²⁸, mais visível a nível do emprego. Em oposição assiste-se a uma crescente terciarização da mão-de-obra e a consolidação da polarização económica e social²⁹. Por outro lado, com a modernização

²⁸ - “O desinvestimento industrial tem vindo a marcar a evolução da economia regional de forma decisiva desde finais dos anos 70, colocando as regiões perante novos desafios e paradigmas de desenvolvimento” (Saraiva, 2001: 73).

²⁹ A este respeito ver (Kloosterman, 1996).

das técnicas e dos processos de produção a produtividade aumentou, repercutindo-se no aumento da competitividade e da especialização (Gomes, 2001, p. 47). Como sempre o palco de toda esta transformação é o território, que testemunha ele próprio a configuração de uma nova ordem de produção.

Esse processo de reestruturação³⁰ afetou em particular os territórios metropolitanos que segundo Castells (1990) são os sistemas técnicos e organizativos cruciais para o processo de crescimento nas sociedades capitalistas. O novo modelo de reorganização do espaço produtivo surgido da crise fordista demarca-se por uma tendência para a desconcentração produtiva, não sendo, no entanto, oposta ao processo de centralização do capital, mas relaciona-se com um modelo de desconcentração territorial. Esta reorganização tem o objetivo de procurar alternativas aos territórios tradicionais, por isso grande parte da indústria (ligada à produção física) dirige-se para a periferia, enquanto os segmentos administrativos e de Investigação e Desenvolvimento (I&D) permanecem e concentram-se nas áreas metropolitanas.

Significa isto que para além da realocação de unidades empresariais tem-se também a segmentação interna do processo produtivo e empresarial. A este processo de reestruturação associa-se, por um lado, a emergência de sistemas de industrialização difusos ou espontâneos, que surgem na periferia beneficiando de boas acessibilidades, uma boa rede de centros urbanos de dimensão média, de um mercado de dimensão regional e mão-de-obra menos onerosa, entre outros (Gomes, 2001, p. 49); por outro lado, surgem nas áreas metropolitanas novos espaços como parques tecnológicos ou científicos (resultado da imposição do modelo de produção flexível, já que a inovação e o desenvolvimento tecnológico são o suporte da competitividade e manutenção dos níveis de procura).

Conclui-se portanto que a reestruturação ao mesmo tempo que incrementa a emergência de novos territórios industriais, favorece também o abandono de áreas industriais tradicionais consideradas obsoletas. Acresce-se ainda que autores como (Gomes, 2001) acreditam e provam que neste cenário as áreas metropolitanas ganham maior peso e

³⁰ Rodrigues (1991) distingue cinco tipos de processos de reestruturação, geradores de novas dinâmicas regionais: I- recuperação da competitividade após reestruturação empresarial, com tendência para o reforço da especialização produtiva sectorial; II- recuperação da competitividade após reestruturação empresarial, com tendência para a diversificação produtiva sectorial; III- reconversão do tecido produtivo local, com a emergência de um novo sector; IV- reconversão do tecido produtivo local, com tendência para a diversificação sectorial e económica; V- regressão da actividade económica e a consequente marginalização económica da região.

importância, já que nelas “prevalece a organização e fluidez de mercado necessárias à flexibilização dos processos produtivos, à inovação e à mobilidade social da população” (Gomes, 2001, p. 53). Nessas “regiões ganhadoras” encontra-se mão-de-obra abundante e altamente qualificada, principais infraestruturas e equipamentos, maior capacidade de inovação e difusão da informação e uma boa rede de serviços de apoio à produção. Esta interação entre os sectores, em particular entre o sector secundário e o terciário, deu origem à “terciarização da indústria” e à “industrialização do terciário”. Tudo isto, bem como a desconcentração territorial das atividades económicas só foi possível graças aos avanços nas das novas tecnologias.

Como já foi mencionado, Portugal tem uma distribuição territorial da indústria muito desequilibrada, sendo que Lisboa e Setúbal desde sempre se destacaram pelo maior peso desse setor e por uma forte implantação dos ramos que detêm as unidades mais modernas e desenvolvidas do país, tais como, a siderurgia, construção de material de transporte e químicas.

Ferrão (1987) desenvolveu uma classificação tipológica das áreas industriais em Portugal e defende que o sistema industrial português esteve desde a sua origem associado a um processo geográfico de “polarização crescente e sistemática” sendo por isso possível identificar as grandes áreas de produção industrial. Por ordem decrescente Ferrão (1987) apresenta-nos as sete grandes áreas industriais nacionais: cidades de Lisboa e Porto, Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, áreas rurais periféricas ao contexto metropolitano, áreas industriais antigas dos distritos do litoral, áreas industriais antigas dos distritos do interior, sedes de distrito e, por último, áreas rurais marginais. “Sendo estas as áreas de industrialização histórica, podemos talvez considerar a hipótese de a desindustrialização e o desinvestimento industrial se ter sentido com maior persistência nessas áreas” (Saraiva, 2001: 80).

Quer a cidade quer a Área Metropolitana de Lisboa possuem características muito específicas na indústria portuguesa em inícios da década de setenta (período pré-crise), destacando-se o papel de gestão e forte relacionamento que manteve e continua a manter com o capital estrangeiro, encontrando-se aqui igualmente as unidades e os setores mais modernos e dinamizadores da indústria portuguesa. Esta concentração tradicional da indústria no perímetro de Lisboa e Setúbal foi também favorecida pela

Reorganização Industrial da Lei n.º 2005, de 14 de Maio de 1945 e por toda a política do Estado Novo.

Neste sentido, Ferrão (1988) afirma que os processos de modernização e abertura ao exterior da economia portuguesa, que se fazem sentir a partir do início da década de sessenta, manifestaram-se com especial incidência na Região de Lisboa, já que vai ser aí que se localizam unidades com graus de estruturação organizativa e tecnológica avançados, com base em investimentos nacionais e estrangeiros. Nessa região destacam-se indústrias como:

- Siderurgia Nacional, cuja proposta surgiu no I Plano de Fomento e começa a implantar-se em 1958, em grande parte com o impulso do grupo Champalimaud. Esta empresa vai localizar-se no concelho do Seixal, aproveitando a proximidade do mar, de um grande centro consumidor e de empresas relacionadas com essa unidade, e a existência de espaço disponível e de mão-de-obra com tradição industrial (Gomes, 2001, p. 81).
- Lisnave (empresa de construção e reparação naval), localizada no concelho de Almada e inicia a construção dos estaleiros em 1964, sendo inaugurada em 1967. Tal como acontece com a Siderurgia Nacional, a Lisnave promove a atração e desenvolvimento de empresas relacionadas entre si.
- Fábrica de Tabacos no concelho de Sintra.
- Indústria de Telecomunicações Portuguesas.
- Firestone Portuguesa (1958).
- Alumínio Português (1965).
- Setenave e Mague (Setúbal).
- CUF (Companhia União fabril – indústria Química) (Barreiro, 1907).

Estas indústrias beneficiavam também dos serviços empresariais e da proximidade dos órgãos de decisão, garantindo assim uma gestão eficiente.

Apesar de todo este desenvolvimento a crise dos choques petrolíferos, vai tal como aconteceu noutras regiões, afetar a economia capitalista nacional e desencadear um processo de reestruturação ainda que menos profundo e mais tardio. O autor Gomes, (2001, p. 85), refere que *“os distritos de Lisboa e Setúbal são os que mais vulneráveis se vieram a revelar face à crise despetotada no início dos anos setenta, devido principalmente aos setores mais afetados pela mesma (petróleo e seus derivados,*

metalúrgicas de base e metalomecânicas pesadas) aqui se localizarem, mas também pela estrutura organizativa das empresas e tipos de gestão da mão-de-obra que caracterizavam as unidades desta região”. Além disso, nesta altura começa a sentir-se os efeitos da aglomeração (problemas de congestionamento de tráfego automóvel, saturação de infraestruturas e equipamentos, falta de habitação, poluição, etc.) e dá-se a revolução de Abril de 1974. Toda esta conjuntura incita a transformações profundas para solucionar as crises geradas.

As décadas de oitenta e noventa registaram algumas transformações na indústria portuguesa, nomeadamente a diminuição do peso de alguns ramos industriais como a construção naval, a siderurgia, a metalurgia, a química e alguns segmentos da metalomecânica, mas também as conserveiras de peixe e de tomate, a fiação, a tecelagem e a eletrónica de computadores (Ribeiro, 1995). Esta regressão deveu-se à crise interna e externa, bem como à abertura do mercado e da concorrência externa, proporcionada pela adesão à CEE em 1986. Por outro lado, fruto do acréscimo das atividades de exportação e de novos aproveitamentos do mercado interno, verifica-se um reforço substancial de setores como o das confeções, malhas, têxteis-lar e calçado, automóveis e componentes, moldes e cristalaria, e os subsectores da cerveja, sumos, águas minerais e laticínios, eletrodomésticos e eletrónica de consumo.

“Poder-se-á assim referir que os anos oitenta e noventa são marcados, ao contrário do período precedente, por uma tendência de redistribuição da estrutura industrial do país ao nível do território” (Gomes, 2001, p. 94). Contudo, reconhece-se que essa distribuição é ainda muito desequilibrada, apesar da tendência para a desconcentração, que reforça claramente o norte e centro litoral.

Em termos de estrutura sectorial a AML atesta uma maior diversificação, em parte devido ao aumento das Pequenas e Médias Empresas (PME), e um particular dinamismo nos sectores da indústria alimentar e de bebidas, do papel e tipografia, e no fabrico e componentes de automóveis. Não obstante, predominam ainda os setores da indústria pesada como o fabrico e montagem de materiais de transporte, química, construção e reparação naval e cimento. A AML destaca-se ainda pela maior concentração de recursos de I&D no domínio industrial e por importantes índices de produtividade bem como se apresenta como a região privilegiada para a localização das sedes das empresas industriais.

A industrialização da AML e da Península de Setúbal em particular, foi inicialmente baseada em setores, como a construção e reparação naval, metalomecânica pesada, siderurgia, químicas, às quais se associavam várias outras empresas, formando fortes sinergias. Com a emergência da crise económica dos anos 70, o setor industrial nessa região desmoronou, já que a interligação e a dependência entre os vários sub-ramos presente eram muito grandes. Assiste-se então uma série de falências, despedimentos maciços (Por exemplo a Lisnave entre 1977 e 1989 reduziu o n.º de trabalhadores de 9700 para 3900; (Vale, 1999)); registou a suspensão ou atraso no pagamento de salários, dificultando a resolução da crise.

No período 1985 e 2000 foi notório o decréscimo no emprego industrial que afetou no geral a AML. Destacam-se pela negativa concelhos como o Seixal, Setúbal, Almada e Barreiro. Ainda assim, registaram-se alguns casos de crescimento como em Mafra, Sintra, Azambuja, Palmela, Moita e Sesimbra, onde havia abundância de mão-de-obra, solo disponível a preços mais acessíveis e uma melhoria das acessibilidades. Nos concelhos da margem sul instalaram-se empresas como a AutoEuropa, Ford/Volkswagen, Delco – Remy, Pioneer e a Ford Eletrónica.³¹

A Península de Setúbal foi o território mais afetado pelo processo de reestruturação, tendo perdido, durante o período em análise cerca de 30% dos postos de trabalho.

Segundo Gomes (2001), *o processo de reestruturação industrial resultou um novo modelo de organização territorial, que apresenta efeitos positivos nas áreas centrais metropolitanas, com a tendência para a terciarização industrial (com o aumento do emprego relacionado com a direção e gestão, I&D, consultadoria jurídica e fiscal, publicidade e marketing); nas áreas periféricas metropolitanas, onde se instalam eixos de expansão industrial, parques empresariais e de investigação; e na cintura metropolitana com a instalação de áreas de industrialização periférica.*

³¹ No caso da Península de Setúbal deve salientar-se igualmente como fator decisivo para a reestruturação industrial a Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal. Com o objetivo principal de contrariar os efeitos e o forte impacto das crises de setenta na estrutura produtiva desta região, a implementação de um conjunto de políticas no sentido de modernizar o sistema produtivo e estimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico no sector revelou-se fundamental para o surgimento de novos investimentos produtivos em concelhos tradicionalmente com uma fraca expressão industrial. Assim se contribuiu de forma marcante para a reorganização territorial da produção. Essa operação integrada foi aprovada pela Comissão Europeia em 1988 e a sua duração estendeu-se de 1989 a 1993. A sua implementação foi considerada muito positiva. (Gomes, 2001, p. 101). (Rowthorn & Coutts, 2004)

Porém, os efeitos negativos sobre o território não podem ser ignorados: nas áreas centrais e periféricas metropolitanas verifica-se o abandono dos tradicionais territórios industriais. Alguns destes espaços submetem-se a processos de degradação e até vandalização, dando origem a enclaves urbanos, cuja solução é difícil de encontrar, deteriorando a imagem da sua área e dificultando a sua recuperação.

Na sua intervenção em 29 de Setembro de 2012, José António Ferreira de Barros, presidente da Associação Empresarial Portuguesa, considerou errada a orientação estratégica seguida pelo país em termos de modelo de crescimento da economia, devido ao afastamento do investimento de setores mais expostos à concorrência internacional (setores transacionáveis da economia, como é por excelência a indústria transformadora). Tal fato tem contribuído para a desindustrialização crescente do país traduzida na redução do peso relativo da indústria transformadora na produção.

No quadro seguinte e nas tabelas que posteriormente se apresentam, podemos observar diferença existente entre o número de pessoas empregadas em cada um dos setores de atividade, em 1960 e em 2011.

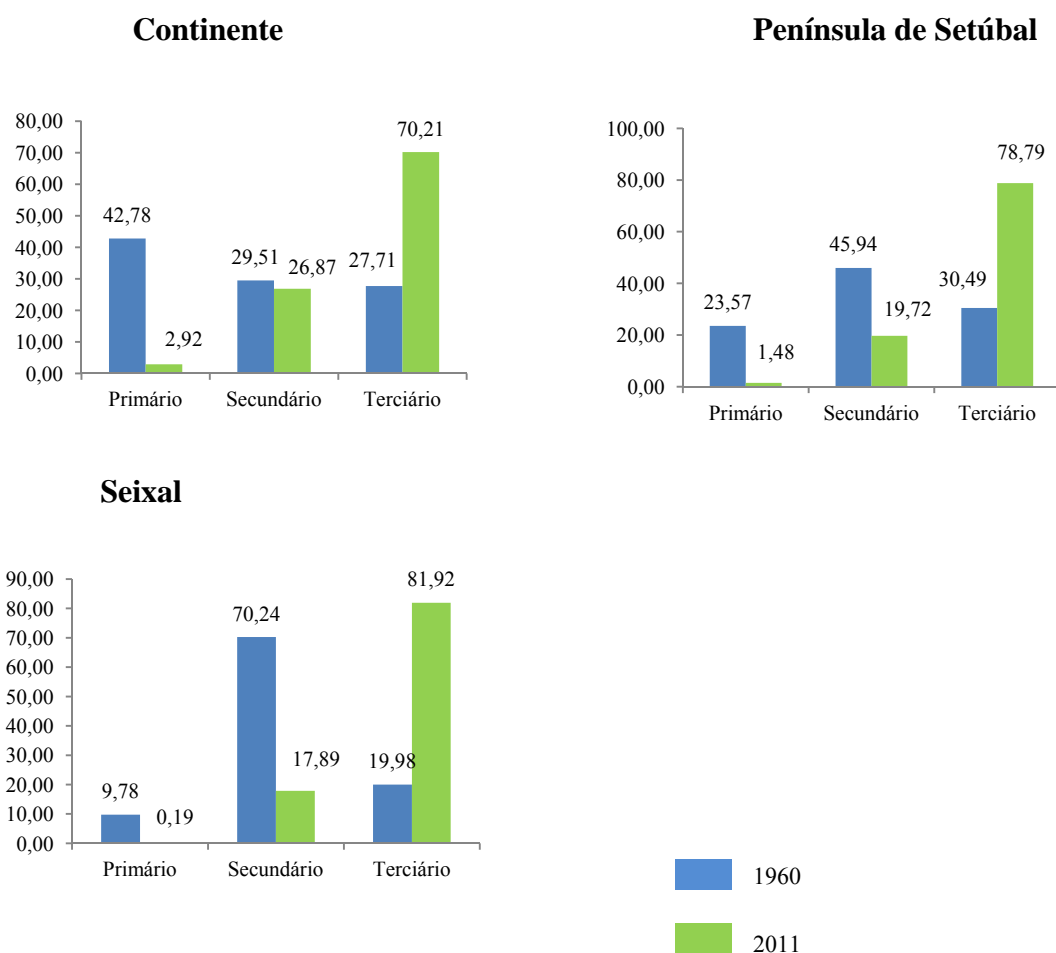
Tabela 3: População empregada segundo os censos: Total e por setor de atividade

Territórios		Setores de atividade económica							
		Total		Primário		Secundário		Terciário	
Âmbito Geográfico	Anos	1960	2011	1960	2011	1960	2011	1960	2011
NUTS I	Continente	3.126.047	4.150.252	1.337.314	121.055	922.515	1.115.357	866.218	2.913.840
NUTS II	Lisboa	636.498	1.223.276	58.587	8.810	234.955	203.141	342.956	1.011.325
NUTS III	Península de Setúbal	118.575	325.235	27.944	4.818	54.473	64.150	36.158	256.267
Município	Seixal	9.778	68.856	956	133	6.868	12.317	1.954	56.406

Fontes de Dados: INE- X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e PORDATA

Analisando os dados da tabela, constatamos o que vem sendo exposto ao longo deste trabalho, isto é, a tendência crescente e generalizada para as várias regiões do país da diminuição de pessoas afetas ao setor secundário e o seu aumento no setor terciário. Para uma mais fácil visualização, apresentam-se os dados percentuais graficamente em cada uma das regiões, sendo que a cor azul representa o ano de 1960 e a cor verde o ano de 2011:

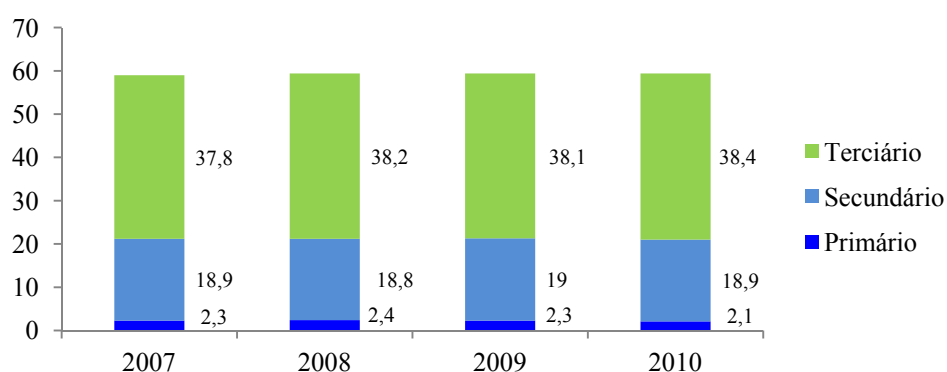
Gráfico 2: Percentagem de população empregada no Continente, na Península de Setúbal e no Seixal



Fonte: PORDATA

Numa tendência mais recente verifica-se a manutenção dos elevados níveis de população empregada afeta ao setor terciário em detrimento dos outros dois setores que praticamente mantiveram os mesmos valores percentuais ao longo de quatro anos na Região de Lisboa. Tal pode ser observado no seguinte gráfico:

Gráfico 3: População empregada por setor de atividade (em % do total nacional) na Região de Lisboa



Fonte: INE, Contas Regionais

5.2 A realidade vivida atualmente no Seixal

Já vimos anteriormente que a par das restantes regiões, também o Seixal verificou a mesma tendência de terciarização.

Todavia, o conceito de terciarização não deve ser assimilado ao simples crescimento (dominância) do emprego no setor terciário. Embora radique no conceito de terciário, a noção de terciarização tem um significado e um conteúdo muito mais abrangentes. Sem negar a relevância dos serviços autónomos, (setor terciário) aquele conceito atende também à integração crescente dos serviços nos sistemas produtivos, designadamente no sistema industrial (Lema & Teixeira, 1988).

A evolução económica das últimas décadas levou a que muitas unidades industriais se tornassem obsoletas e entrassem num declínio irreversível, ou pelo menos assim se

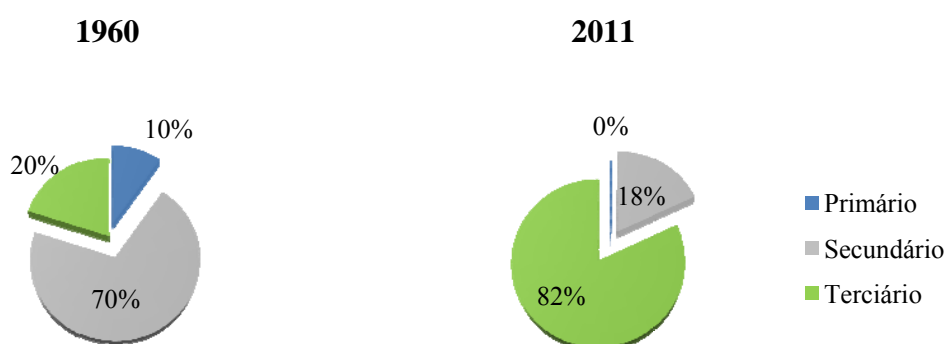
pensou durante algum tempo, encontrando-se atualmente abandonadas ou num processo de abandono.

Tal deveu-se à alteração dos processos de produção e do tipo de produtos produzidos, por um lado, e ao incremento dos setores de comércio e armazenagem, por outro. A consequência mais direta foi a necessidade de reorganização espacial das atividades e da oferta de emprego, levando à deslocalização das atividades em direção a outras áreas.

Atualmente, verifica-se no Seixal que apesar de o setor secundário ainda ter um peso muito importante, grande parte da população empregada exerce a sua atividade no setor do comércio e serviços, tendo-se verificado uma grande diminuição da população empregada na indústria.

Esta evidente alteração ocorrida nas últimas décadas trouxe importantes desvantagens para o setor da indústria, o que num concelho com fortes tradições ao nível das atividades industriais, implicou grandes alterações do tecido empresarial e nas características da mão-de-obra disponível.

Gráfico 4: Percentagem da população empregada no Seixal por setor de atividade em 1960 e 2011



Fonte: PORDATA

Para (Vale, 2005) a evolução negativa do emprego industrial em Portugal resulta da regressão da atividade nos principais focos industriais do país – Área Metropolitana de Lisboa (AML) e Área Metropolitana do Porto (AMP).

No caso do Seixal, concelho com grande tradição a nível industrial, evidenciou-se, a par da reestruturação industrial, uma deslocalização de estabelecimentos e o encerramento de unidades industriais, de que é exemplo a crise das indústrias pesadas da siderurgia. Do mesmo modo, podem também identificar-se dinâmicas de âmbito territorial, nomeadamente a expansão da função residencial e das atividades ligadas ao setor terciário.

6 O papel da autarquia

A alteração da base económica, atrás mencionada, com o ganho crescente da importância do setor terciário, refletiu-se na forma como o modelo de desenvolvimento de loteamentos industriais se adaptou à realidade então impressa no concelho, levando à construção de parques de atividades económicas que possibilitaram a instalação de inúmeras atividades económicas. É disto exemplo o Parque Industrial do Seixal (PIS) nas suas três fases onde se encontram instaladas cerca de 54 empresas (21 do ramo industrial e 33 do setor do comércio e serviços) e o Projeto Arco Ribeirinho Sul.

Uma das apostas do executivo camarário do Seixal é uma política de ordenamento das atividades económicas sustentada em torno de concentrações organizadas por parques de atividades económicas. As preocupações de organizar o tecido empresarial do concelho não permitindo a dispersão territorial indiferenciada e de revitalizar o espaço da antiga Siderurgia Nacional (onde se situa o PIS) (Seixal C. M., Território), estão atualmente em discussão e carecem de muita atenção.

6.1 Políticas adotadas no Seixal

A estratégia de intervenção da autarquia local na resolução dos problemas da desindustrialização e do declínio urbano está também fortemente condicionada pelo contexto económico global e pela orientação estratégica geral definida “superiormente” pela Administração Central. A atuação dos vários níveis da administração pública que intervêm sobre o território concreto nem sempre é pacífica podendo até gerar-se algum nível de conflitualidade não só a montante, na própria definição dos objetivos, como também na estratégia a adotar para alcançar objetivos e metas previamente definidos. Aliás, as Grandes Opções do Plano 2014 da Câmara Municipal do Seixal sublinham bem essa incompatibilidade referindo-se em concreto ao impacto negativo do Orçamento de Estado.

Nas entrevistas realizadas aos agentes intervenientes nos processos de decisão relativos aos instrumentos de gestão do território, considera-se que os instrumentos de planeamento e ordenamento do território na regeneração económica e social dos territórios afetados, são vitais mas deverão ser frequentemente avaliados para determinar a sua eficácia. Da experiência havida, os processos arrastam-se por demasiado tempo, acabando por dar lugar à especulação imobiliária e ao crescimento urbanístico desordenado.

No seguinte quadro, identificam-se, de forma sintética, quais os domínios e instrumentos de intervenção e a escala à qual são aplicados.

Tabela 4: Matriz de Intervenção: respostas aos problemas de desindustrialização

Domínios de intervenção	Instrumentos de intervenção	Escala/ nível intervenção	Iniciativa de intervenção Administração publica
Regeneração/ requalificação urbana e valorização ambiental	Instrumentos de Gestão autárquica: grandes opções do plano	Local	Município/Autarquia local
	PDM	Local	Município/autarquia local
	PROT	Regional	Organismos desconcentrados da administração central
	Outros planos estratégicos	Local ou regional	
	Enquadramento legal e regulamentar: Urbanismo, ambiente, fiscalidade	Local, regional e nacional	Município/autarquia local e Administração central
Promoção da competitivida de empresarial do desenvolvime nto económico	Instrumentos de Gestão autárquica: grandes opções plano,	Local	Município/autarquia local
	PDM	Local	Município/autarquia local
	Outros planos estratégicos	Local ou regional	Município/autarquia local
	Fiscalidade local	Local	Organismos desconcentrados da administração central
	Sistemas de incentivos ao Investimento	Local, regional e nacional	Município/autarquia local e Administração central
Promoção da coesão social	Instrumentos de Gestão autárquica: grandes opções plano,	Local	Município/autarquia local
	PDM	Local	Município/autarquia local
	Outros planos estratégicos	Local ou regional	Município/autarquia local
	Fiscalidade local	Local	Organismos desconcentrados da administração central
	Sistemas de incentivos ao Investimento	Local, regional e nacional	Município/autarquia local e Administração central

O Plano Diretor Municipal (PDM) do Seixal, concluído e aprovado em 1993 pela Resolução do Conselho de Ministros 65/93, de 14 de Outubro, e cuja Planta de Ordenamento se encontra publicada na Série B do Diário da República de 11 de Novembro de 1993, está atualmente em processo final da sua revisão.

Sendo o PDM um importante instrumento de gestão territorial, houve necessidade de se proceder à sua revisão pois não só o PDM tem de se adaptar ao novo enquadramento legal em vigor, como também tem de dar resposta a todas as alterações económicas e sociais que aconteceram nos últimos anos.

Os pressupostos em que assenta o PDM ainda em vigor, derivaram de uma realidade urbanística resultante de um processo de crescimento industrial pouco estruturado, caraterístico das periferias das grandes cidades.

A criação de uma estrutura urbana coerente e hierarquizada com capacidade para atrair investidores em setores económicos diversificados, que permitem reduzir a dependência do município foi o mote do desenvolvimento preconizado no PDM de 1993.

Também a implementação de uma “política de defesa do ambiente e preservação do património natural e construído” (Seixal C. M., 1993), consistia num dos objetivos para recuperar a qualidade ambiental.

Manuel de Oliveira Rebelo (1959, p. 49), a respeito da instalação da Siderurgia no Seixal, e antevendo alguns dos problemas verificados atualmente, escreveu:

” Com a instalação dos Altos Fornos, Paio Pires em breve perderá o seu ar pacato e campesino para adquirir outra fisionomia e transformar-se-á num poderoso fulcro da indústria pesada nacional. Ganhará em potencial económico, progresso e dinamismo, aquilo que perdeu em tradição de costumes, poesia e tranquilidade.(...)

No entanto, a transformação do meio ambiente, a concentração populacional, a falta de habitações e o encarecimento dos terrenos para construção – problemas que se levantam com a industrialização – começaram já a produzir os seus efeitos, alterando profundamente os hábitos, o sossego, e o ritmo de vida dos habitantes da povoação, que desta forma iniciaram o pagamento do devido tributo à civilização industrial que se aproxima.”

Foto 5: Vista aérea de parte da Baía do Seixal com respetivos aglomerados urbanos



Fonte: Câmara Municipal do Seixal

Como forma de contrariar os efeitos nefastos de anos de indústria na baía e de qualificar ambientalmente este recurso natural, a Câmara Municipal do Seixal preparou e submeteu uma candidatura ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) denominada “Caracterização e Valorização da Baía do Seixal” enquadrada claramente no objetivo geral do eixo prioritário Sustentabilidade Territorial do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo – Ordenamento e valorização da estrutura metropolitana de proteção e valorização ambiental (definida no PROT-AML). Este projeto concretiza de forma integrada e estratégica a avaliação e caracterização do estado de referência de um valor natural de importância concelhia e regional, caracterizada como área nuclear para a conservação da natureza no PROT-AML e integrada nas áreas e corredores vitais da Rede Ecológica Metropolitana criada na respetiva figura de ordenamento do território.

O projeto em causa visou contribuir para promover a consolidação da Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental, consagrada no Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, designadamente no que respeita a implementação de ações de salvaguarda dos elementos da Rede Ecológica Metropolitana.

A baía do Seixal, com cerca de 500 hectares, constitui um dos principais recursos naturais do concelho, cujas características físicas, biológicas, paisagísticas, socioeconómicas e culturais transportam em si uma multiplicidade de fatores de abordagem. Trata-se de um elemento central de desenvolvimento do território e de um polo gerador de dinâmicas aos mais diversos níveis, que carecia de um projeto de intervenção que permitisse dar sustentabilidade às diferentes abordagens. Ao mesmo tempo, permitiu a criação de condições para garantir a interligação de todos os domínios da gestão do território, assumindo a necessidade de um profundo conhecimento dos recursos naturais.

Em complementaridade com esta missão, a Baía do Tejo, S.A., empresa do universo Parpública que gere o desenvolvimento dos territórios da antiga Siderurgia Nacional e da Quimiparque, e promove a estratégia do Arco Ribeirinho Sul (que envolve os territórios de Almada, Barreiro e Seixal) também desenvolveu ações conducentes ao melhoramento destes territórios. De acordo com a estratégia do Arco Ribeirinho Sul, a missão desta empresa passa pela requalificação e valorização dos territórios que gere. Ciente da importância da descontaminação dos solos naqueles territórios, a Baía do Tejo, S.A., encontra-se a proceder à sua descontaminação, também sob o apoio do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), no total de 17 milhões de euros.

Foto 6: Publicitação da comparticipação da remoção de resíduos depositados em territórios da ex-Siderurgia Nacional no âmbito do QREN



Foto: Gonçalo Barreiros Rua

As vantagens do processo de descontaminação encetado pela empresa, passam pela contribuição para a requalificação ambiental dos territórios, permitindo a instalação de novas atividades económicas, tornando-os mais competitivos, permitindo novos usos e devolvê-los às populações (Rostos, 2014).

Aquando, em 2001, da revisão do PDM da CMS, um dos fatores que determinaram o reequacionamento dos seus objetivos, foi a alteração da base económica da sociedade pós-industrial, em que o sector terciário ganhava uma importância crescente, tal como em quase todo o país, em contraponto com a obsolescência das áreas industriais de primeira geração.

Este objetivo mantém-se hoje em dia pois a revisão do PDM atualmente em discussão pública, foi desencadeada de acordo com o estipulado no nº 3, do art.º 98º, do Decreto-lei nº 380/99 de 22 de setembro, pelo qual os PDM têm obrigatoriamente de ser revistos no prazo de 10 anos após entrarem em vigor. Ou seja, o PDM do Seixal, além de cumprir esta obrigatoriedade, também tem de ser integrado nos instrumentos de gestão territorial de cariz supra municipal bem como dar resposta a alterações verificadas ao nível da alteração da estrutura económica do município, onde o setor terciário ganhou uma importância crescente em detrimento da obsolescência das áreas industriais de primeira geração. Este PDM reflete uma estratégia clara de intervenção no território, através da aposta clara na fixação da indústria, logística e serviços, potenciando o reforço e o desenvolvimento económico, abrangendo cerca de 1000 hectares no total do concelho. No quadro do desenvolvimento económico preconizado para o concelho do Seixal, em que há uma preocupação constante com o combate ao desemprego, à pobreza e à miséria, destacam-se ainda outros dois instrumentos fundamentais como sejam o Plano de Valorização da Baía do Seixal e o Projeto Arco Ribeirinho Sul.

É de destacar o fato de a Câmara Municipal do Seixal, muito atenta aos problemas sociais dos seus munícipes, e no âmbito de uma parceria estabelecida com algumas Câmaras da Península de Setúbal, entre 1998 e 2009, ter participado numa iniciativa coordenada pela, então, Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS), denominada Rede de Gabinetes de Apoio ao Empresário (GAE).

Esta rede e, em particular cada um dos gabinetes de apoio ao empresário que a constituíam, tinha como objetivo mais abrangente a articulação e colaboração com parcerias ativas no domínio do desenvolvimento económico local e regional. A nível

particular, os principais objetivos dos GAE eram fornecer, através de um atendimento personalizado, informação aos empresários ou potenciais empresários que se pretendiam instalar no concelho ou que estando já instalados procurassem soluções para o seu desenvolvimento, encaminhando e agilizando os seus projetos de investimento. Em suma pretendia ser um agente interlocutor entre os municípios que tivessem para resolver questões relacionadas com as atividades económicas e a Câmara.

A criação do Gabinete de Apoio ao Empresário do Seixal, resultou de uma estratégia e de uma ação concreta da autarquia para apoiar o desenvolvimento económico do concelho. Numa fase em que encerraram fábricas como a Vestus, Confeções, Lda, ou mesmo a Indelma, Indústrias Eletromecânicas, S.A. e posteriormente denominada Alcoa Fujikura, Sistemas Elétricos de Distribuição S.A., este Gabinete teve um papel de grande relevo no encaminhamento de muitas pessoas para outros organismos públicos onde pretendessem desenvolver projetos de criação de emprego.

No que respeita ao Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), enquanto instrumento de incidência mais direta na conceção da proposta de revisão do PDM do Seixal, são propostas opções estratégicas territoriais, das quais destaco uma, quer pela sua relação direta com o Seixal, quer pelo tema que está em análise nesta dissertação. Trata-se da reabilitação dos espaços industriais abandonados, com projetos de referência internacional nos de maior valia em termos de localização, em particular nos que permitam valorizar as qualidades cénicas do Tejo.

No diagnóstico estratégico para cada uma das regiões contido no relatório do PNPOT, é referido que no caso da Península de Setúbal, “os cenários trabalhados até 2020” apontam para que a indústria transformadora continue a ter um papel relevante no crescimento económico e em termos de modelo territorial as dinâmicas recentes indicam a “reestruturação do Arco Ribeirinho (margem sul) por via da emergência de centralidades apoiadas nas novas acessibilidades e nalguns projetos de infraestruturação e de renovação urbana”, assim como na “consolidação do eixo Lisboa-Palmela-Setúbal, apoiado na nova acessibilidade ferroviária e na relevância do *cluster* automóvel.”

A nível regional, incluem-se entre os principais instrumentos de gestão do território utilizados na revisão do PDM do Seixal, o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML) e o Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPES) que preconiza a criação de novas

centralidades que permitam consolidar numa rede urbana hierarquizada e equilibrada do ponto de vista funcional.

Este instrumento identifica o turismo e a logística como atividades fundamentais no que ao desenvolvimento económico diz respeito. De acordo com o PEDEPES, o Seixal detém um papel fundamental do ponto de vista logístico preconizando a promoção de uma importante plataforma logística metropolitana, com base nas infraestruturas já instaladas da ex-Siderurgia Nacional e dos espaços industriais envolventes.

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) consistem em instrumentos de desenvolvimento territorial que definem uma estratégia regional de desenvolvimento territorial, mas com o cuidado de integrarem as opções estabelecidas a nível nacional bem como as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território.

No caso do PROTAML, destacam-se como prioridades essenciais, a sustentabilidade ambiental, a qualificação metropolitana, a coesão sócio-territorial e a organização do sistema metropolitano de transportes. No caso da sustentabilidade ambiental são encaradas como premissas fundamentais de criação de oportunidades de desenvolvimento, a preservação e a valorização ambiental e nessa medida o estuário do rio Tejo integra um conjunto de áreas de importância vital de suporte a atividades económicas e de recreio das comunidades locais, cuja proteção e valorização são salvaguardadas no âmbito deste instrumento de gestão territorial para em termos futuros possam ser fundamentadas ações de valorização.

Está proposta, no documento relativo à revisão do PDM atualmente em discussão pública, a definição de quatro eixos estruturantes complementares e articuláveis entre si, nos quais assenta a visão estratégica definida para o Município. No eixo 4- Desenvolvimento Económico Sustentável, foram incluídas intervenções referentes ao património, mas também à promoção do desenvolvimento, onde entre muitas ações, se destaca o projeto do Arco Ribeirinho Sul, com elevada expressão a nível nacional no que respeita ao nível da reconversão e qualificação das áreas industriais.

Em consulta aos instrumentos de gestão autárquica, nomeadamente, os planos e relatórios de atividade, as referências a estratégias e medidas concretas para revitalizar,

promover ou reindustrializar os territórios afetados por processos de desindustrialização, são surpreendentemente muito ténues.

Verifica-se ao longo dos vários documentos consultados (desde 1993 até 2014), uma preocupação constante com as questões ambientais destes territórios, reportadas ao Poder Central, bem como a construção de vários empreendimentos de elevada envergadura financeira e complexidade técnica, designadamente, estações de tratamento de águas e esgotos.

No relatório de atividades de 2000, é referida a realização do Segundo Fórum Seixal Saudável, realizado no âmbito do programa do Plano de Desenvolvimento de Saúde do Município do Seixal, sob vários painéis temáticos, entre os quais “A Gestão Ambiental nas Empresas – Boas Práticas”, onde foi abordada a temática da gestão ambiental dos efluentes líquidos da Lusosider, empresa do universo da Siderurgia Nacional.

Uma outra preocupação revelada no relatório de atividades de 2000, prende-se com o conhecimento do património municipal siderúrgico, sobre o qual foi desenvolvida a conferência “Cortiça, Património Industrial e Museologia”, e sobre o qual foi feito um trabalho de campo (levantamento oral) relativos à Mundet, à Sociedade Africana da Pólvora, à Siderurgia Nacional – Empresa de Serviços e à Sociedade Portuguesa de Explosivos.

A Divisão de Gestão Urbanística da Câmara Municipal do Seixal promoveu estudos relativos à elaboração de “Dossiers de Gestão dos Planos de Reconversão sem Planos de Reconversão”, onde foram elaborados estudos referentes a sistemas de perequação compensatória aplicadas às áreas de reconversão, estudos de confrontação dos arruamentos do plano de reconversão com a realidade no local.

Já em 2003, através da realização do Fórum Seixal – Planeamento, Desenvolvimento e Participação, que se tratou de uma larga discussão pública que teve lugar no quadro da revisão do PDM e que pretendeu ser a génese de um modelo de aproximação aos munícipes e de discussão pública de temas de interesse municipal com continuidade no presente e no futuro, foram realizados debates por freguesia, relativos aos temas seguintes:

- Desenvolvimento Económico e o Emprego;
- Dinâmicas Sociais e Urbanas;
- Rede de Equipamentos Culturais;
- Transporte e Mobilidade
- Ordenamento do Território
- Requalificação Urbana e Ambiente.

Estes encontros com a população foram retomados ao longo de 2009 sendo que a 17 de abril, em Paio Pires se realizou um encontro subordinado ao tema “Revitalização Económica e Qualificação Ambiental”. Neste encontro foram apresentados os objetivos traçados no âmbito do desenvolvimento económico sustentável nas áreas da indústria, do comércio e serviços e do turismo e lazer, e que ainda hoje se verificam. No que respeita à indústria, pretende-se:

- A reconversão industrial e o reordenamento do espaço afeto às atividades económicas;
- A recuperação e valorização ambiental e da paisagem;
- A requalificação da área da ex-Siderurgia Nacional;
- A diversificação do setor apostando na investigação e desenvolvimento tecnológico;
- O desenvolvimento e ordenamento do território afeto à indústria extrativa.

Relativamente ao setor do comércio e serviços os objetivos são:

- Dinamizar, revitalizar e criar densidades comerciais;
- Reforçar a qualidade e diversificar a oferta.

Finalmente, no que respeita ao turismo e lazer, apontam-se como objetivos:

- Uma aposta estratégica no turismo incluindo a náutica de recreio;
- Dinamização, diversificação e qualificação dos equipamentos e serviços turísticos.

Uma das estratégias apontadas para o desenvolvimento económico sustentável é a consolidação da principal área industrial do município, com foco nas áreas do Casal do Marco, PIS 1, PIS 2, PIS 3, Antiga Siderurgia Nacional e Zemoto.

Nesta apresentação, foram também informados os objetivos do Plano de Pormenor da ex-Siderurgia Nacional que consistem na:

- Recuperação ambiental e paisagística;
- Descontaminação dos solos;
- Preservação da frente ribeirinha;
- Novas e melhores acessibilidades;
- Diversificação funcional (habitação, terciário, turismo)
- Criação de melhores condições para o exercício das atividades económicas e empresariais;
- Recuperação do património cultural;
- Promoção da náutica de recreio;
- Reformulação e adequação dos sistemas de infraestruturas ao tipo de atividades e funções urbanas.

Para o desenvolvimento destas questões, o Projeto do Arco Ribeirinho Sul aparece como peça fulcral na medida em que o seu principal objetivo é a “ *requalificação urbanística de importantes áreas da margem sul do estuário do Tejo nos municípios de Almada, Barreiro e Seixal, (...) contribuindo para a valorização e competitividade da Área Metropolitana de Lisboa*”.

Da necessidade de planear, foi celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal do Seixal, a Siderurgia Nacional Empresa de Serviços, S.A., e a Urbindústria – Sociedade de Urbanização e Infraestruturação de Imóveis, S.A., com vista à elaboração de um plano de ordenamento urbano e paisagístico da área da antiga Siderurgia Nacional. Este mesmo estudo evoluiu para um Plano Municipal de Ordenamento do Território, nomeadamente um Plano de Pormenor, plano este designado por Plano de Pormenor da Ex- Siderurgia Nacional, cujos termos de referência definem a base programática para o desenvolvimento da solução urbanística. O objetivo deste plano é assim qualificar os espaços industriais existentes, criando condições para o desenvolvimento de uma importante plataforma logística a nível regional, incentivando o seu enquadramento no tecido urbano e habitacional, promovendo novas áreas de dinamização económica em articulação com o PIS.

Destaca-se ainda na gestão do executivo atualmente em funções, a sua política de promoção do investimento visando atrair e captar novas atividades económicas para o concelho e revitalizar os territórios. Nessa medida, a equipa que acompanha esta questão, encontra-se a preparar um conjunto de fichas de investimento que incluem cerca de vinte e quatro possíveis projetos de investimento (ver listagem em Anexo) a disponibilizar a empresários ou potenciais empresários nacionais ou estrangeiros.

No âmbito da oportunidade de realização de candidaturas ao Programa Europe for Citizens 2014-2020, a Câmara Municipal do Seixal promoveu uma candidatura em parceria com as Cidades de Barcelona e Trieste visando a descontaminação dos solos do território da Ex-Siderurgia, sendo o Madan Parque o facilitador do processo.

Também neste âmbito e ao nível do sub-programa *Twinned Cities* do Programa *Europe for Citizens 2014-2020*, foi apresentada uma candidatura em parceria com uma cidade espanhola relativa ao projeto de tradição e pesca.

6.2 Políticas adotadas na Europa

A proliferação das áreas industriais em declínio constitui um dos grandes problemas e desafios de muitas cidades/áreas urbanas, particularmente na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA). Este processo é quase sempre acompanhado pela degradação do espaço antes ocupado pelas indústrias denominado, na terminologia anglo-saxónica, por *brownfields*. São áreas industriais em declínio, subutilizadas ou abandonadas que resultam de processos de esvaziamento industrial. Estes espaços foram geralmente ocupados pelas denominadas indústrias pesadas muito poluentes e consumidoras de espaço.

Têm-se verificado nos últimos anos algumas tentativas de qualificação destes espaços por parte das autoridades competentes, e de um modo geral os resultados têm sido bastante positivos. Serão apresentados alguns exemplos de políticas de intervenção em antigas áreas industriais ou áreas industriais em declínio ocorridos na Grã-Bretanha, berço da Revolução Industrial e que desde muito cedo se confrontou com os problemas associados ao abandono e degradação das antigas zonas industriais, e um exemplo de recuperação de uma cidade até 1989 sob o domínio comunista.

Exemplos de intervenções em antigas áreas industriais:

Sheffield

Dadas as condições geográficas naturais de Sheffield, durante o século XVIII as várias inovações pioneiras em matéria de produção de aço e técnicas de fusão, deram à cidade uma reputação a nível internacional. Em 1740 foram inventados processos produtivos de aço de melhor qualidade e técnicas de fusão que tiveram um grande impacto na qualidade e na quantidade da produção total de aço. A adoção destas novas técnicas pelos industriais de Sheffield, colocaram esta cidade no pelotão da frente da indústria britânica.

Na viragem do século, estas atividades empregavam perto de 75 000 pessoas (Watts, 2004) citadas por (Winkler, 2007) no *Sheffield City Report*. O aumento crescente do número de pessoas que chegavam à cidade fez com que fossem construídas inúmeras habitações (*closely-packed terraced housing*) para acolher todas aquelas pessoas. No entanto, a discrepância do tipo de construções e dos locais que eram escolhidos para construir as casas pelos proprietários das fábricas, bem como as duras condições de trabalho dos trabalhadores, deram origem ao aparecimento das *trade unions*, tornando a cidade num lugar central para as organizações sindicais.

Durante as duas Grandes Guerras, Sheffield foi o grande centro de construção dos armamentos.

Mais tarde, a crise do petróleo de 1974 e a crescente globalização do comércio e da indústria, causou graves consequências na indústria inglesa, e Sheffield foi das cidades que mais as sentiu. Nesta fase, também algumas das empresas produtoras de aço se começaram a desindustrializar, aumentando a sua desvantagem competitiva.

Durante os anos 80, sob o governo conservador de Margareth Thatcher, aceleram-se os encerramentos das fábricas tendo a taxa de desemprego ultrapassado a média nacional. Os governantes locais, dependentes do governo central, não estavam preparados para lidar com os efeitos económicos e sociais da crise em que a cidade tinha mergulhado. Só em 1992, através de uma parceria público-privada – City Liaison Group (CLG) para planear a regeneração desta área industrial, aproveitando as áreas industriais existentes,

através da criação de novos espaços comerciais, de instalações desportivas e culturais e de uma área incubadora de empresas na vertente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) (através da cooperação com universidades da região).

Este processo contou com a participação da população local, procedeu a intervenções em bairros degradados, teve a preocupação de melhorar as acessibilidades, não esquecendo portanto, o envolvimento social da questão.

Em termos turísticos, foi criada a *Steel Route* (Rota do Aço) que atravessa os locais emblemáticos da era industrial da cidade.

O planeamento deste processo foi delicado tendo a sua implementação sido faseada assim como o orçamento previsto para a sua execução. Para já, denota-se nesta cidade o aumento da população e do número de turistas que a visita, uma diversificação dos setores da economia, ainda que o secundário continue a ser o mais importante, e a diminuição da taxa de desemprego.

Leeds

Segundo uma lógica semelhante, Leeds foi nos séculos XVIII e XIX o maior centro de indústria têxtil a nível mundial. Segundo Langstraat (2006) Leeds foi perdendo a sua importância pois com a Revolução Industrial, o sector têxtil tornou-se mais competitivo e outras cidades foram conseguindo competir com Leeds, fazendo com que a sua importância fosse decrescendo.

Na sequência da perda de expressão do sector têxtil na cidade de Leeds, verificou-se o aumento do desemprego, as infraestruturas foram-se degradando bem como os bairros de habitação operária que haviam sido construídos.

Para contrariar esta situação, encetou-se em 1996 um projeto para regenerar a zona East Bank, que duraria até 1993. Tratou-se de uma parceria público-privada entre o Governo e investidores privados de Leeds e das regiões envolventes e cujas principais medidas passaram por fomentar formas de atrair as empresas do setor dos serviços, promovendo garantias de investimento e benefícios fiscais, permitindo assim que as empresas se fixassem à cidade e que fossem implementadas ações de regeneração urbana.

Foi assim possível melhorar as acessibilidades, recuperar antigos edifícios industriais e reconvertê-los em escritórios, melhorar e tornar aprazíveis os espaços de lazer através da construção de espaços verdes e de instalações desportivas, o que permitiu a criação de novos empregos e a instalação de empresas.

Ostrava, uma cidade do Leste Europeu

Esta cidade da República Checa é uma cidade industrial com a sua economia local e regional baseada na atividade de extração de carvão e produção de aço.

O regime comunista vivido por esta cidade entre 1948 e 1989, apoiou a industrialização e a urbanização desta cidade de acordo com a ideologia económica comunista, quando nos países ocidentais já se verificavam, desde 1970, tendências de desindustrialização.

Com a revolução democrática que acabou por acontecer e que acabou com o regime comunista na antiga Checoslováquia, o principal objetivo político foi voltar à natural trajetória de desenvolvimento dos países da Europa Ocidental com uma economia de mercado. Por esta altura, a cidade de Ostrava já se confrontava com processos de desindustrialização, desemprego, e emigração relacionada com o emprego.

De forma a encarar estes desafios, Ostrava desenvolveu uma nova política de regeneração económica e implementou iniciativas para criar empregos. Apostava-se numa estratégia para atrair o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), visto como o “motor do desenvolvimento”, estratégia essa, desenvolvida em estreita colaboração com atores regionais como a Agencia Regional de Desenvolvimento.

Os autores locais governamentais formularam e implementaram uma ação baseada na promoção de *inputs* de baixo custo para atrair IDE como forma de contribuir para o aumento das forças e diversificação da economia local. Esta ação passou também pela instalação de novas universidades, centros de inovação negocial do Parque de Ciência e Tecnologia e a melhoria da acessibilidade da cidade de Ostrava ou renovação do centro da cidade.

Estas medidas trouxeram mudanças significativas no emprego e no grau de diversificação da economia.

Entre 2000 e 2010 centenas de empresas estabeleceram-se em novas localizações destas zonas, o que acelerou a reindustrialização da economia local e regional. (Rumpel & Slach, 2011).

Estas medidas tomadas por diferentes países no sentido de revitalizar as zonas em declínio provaram que é possível alterar paisagens outrora cinzentas e qualificar áreas que se pensava não terem solução.

Nos três exemplos apresentados, a requalificação não passou só por processos de reindustrialização, aliás só em Sheffield é que há evidência de que o sector secundário continua a deter um papel importante na economia local, sendo que são os serviços responsáveis pela revitalização da economia destas áreas.

Na Europa continua, todavia, a falar-se na importância da reindustrialização. Num artigo escrito no final do ano passado, Letta (2013), Primeiro-ministro de Itália, pronunciava-se sobre a necessidade de os líderes europeus deverem mudar o seu foco de atenção em 2014 para a economia real e para as bases industriais, face à diminuição das tensões financeiras e ao aumento da confiança que então se verificavam.

Segundo este autor, os líderes europeus para melhor decidirem o caminho a seguir, devem olhar para o passado uma vez que o investimento na indústria é a chave para a revitalização da economia europeia, pois historicamente a indústria foi um dos principais motores de crescimento na Europa. E desde que a política industrial foi ultrapassada em favorecimento dos sectores financeiro e de serviços, muitos países europeus têm sofrido um processo de desindustrialização.

Ainda assim, o sector industrial ocupa um papel fundamental na economia da União Europeia (UE) pois emprega mais de 34 milhões de pessoas, representa cerca de 80% das exportações e absorve uma importante fatia do investimento privado em investigação e desenvolvimento. É por isso que Letta considera que os países europeus continuam a ter um desempenho industrial muito importante a nível mundial, sobretudo devido às empresas que tiveram a capacidade de se adaptar e de inovar. Mas para que esta atitude possa vingar e dar frutos, é preciso que os esforços sejam partilhados por todos os países uma vez que as empresas europeias estão integradas em cadeias de valor regionais e globais, e um país só pode alcançar o seu pleno potencial individualmente se todos os outros também forem bem-sucedidos.

A abordagem para restaurar a competitividade europeia na indústria passa pelos investimentos nos principais fatores da futura produção industrial: a eficiência energética e a inovação tecnológica. A par disso, a UE deve continuar a sua política de apoio à competitividade da indústria intensiva em energia, deve participar numa agenda comum de programas nacionais de investigação e facilitar a circulação do conhecimento científico participando na iniciativa “Espaço Europeu de Investigação”, deve estar voltada para o desenvolvimento e para a inovação o que implica a tomada de medidas para formar os trabalhadores permitindo o seu acesso ao ensino superior, dar prioridade aos acordos de comércio livre e, finalmente, facilitar o acesso das empresas fabricantes europeias ao financiamento.

Estas ideias são corroboradas nos relatórios publicados pela Comissão Europeia (2013) sobre a competitividade da indústria que concluem sobre a persistência de muitos problemas, nomeadamente:

1. O processo de convergência entre países mais competitivos em termos de indústria e aqueles com desempenhos menos positivos, está estagnado;
2. O aumento do custo da energia na maioria dos Estados Membros que contribui para a desindustrialização na Europa;
3. Existência de obstáculos no acesso ao financiamento;
4. Queda do investimento em quase todos os Estados Membros;
5. Fraco desempenho da administração pública;
6. Deficiente ligação entre o mundo do ensino e a esfera empresarial;
7. Necessidade de aumento dos esforços para estimular uma inovação próxima do mercado.

Os relatórios apresentam, todavia, alguns aspetos positivos:

1. O principal motor da atividade industrial na Europa tem sido as exportações;
2. A UE tem tido melhores resultados que os Estados Unidos e o Japão;
3. Verificação de um excedente comercial em 2012;
4. O desempenho da inovação tem melhorado desde 2008;
5. Melhoria do ambiente empresarial na maioria dos Estados Membros, a par do que tem acontecido no resto do mundo;
6. Melhoria da base de competências das forças de trabalho na maioria dos Estados Membros.

A agenda europeia, de acordo com os relatórios da Comissão Europeia (2013), terá assim como prioridade a política industrial, e mais concretamente, sendo a Europa líder mundial em vários setores industriais, e incluindo a maioria destes diversas cadeias de valor em que as empresas emblemáticas estão vinculadas a numerosas Pequenas e Médias Empresas (PME), a Comissão propôs um conjunto de medidas políticas a implementar em setores estratégicos como o automóvel, o aço, a segurança e a defesa.

6.3 Será este um processo inevitável?

Sobre o processo de desativação do Alto Forno da antiga Siderurgia Nacional, Francisco Antunes da Silva (Silva, 2002) explica que no princípio dos anos 90, e com um historial favorável de cerca de dez anos da indústria siderúrgica europeia, esta começou a apresentar indícios de recessão vindo posteriormente a transformar-se numa grave crise. *“Portugal nunca poderia ficar imune à crise na Europa. A produção e o consumo de aço portugueses têm pouca expressão a nível da Comunidade Europeia. O país está integrado na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que tem pautado as políticas do sector. Acresce que a taxa de rentabilidade de produção de aço nacional, condicionada pelo Alto Forno - Via Integrada, pela sua reduzida capacidade e por custos fixos elevados, era, por isso, muito baixa. A reestruturação do sector siderúrgico era pois inevitável”*.

A explicação apontada pelo autor refere-se a um momento específico da história que desencadeou todo o processo de desindustrialização verificado, neste caso na Siderurgia Nacional. No entanto há autores que advogam que este processo é sempre inevitável.

Em 1997, no seu artigo “Deindustrialization – Its Causes and Implications”, Robert Rowthorn e Ramana Ramaswamy, estabeleceram um conjunto de conclusões relacionadas com o processo de desindustrialização fazendo a comparação com o que aconteceu nos Estados Unidos, no Japão e na União Europeia. Através do método de regressão analítica, os autores determinaram a importância relativa de uma série de fatores para a desindustrialização e concluíram o seguinte:

- A desindustrialização não é um fenómeno negativo, mas uma consequência natural do crescimento nas economias desenvolvidas;

- A principal razão para a desindustrialização é o crescimento da produtividade da indústria mais rápido que nos serviços;
- O comércio Norte-Sul tem desempenhado um papel muito reduzido;
- O comércio entre os países industrializados (em relação ao que se passa no comércio entre os países industrializados e o mundo em desenvolvimento) contribui para algumas das diferenças na estrutura do emprego entre as diferentes economias;
- O crescimento futuro nos países desenvolvidos dependerá de forma crescente da produtividade dos serviços;
- A natureza do setor dos serviços é menos propenso a reivindicações salariais.

Mais recentemente, para Rowthorn e Coutts (2004) no decurso para atingir o desenvolvimento económico, todos os países sofrem uma trajetória muito semelhante. À medida que o desenvolvimento segue o seu percurso, o peso relativo da agricultura no emprego decresce e há um rápido aumento do peso relativo da indústria. Mas em determinado ponto, o peso da indústria estabiliza e começa a regredir. Há um aumento correspondente no peso relativo dos serviços no emprego. Este processo é segundo estes autores descrito como “desindustrialização”.

De uma forma geral, a desindustrialização é vista como um fenómeno decorrente do processo normal de desenvolvimento dos países, muito embora o ritmo acelerado da atual sociedade dominada pela globalização possa agudizar ainda mais esse processo.

O processo de contração demográfica em muitas regiões da Europa está também fortemente associado ao processo de desindustrialização e desafia os paradigmas do planeamento tradicional.

Em Portugal, apesar do carácter embrionário do processo de contração, há evidências da sua existência conforme defende (Sousa, 2010). Na sua lista que apresenta de cidades nestas circunstâncias estão algumas da AML não se encontrando o Seixal. Todavia, não se pode descurar a hipótese de este fenómeno poder vir a atingir mais concelhos da PS.

As recentes projeções e cenários demográficos para Portugal até 2060, vêm confirmar a tendência que já se vem desenhando na última década.

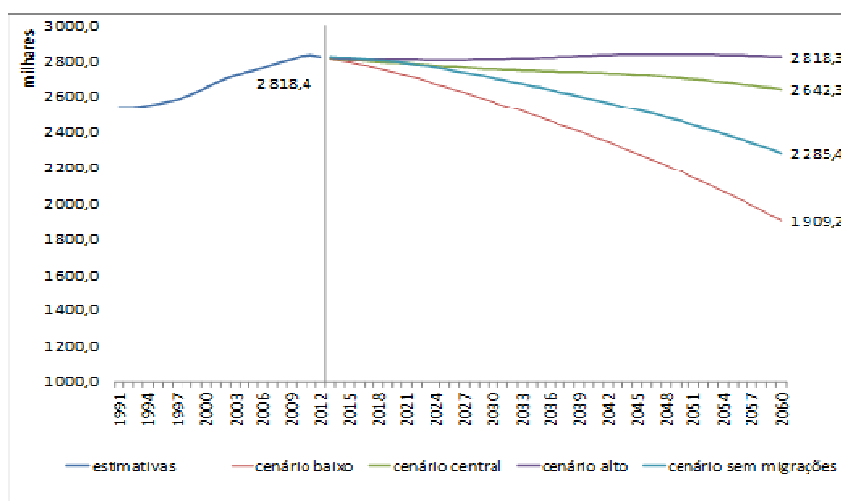
Tabela 5: Projeções da população em Portugal e na UE 27

Projeções da população				
Ano	nº		%	
	UE27	Portugal	UE27	Portugal
2010	501044066	10637713	-	-
2015	508234690	10689102	1,44	0,48
2020	514365687	10727813	1,21	0,36
2025	519109103	10759904	0,92	0,30
2030	522342413	10779647	0,62	0,18
2035	524536969	10785771	0,42	0,06
2040	525702440	10767057	0,22	-0,17
2045	525624613	10707278	-0,01	-0,56
2050	524052690	10598409	-0,30	-1,02
2055	521034357	10444888	-0,58	-1,45
2060	516939958	10265958	-0,79	-1,71

Fonte: Eurostat

Mais especificamente para região de Lisboa o cenário não é melhor:

Gráfico 5: Estimativa da Evolução da população residente na região de Lisboa até 2060



Fonte: INE. Projeções da população residente 2012-2060

Esta estimativa não apresenta detalhe para a NUT da PS mas os resultados poderão ser ainda mais negativos para esta sub-região.

O declínio industrial de várias cidades da PS geraram já alguma estagnação no crescimento urbano e poderemos até vir a assistir ao decréscimo urbano nos próximos anos.

De qualquer modo, é de realçar o fato de os atuais governantes demonstrarem preocupações que ultrapassam apenas os fatores económicos, revelando aspetos relacionados com o social e com o ambiental. É entendimento da Câmara Municipal do Seixal que as medidas promotoras de progresso e de um melhor futuro para as populações da Área Metropolitana de Lisboa não devem ser dissociadas de uma abrangente participação de pessoas e instituições. Na discussão do planeamento importa informar mais e melhor, auscultar os cidadãos de forma alargada e diversificada e envolver todos aqueles que de uma forma ou de outra são os autores do desenvolvimento sustentado.

7 Aplicação de entrevistas semi-direcionadas

A aplicação destas entrevistas visou a recolha de opiniões de um painel de especialistas e de outros agentes relevantes com conhecimento privilegiado do território ou com responsabilidades de intervenção sobre ele.

Convém ter em linha de conta que a desindustrialização no concelho do Seixal é o principal aspeto em discussão neste trabalho. Ainda que talvez algumas pessoas não tivessem ouvido falar do assunto sob esta denominação, houve um consenso geral nas respostas dadas relativamente ao declínio de muitas atividades que já existiram no concelho e que de algum tempo a esta parte deixaram de existir. De fato, a Siderurgia Nacional é por excelência a situação mais mencionada nas várias participações, pois é talvez a mais mediatizada.

7.1 O que pensam os especialistas

Antes de apresentar a visão que têm os especialistas em concreto sobre os territórios do Seixal, apresenta-se a síntese de uma série de opiniões de especialistas portugueses de renome sobre a re(industrialização) em Portugal.

Na sequência da mediatização deste tema, o Jornal Público (Visões sobre a Industrialização, 2013) publicou a opinião de 15 personalidades sobre quais devem ser as prioridades de um plano de reindustrialização do país, que exemplos e lições se devem ter em conta e se o ministro vai conseguir concretizá-lo. As respostas são de ex-ministros da Indústria e da Economia, dirigentes empresariais e associativos, economistas e investigadores. As respostas foram sintetizadas na seguinte tabela:

Tabela 6: Síntese das opiniões do painel de especialistas entrevistados pelo jornal Público sobre o tema (re)industrialização

Especialista	Ideias chave	Reindustrializar?	Argumentário
Alberto Castro Professor universitário, consultor	Mais empresas de novas tecnologias	Sim	<p>O efeito de arrastamento da indústria em outras atividades, da investigação e desenvolvimento ao emprego. A procura de soluções para a economia pode, por exemplo, começar pelos serviços, um <i>software</i> que exige equipamento.</p> <p>Temos muito pouca indústria com serviços e tecnologia incorporados. O futuro passa por aí.</p> <p>Condicionantes: baixas qualificações, ligações precárias entre a investigação e a aplicação, mau desenho dos sistemas de incentivos, falta de uma classe empresarial com “massa crítica”</p> <p>Há falta de novas empresas na área das novas tecnologias. Por isso, é importante atrair investimento estrangeiro.</p>
Álvaro Santos Almeida Presidente do Agrupamento Científico de Economia, da Faculdade de Economia do Porto	Manter o que de bom existe Seguir o exemplo da Irlanda	Sim	<p>Destaca a preocupação de manter o que de bom existe em Portugal em articulação com o alinhamento com a Estratégia Europa 2020. Aposta numa indústria de alta densidade tecnológica e em prol do crescimento verde.</p> <p>A exemplo da Irlanda, para atrair investimento estrangeiro, há que apostar num conjunto de condições atrativas: a estabilidade política, um enquadramento fiscal e de legislação do trabalho competitivos e de acesso das empresas a fontes de financiamento.</p>
António Saraiva Presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP)	Tripla condição Não copiar receitas	Sim	<p>Destaca 3 condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Que permitam o reforço do investimento empresarial nos sectores produtores de bens e serviços transacionáveis; Há que resolver a situação de escassez de financiamento e de baixos níveis de capitalização da generalidade das empresas. No domínio da fiscalidade, é necessário sinalizar a prioridade de promoção do investimento e de atração de investimento estrangeiro (a reforma no IRC não deve por em causa o reforço do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento, incluindo uma

			<p>componente de dedução de lucros retidos e reinvestidos).</p> <p>b) Estímulo à competitividade e inovação; as empresas terão de aumentar a produtividade, o que exige investimento e uma forte aposta na afirmação de marcas, no design, na inovação, na organização e na capacidade de gestão. Este esforço cabe, às próprias empresas, mas exige também o combate ao atraso na qualificação dos recursos humanos. Considera que, no curto prazo, a contenção de custos é incontornável. Não apenas os salariais, mas também outros custos que pesam sobre as empresas</p> <p>c) Estratégia coerente de internacionalização da economia. Também salientou o sucesso da política de atração de investimento estrangeiro da Irlanda</p> <p>Alerta todavia para a necessidade do país encontrar a sua própria estratégia de reindustrialização, inserida num processo mais vasto de reindustrialização e recuperação económica da Europa.</p>
<p>Augusto Mateus</p> <p>Economista, consultor, Professor universitário</p>	<p>Reindustrializar é uma mensagem pouco interessante</p>	<p>Não, no sentido tradicional...</p>	<p>É necessário criar mais riqueza e pensar em novas formas de a criar. Considera que a indústria é hoje um conceito vago e na indústria, como na agricultura, há hoje muitos serviços incorporados. A fronteira é difícil de definir. Em todo o lado há uma mistura entre bens e serviços. Está tudo articulado.</p> <p>Reindustrializar é uma mensagem pouco interessante porque sugere um “regresso ao passado”. Há também o risco de responder à disseminação do <i>outsourcing</i> internacional, uma atração pelo <i>low-cost</i>. Prefere falar em redesenolvimento a reindustrialização. Há que seguir a lógica da cadeia de abastecimento. O valor não está na transformação.</p>
<p>Bernardo Meyrelles</p> <p>Presidente da Câmara Luso-Alemã</p>	<p>Vantagem é a tecnologia e não o preço</p> <p>Aposta na formação</p>	<p>Sim</p>	<p>Apostar nos sectores que apresentem elevado potencial de desenvolvimento para vencer nos mercados europeus ou até mesmo mundiais. O investimento deve orientar-se para estas áreas, bem como dos sectores onde o país já alcançou resultados positivos ao nível de exportação e internacionalização. É fundamental a análise dos fatores de competitividade a valorizar bem como os fatores que condicionam a competitividade do país, como a falta de recursos humanos qualificados em áreas específicas, a necessidade de modernização de alguns processos produtivos ou a localização geográfica.</p> <p>Considera que é possível identificar na história económica alemã numerosos exemplos positivos de medidas e iniciativas que também podem ser aplicadas em Portugal.</p>

			<p>Países com dimensão semelhante ao nosso, casos da Suécia e Finlândia, realizaram um processo de reindustrialização com sucesso assinalável. São exemplos de países que, em certa altura, apostaram numa orientação tecnológica como principal vantagem da sua produção em detrimento da vantagem preço.</p> <p>O sucesso da reindustrialização depende de outros aspetos como a formação para assegurar a disponibilidade de recursos humanos devidamente qualificados, realizada em função das necessidades das empresas e em parceria com elas. A energia é outra área que merece especial atenção, sobretudo porque influenciam os custos finais dos produtos.</p>
<p>Daniel Bessa Economista, Director geral da Cotec</p>	<p>Aposta nas indústrias da engenharia</p>	<p>Sim (desde que suportada nalgumas áreas específicas)</p>	<p>Considera que a reindustrialização surge como uma resposta a uma espécie de “saudades” que é, mais no fundo, uma dificuldade de crescimento – não apenas em Portugal, mas na maior parte dos países europeus.</p> <p>Com exceção de alguma indústria suportada sobretudo por recursos naturais (de que constitui expoente, em Portugal, a pasta e papel), acredita sobretudo no que os alemães designam como “indústrias de engenharia”: uma indústria suportada por um grande componente de investigação e desenvolvimento, e de engenharia – e em que o valor vem destes “serviços”. Considera que o país tem argumentos para competir nestas novas indústrias.</p> <p>Refere o exemplo alemão onde a indústria é uma atividade muito intensiva em conhecimento, em investigação e desenvolvimento, e em engenharia.</p> <p>Acredita no potencial de uma área de cruzamento entre a saúde e a terceira idade – uma área de serviços transacionáveis, com um grau de sofisticação moderado, tendo por mercado os países do Norte da Europa;</p> <p>Considera que a indústria nacional (e outras atividades, em Portugal) tem sido capaz de incorporar tecnologia e inovação – encontrando-se o seu ponto fraco mais a jusante, nas áreas comercial, de marketing e, em termos mais gerais, em tudo o que se relaciona com a comercialização e o mercado.</p>

<p>Enrique Santos</p> <p>Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Lusa -Espanhola</p>	<p>Mais cooperação</p>	<p>Sim (refere a modernização...)</p>	<p>Considera que a modernização da indústria é fundamental para o desenvolvimento socioeconómico do país, nomeadamente para a criação de emprego. A modernização industrial deve ser orientada para os bens transacionáveis de alto valor acrescentado, é necessário captar investimentos nacionais e estrangeiros que promovam um aumento da produtividade e competitividade, nomeadamente um aumento da incorporação tecnológica (i+d+i), diferenciação e individualização dos produtos, e melhoria da qualidade destes, além de uma maior especialização dos recursos humanos ou mesmo uma cultura de exigência, como por exemplo, o cumprimento de prazos de entrega para mercados exigentes.</p> <p>Todo este esforço deve estar integrado.</p> <p>Portugal, pela sua dimensão, tem que se abrir aos mercados internacionais e criar ao nível das pequenas e médias empresas um tecido industrial competitivo e exportador, como acontece com mercados tão competitivos como o holandês ou o belga.</p> <p>Destaca as grandes vantagens que uma maior cooperação entre a indústria portuguesa e espanhola para ganharem dimensão adequada. De outro modo, terão muita dificuldade em competir, por exemplo, em mercados muito massificados com produtos com pouco valor.</p> <p>Salienta que existem em Portugal exemplos de sucesso em industriais tradicionais que alguns previam o seu fim como o calçado, os têxteis, o vidro ou a cerâmica, etc. e que nos últimos anos se têm vindo a afirmar nos mercados internacionais. Existem outros onde país apresenta inegáveis vantagens competitivas como por exemplo alguns sectores da indústria agroalimentar e a biotecnologia alimentar, indústria ligada ao mar e às florestas, recursos geológicos, indústria de alta tecnologia, engenharia de produto, indústria do molde, ferramentas equipamentos e robótica.</p> <p>Aconselha os governantes a evitar políticas que promovam cargas fiscais desproporcionadas, burocracias ou restrição ao crédito.</p>
--	------------------------	---------------------------------------	--

Fernando Alexandre Presidente do Conselho Pedagógico da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho	Aproveitar o potencial da diáspora	Não	<p>Não considera correto falar-se em reindustrialização. A inovação tecnológica alterou de forma muito significativa as fontes de criação de valor económico. Admite a existência de uma certa confusão entre indústria e sectores transacionáveis. Relembra que alguns dos sectores mais competitivos da economia portuguesa são serviços – representando cerca de 30% das exportações portuguesas. A atenção dos governantes deve centrar-se na criação de condições que tornem a economia portuguesa mais competitiva e atraente para os investidores nacionais e internacionais.</p> <p>Defende que, à semelhança da Irlanda, se deve procurar atrair projetos de investimento junto dos membros bem-sucedidos da nossa diáspora. As redes de pequenas e médias empresas de Itália em sectores ‘tradicionais’ que utilizam modernas tecnologias constituem um exemplo interessante.</p>
João Confraria Economista, autor de "Política Industrial do Estado Novo"	Exportar mais do que importamos	Sim (?)	<p>Apresenta uma breve análise histórica do processo de industrialização e de desindustrialização no país.</p> <p>Defende a reorientação da política e dos mecanismos de incentivos para a exportação de bens agrícolas e, na sua grande parte, industriais, de serviços, como transportes e serviços especializados, para o turismo e em geral para a abertura da economia ao exterior.</p>
João Salgueiro Economista e antigo ministro das Finanças	Assegurar as condições favoráveis à atração de investimento	Sim	<p>Considera que um plano de reindustrialização deve ter como prioridade assegurar condições favoráveis à atração de investimentos produtivos, sendo essa a única forma de gerar novos empregos, maior base tributária e suporte do estado social. No quadro global, são praticamente ilimitadas as iniciativas empresariais, as competências técnicas e os recursos financeiros ao nosso alcance. Dá como exemplos, todos os pequenos países europeus e asiáticos que têm sido capazes de assegurar elevados ritmos de exportação, de crescimento do produto e de multiplicação do emprego.</p>
José Manuel Mendonça		Sim (dependendo do significado que	<p>Considera que há inúmeros exemplos em que a atual capacidade das empresas reflete um ritmo mais intenso de transferência de tecnologia das universidades e dos centros de investigação. Refere o exemplo do calçado,</p>

<p>Presidente do INESC-Porto</p>		<p>toma a palavra)</p>	<p>nas soluções tecnológicas que a Efacec foi buscar s universidades, mas também na REN, na EDP ou na PT.</p> <p>Porém, admite que, ao contrário do que sucede no Reino Unido ou nos Estados Unidos, as grandes empresas não acompanharam este processo: em % da faturação, uma empresa como a Frezite gasta mais do que a Amorim, a Sonae ou a EDP</p> <p>Defende que a indústria do futuro não pode ser a indústria do passado. Portanto, se o “re” significar recuperar o que havia, não acredita nesse processo. Sublinha que mesmo as tecnológicas vão ter de fazer coisas diferentes e vão ter de procurar novos produtos ou de procurar alianças internacionais.</p> <p>Pensa que os sistemas de estímulos deveriam apoiar os casos de sucesso, os atores que são capazes de por em marcha uma nova indústria.</p>
<p>José Rui Felizardo</p> <p>Presidente da Inteli e presidente executivo do CEIIA</p>	<p>Aposta na mobilidade inteligente</p>	<p>Sim</p>	<p>Defende um plano de reindustrialização com a ambição fazer evoluir o país para a produção e exportação de tecnologia associada a produtos transacionáveis de elevado valor acrescentado. A aposta deverá centrar-se em sectores que desenvolvem e produzem soluções inovadoras para produtos globais com capacidade de internacionalização e indutores de efeitos de demonstração para a totalidade da economia.</p> <p>Considera que o Estado deverá criar condições favoráveis para o desenvolvimento dos sectores de bens transacionáveis com potencial competitivo e inovador, o que é especialmente crítico numa era de crise económica, social e ambiental. A aposta na reindustrialização deverá estar também articulada com as estratégias de inovação regionais para uma especialização inteligente, em coerência com o defendido pela Comissão Europeia, no sentido de valorizar as potencialidades endógenas dos territórios.</p> <p>Sublinha que existe um mercado em crescimento associado às cidades inteligentes constitui também uma oportunidade para as empresas portuguesas, devendo traduzir-se numa prioridade estratégica do processo de reindustrialização. Inclui o desenvolvimento e produção de soluções urbanas integradas e inovadoras para as cidades, em domínios como a mobilidade, reabilitação sustentável, redes de energia, tecnologias de informação e comunicação, etc. A mobilidade inteligente é uma área promissora. Acresce que as cidades portuguesas, dada a sua escala, poderão funcionar como espaços de teste e experimentação dessas soluções</p>

			<p>numa lógica de inovação aberta, podendo as mesmas ser depois exportadas à escala global.</p> <p>Portugal deverá criar o seu próprio modelo de reindustrialização adaptado às características do padrão de especialização e da estrutura industrial nacional. Relembra que a indústria é mais marcada por empresas fornecedoras de componentes do que de produtos finais para o mercado global, com fraca presença de OEM [fabricantes de primeira linha] e centros de decisão em Portugal.</p> <p>Realça também que os países que têm promovido políticas industriais mais proactivas seguiram o seu próprios modelo, como é o exemplo da França: em que apoiou grandes projetos mobilizadores e lançou uma política ativa de polos de competitividade que originou a criação de cerca de 67 clusters dispersos pelo país.</p>
<p>José Veiga Simão*</p> <p>Ministro da Indústria e Energia 1983-1985, presidente do LNETI 1978-1983, consultor da AIP</p>	<p>Sociedade do Conhecimento deve ser a base para a nova industrialização</p>	<p>Sim (nova industrialização)</p>	<p>Deve apostar-se no binómio Estado-sociedade bastante criativo e cheio de confiança: um Estado inteligente e uma sociedade organizada em função de interesses legítimos e não em função das fraquezas do Estado.</p> <p>Realça a necessidade de uma reindustrialização, que não é voltar ao passado, porque temos um elemento essencial para o desenvolvimento que é o conhecimento. Prefere chamar-lhe “nova industrialização”, com uma nova base.</p> <p>Não tem sentido copiar o passado. Reindustrializar, hoje, tem de ser na base da sociedade do conhecimento.</p> <p>A nova industrialização tem de abranger a exportação de bens e serviços, uma nova carteira de atividades exportadoras</p>
<p>Luís Mira Amaral</p> <p>Ministro da Indústria e Energia 1987-1995, presidente do BIC e</p>	<p>A questão energética pode potenciar a deslocalização de empresas</p>	<p>Sim</p>	<p>A prioridade é apostar em sectores de bens transacionáveis, dando ainda mais competitividade a casos de sucesso como o do calçado.</p> <p>Não se trata de desenhar sectores, mas de dar condições de competitividade, nomeadamente o preço da energia e uma maior ligação da investigação e desenvolvimento à inovação empresarial.</p>

<p>dirigente da CIP</p>			<p>Sublinha o problema do preço da energia que poderá potenciar a deslocalização de empresas europeias para os EUA.</p> <p>Considera que a Europa tem também muitas necessidades em matéria de competência científica ligada às empresas e que ao contrário, nos EUA a capacidade do seu ecossistema gerar inovação e de a aplicar às empresas é muito bom.</p> <p>Exemplifica o sector do calçado como um bom exemplo de um sector tradicional com sucesso: as empresas precisam de engenharia, inovação, universidades ligadas a elas. Só se mantêm empresas se estas sentirem centros de competência à sua volta.</p>
<p>Paulo Nunes Almeida</p> <p>Vice-Presidente do Conselho Geral e do Conselho de Administração da AEP – Associação Empresarial de Portugal/Câmara de Comércio e Indústria. Presidente da Fundação AEP e Presidente do Conselho Fiscal da ATP - Associação Portuguesa de Têxteis e Vestuário</p>	<p>Aposta nas marcas</p>	<p>Sim</p>	<p>Sublinha que tem sido a indústria com vocação exportadora que nos tem sustentado nos últimos anos e pensa que a indústria portuguesa tem músculo. Tem competências que podem ser um bom suporte para dar o salto da reindustrialização.</p> <p>O maior constrangimento para o futuro é o financiamento, porque em causa estão investimentos com retorno a médio e longo prazo. Alerta todavia para o facto de não nos podermos voltar apenas para uma indústria manufatureira: há que valorizar mais o produto do que a produção.</p> <p>Ilustra com a indústria têxtil: Portugal é dos poucos países da Europa que conseguiu manter uma fileira industrial moderna e competitiva. Todavia, sublinha, a ausência das marcas da França ou da Itália...</p>

*falecido recentemente

Fonte: Adaptado do inquérito levado a cabo e publicado no jornal Público em 13-01-2013

A maioria destes autores, ainda que em moldes diferentes, concorda que a reindustrialização deve ser um caminho a seguir. Quase todos estes autores concordam com o fato do setor industrial ser fundamental à economia portuguesa, embora questões como a modernização do setor, a sociedade do conhecimento, a competitividade com base nas transferências de tecnologia e conhecimento das universidades e centros de investigação e a abertura dos mercados ao exterior sejam fundamentais.

As entrevistas efetuadas tinham como objetivo obter a visão dos responsáveis da autarquia com funções nas várias vertentes de atuação da problemática em estudo. Assim, foram entrevistados três pessoas responsáveis pela área do desenvolvimento estratégico da autarquia, pela área do PDM e também nas áreas ligadas ao desenvolvimento do projeto patrimonial da Câmara e respetiva componente museológica.

De um modo geral, as respostas dadas foram consensuais relativamente às áreas problemáticas ainda existentes no Seixal e também relativamente às medidas previstas para reconversão dessas áreas.

Existe, segundo os inquiridos, uma estratégia por parte do município para reconverter económica, urbanística e socialmente as zonas degradadas, e volto a referir, mais concretamente a zona da antiga Siderurgia Nacional. Aliás, essa estratégia passa pela complementaridade de várias ações, que consistem na requalificação e regeneração urbana dos territórios, pela reconversão de usos dos espaços e edifícios, que em casos concretos como seja a antiga fábrica da Mundet, já está implementada. Também a dotação de infraestruturas físicas e tecnológicas de apoio a projetos empresariais inovadores constituem segundo os inquiridos uma forma revitalizar as áreas em questão.

Quanto à questão relacionada com a reindustrialização do concelho como forma de o reconverter economicamente quase todos os entrevistados foram unânimes em responder afirmativamente. Alguns, porém, consideram que a aposta não deve ser no desenvolvimento unifuncional. A indústria é uma mais-valia que gera riqueza para o município, proporciona emprego e diversifica a funcionalidade do território, tornando-o mais equilibrado, mas por questões ambientais e de sustentabilidade, algumas áreas do concelho não são passíveis de reindustrialização.

Há no entanto algumas áreas e espaços que deveriam ser reafectados a indústrias do sector tecnológico, criativo e também turístico.

No quadro da revisão do PDM, está prevista a classificação do uso do solo que permite valorizar os territórios. A visão genérica para o nosso concelho é a que nos permita recuperar as áreas com atividades que tragam mais-valias e competitividade. Conseguir dotar as áreas degradadas de funções que captem população, postos de trabalho e riqueza para o desenvolvimento local.

Infelizmente e apesar dos insistentes contatos e apelos, não foi possível recolher a opinião do painel de especialistas - atores políticos e económicos com reconhecimento a nível nacional não responderam à entrevista sobre estas áreas em particular. Este constitui um fator limitativo para apurar de forma clara e representativa qual a opinião dos especialistas e dos agentes interessados no território sobre o tema em discussão.

7.2 A visão de antigos funcionários de indústrias do concelho

Os funcionários entrevistados (foram entregues dez entrevistas mas só se obtiveram três respostas), eram antigos operários da empresa Siderurgia Nacional e pareceram-me demonstrar um forte sentimento de resignação perante o sucedido, quando a expectativa era haver uma maior revolta.

No que respeita à indústria siderúrgica e em concreto no que à Siderurgia Nacional diz respeito, os inquiridos consideraram não ter havido um encerramento da atividade uma vez que ela continua bem ativa. Ela sofreu sim uma alteração de controlo com a sua privatização nos anos 90 e apesar da crise internacional este setor da atividade industrial está a evoluir de forma positiva, fruto da inserção dos centros de produção num grupo internacional o que permitiu alargar a penetração comercial dos seus produtos bem como a racionalização dos fatores de produção. Sabem que foram realizados importantes investimentos no Seixal o que tornou a atividade mais competitiva.

Relativamente às consequências do encerramento, não pareceu haver neste momento muita angústia pelo que aconteceu, talvez porque já passaram tantos anos. Os principais

lesados, então na faixa etária dos 40 e 50 anos de idade, acabaram por conseguir entrar na reforma antecipada e voltar às suas terras natais, com melhor qualidade de vida.

A questão da reindustrialização parece ser importante para estes ex-funcionários, não só porque existem locais para retomar a laboração, como também pela existência de mão-de-obra jovem e qualificada que poderia ser absorvida e assim reduzirem-se os níveis de desemprego.

É considerado que a autarquia tem tido um papel ativo no desenvolvimento económico do concelho, apesar das limitações financeiras. Há o sentimento comum de que o desenvolvimento do concelho e do país e a melhoria das condições de vida das populações é o aspeto mais importante a ter em linha de conta.

8 Conclusões e Reflexão

A Governação e Políticas Territoriais

A globalização e a emergência das cidades-região vieram impor novos desafios às políticas territoriais. Implica também pensar novas formas de governação baseadas em formas de descentralização e desconcentração de poderes, que impõem simultaneamente maiores níveis de participação e de responsabilização. A globalização veio acentuar a competitividade mundial, não apenas empresarial, como das próprias regiões das suas grandes cidades.

A inexistência de um quadro institucional específico para a AML, de forma a criar uma autoridade efetiva à escala supramunicipal, metropolitana tem sido invocada por alguns especialistas como um constrangimento para a concretização de uma estratégia mais concertada nomeadamente na área das infraestruturas e do desenvolvimento económico regional.

As questões relacionadas com os desenvolvimentos futuros, mais especificamente no que ao envelhecimento populacional, contração demográfica e vazios urbanos, diz respeito, não devem ser descuradas uma vez que, como já mencionado anteriormente estão fortemente associados a processos de desindustrialização.

No caso concreto do concelho alvo desta análise, e apesar do crescimento populacional do Seixal nas últimas décadas, conforme observado na tabela 2 do capítulo 4.4, é possível que o cenário referido de envelhecimento populacional e falta de dinâmica económica venha a enquadrar os cenários apresentados pela descrição das *shrinking cities* (Shrink Smart The Governance of Shrinkage within a European Project, 2011).

Nas décadas passadas o *shrinkage* tornou-se num caminho comum no desenvolvimento das cidades em toda a Europa, com especial relevância para as cidades do Leste Europeu.

Os estudos *Shrink Smart* analisaram o impacto dos decréscimos de população no desenvolvimento urbano e quais as estratégias que as cidades encontravam para resolverem o problema. Através da análise de estudos-caso comparativos para ver as diferentes trajetórias de *shrinkage*, o programa *Shrink Smart* procura explorar alternativas em diferentes contextos.

Nos tempos atuais em que há uma redefinição da importância do papel da indústria, visível através da posição relevante que o setor está a reassumir na agenda política portuguesa e até mesmo europeia, tem-se observado o desenvolvimento de programas de apoio ao setor industrial com o objetivo de reforçar a competitividade no setor.

Fala-se atualmente numa estratégia que identifica a indústria enquanto pilar fundamental de sustentabilidade do modelo económico-social. Mas para que tal estratégia tenha sucesso, há alguns aspetos que qualificam negativamente o setor industrial e que devem, o quanto antes, ser alterados para ultrapassarem os desafios que lhe são colocados. São eles a imagem degradada e negativa que existe da indústria, a deficiente qualificação e a gestão dos recursos humanos a ela afetos e a ligação entre o ensino e a indústria.

Na introdução do documento “Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e Emprego 2014-2020” de 12 de Novembro de 2013, é visto como fundamental a Portugal, para superar os desafios da conjuntura atual e para retomar a trajetória de convergência dos parceiros europeus, um processo de crescimento económico sustentável, que deve ser consolidado nos anos mais próximos seguintes. Tal processo, segundo este documento, dependerá da alteração do perfil estrutural da economia portuguesa.

São apontadas algumas medidas para esse fim, nomeadamente, propiciar o crescimento do investimento e da criação de emprego. Mas para que tal se verifique, segundo o documento, é “fundamental pôr em prática uma estratégia destinada a promover a reindustrialização nacional, centrada na competitividade e na valorização da produção nacional, ao longo da cadeia de valor tendo como objetivo o reforço das exportações”.

Em concreto e no que ao Seixal diz respeito, captar investimento e qualificar o território, são dois aspetos fundamentais da política preconizada pelo município. Aliás, no quadro da revisão do PDM, a classificação do uso do solo aparece como forma de valorizar os territórios.

Existe uma visão genérica para o Seixal, nomeadamente na perspetiva autárquica, que enquadra o objetivo de recuperar as áreas problemáticas com atividades que tragam mais-valias, que incrementem a competitividade de forma a dotar essas áreas com funções que captem população, postos de trabalho e riqueza para o desenvolvimento local do concelho.

Para este efeito foi criado um grupo de trabalho com a incumbência de estudar e avaliar quais as políticas e medidas que podem ser implementadas para reconverter económica, urbanística e socialmente as zonas industriais descontinuadas do concelho.

Da análise efetuada, parece-me existir uma verdadeira intenção de reindustrializar o concelho, ainda que com algumas condicionantes, na medida em que estão em curso medidas concretas de atuação. São disto exemplo a elaboração de Planos de Pormenor para áreas que abrangem os antigos territórios industriais e a delimitação, na proposta de ordenamento do território da revisão do PDM, de três categorias de espaços de atividades económicas – indústria pesada, indústria e logística e atividades compatíveis com a função residencial.

Por outro lado, encontram-se neste momento em estudo uma série de outras possibilidades (já atrás descritas) de captar investimento. Para isso, pretende-se criar uma efetiva rede de parcerias com organismos como o Madan Parque, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI), A Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal (ACISTDS) e a Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (AICEP). Nessa

medida, e através da capacitação dos territórios, é também intenção da autarquia incentivar a instalação de empresas no concelho, independentemente do setor.

As palavras de ordem no Seixal são, *captação de investimento, captação de atividade económica e qualificação do território* e está a ser feito um grande esforço, por parte da autarquia, no sentido de criar as condições necessárias à sua efetivação. Assim, a perspetiva da concretização da Estratégia Arco Ribeirinho Sul continua a ser vista como uma esperança para os municípios envolvidos, pois o seu desenvolvimento teria impactos muito positivos para esses concelhos, para toda a área metropolitana e inclusivamente a nível nacional.

Referências

(1994). *Outra Banda* .

Alexandre, F., Bação, P., Cerejeira, J., & Portela, M. (maio de 2009). *Empolyment and Exchange Rates: the role of openness and technology*. Obtido em 21 de março de 2014, de IZA Discussion Papers: <http://ftp.iza.org/dp4191.pdf>

Almeida, A. A. (2002). Lusosider- Presente e Futuro dos Aços Planos. *Com os Homens de Aço - história, memória e património*. Seixal.

Angulo, J. V., & Dominguez, M. J. (1991). Los Procesos de Urbanizacion. *Espacios y Sociedades* , 13.

Brief, E. P. (2011). *Shrink Smart The Governance of Shrinkage within a European Project*.

Brito, S. R. (1994). *Portugal Perfil Geográfico*. Lisboa: Editorial Estampa.

Camagni, R. (1991). Regional desindustrialiation and revitalization processes in Italy. *Industrial Change and Regional Economic Transformation: The Experience of Western Europe* .

Cameron, R. (2000). *História Económica do Mundo, de uma forma concisa, de há 30000 anos até ao presente*. Publicações Europa-América.

Carter, H. (1983). *An Introduction to Urban Historical Geography*. Londres: Edward Arnold.

Carter, H., Lewis, C., & Arnold, E. (1990). *Urban Geography of England and Wales in the Nineteenth Century*. Inglaterra: Edward Arnold.

Carvalho, P. (2006). Globalização, a ofensiva do capital e a crise estrutural do capitalismo. *O Militante* , 284.

CCDR-LVT. (2007). *Estratégia Lisboa 2020 - Uma Estratégia de Lisboa para a região de Lisboa*.

- Cruz, M. A. (1973). *A Margem Sul do Estuário do Tejo - Fatores e Formas de Organização do Espaço*.
- Daveau, S. (2000). *Portugal Geográfico 3ª Edição*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Derruau, M. (1993). *Geografia Humana*. Lisboa: Almedina.
- Europeia, C. (25 de setembro de 2013). *Sem uma base industrial sólida, a economia europeia não pode prosperar*. Obtido em 28 de fevereiro de 2014, de Europa.eu: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-862_pt.htm
- Farto, M. (2013). *Jornal Expresso* .
- Ferrão, J. (1988). A indústria em Portugal: Estruturas produtivas e sociais em contextos regionais diversificados. *Finisterra* 23-45 .
- Ferrão, J. (1987). *Indústria e Valorização do Capital. Uma análise geográfica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Fiequimetal. (2011). *Indústria e Política Industrial em Portugal- Setores no Âmbito da Fiequimetal (Projeto)*.
- Gaspar, J. (1993). *As Regiões Portuguesas*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território.
- Goitia, F. C. (1989). *Breve História do Urbanismo*. Portugal: Editorial Presença.
- Gomes, H. (2001). *Reestruturação e Expansão Industrial da Área Metropolitana de Lisboa. Emergência de novos territórios, os casos de Sintra e Alenquer*. Lisboa.
- Greed, C. (1996). *Introducing Town Planning*. Longman.
- Harmut, K. (1989). Was Prometheus most unbound in Europe? The Labour Force in Europe During the Late XIXth and XX th Centuries. *Journal of European Economic History*, Vol. 18, nº 1 , 65-104.
- Kloosterman, R. C. (1996). Double Dutch: polarization trends in Amsterdam and Rotterdam after 1980. *Regional Studies* , 30.

- Kollmeyer, C. (2009). Explaining Deindustrialization: How Affluence, Productivity Growth and Globalization diminish Manufacturing Employment . *American Journal of Sociology* .
- Komninos, N. (1992). *Science parks in Europe: flexible production, productive disintegration and R&D in Cities and Regions in the New Europe*. Belhaven Press.
- Langstraat. (2006). *The Urban Regeneration Industry In Leeds*. Obtido em 20 de abril de 2014, de http://previewer.org/?pdfurl=1qeXpurpn6Wih-SUpOGumqWnh8DX24XJ2sfR4InA2c3a28re0OrO49aFueDN4-fa5-aFtd2WsdnNyeOUpOGul6-Py46q6Z-qmp-S2t3i5KCknM3b3NvV1c_K46Dc09mU4dLK0OKkxteW2tuh59rZydbQlNHZ5drm1sbc0ZuapZysmpedn6TV2M6Hq-8
- Ledo, & Pérez. (1992). *La localizacion Industrial*. Madrid: Editorial Sintesis.
- Lema, P. B., & Teixeira, J. A. (1988). Desindustrialização. Reindustrialização. Terciartização. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* , pp. 75-88.
- Letta, E. (2013). *Um futuro "made in Europe"*. Obtido em 22 de fevereiro de 2014, de Jornal de Negócios: http://www.jornaldenegocios.pt/opiniaodetalhe/um_futuro_made_in_europe.html
- Lima, M. (1994). *Terras de Larus*. Plátano Editora.
- Mamede, R. P. (13 de janeiro de 2013). *Ladrões de Bicicletas*. Obtido em 26 de março de 2013, de <http://ladroesdebicicletas.blogspot.pt/2013/01/5-ideias-sobre-reindustrializacao.html>
- Mateus, A. (2013). O Movimento de reindustrialização, a internacionalização e o crescimento da economia portuguesa. *Ciclo de Conferências CIP - Economia Portuguesa/Competitividade e Crescimento*.
- Medeiros, C. (2000). *Geografia de Portugal. Ambiente Natural e Ocupação Humana. Uma Introdução. 5ª Edição*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Ministros, P. d. (2002). Resolução do Conselho de Ministros nº 68/2002. *Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML)* .

Petit, & Coriat. (1995). Deindustrialization and Tertiarization: towards a new economic regime? (E. Elga, Ed.) In A. Amin e M. Dietrich (Eds.) *Towards a New Europe - Structural Change in European Economy*.

Portela, M. (2009). Obtido em 26 de março de 2013, de e.conomia.info:
<http://e.conomia.info/forum/1285/destruicao-de-emprego-em-portugal-e-a-adesao-ao-euro>

(2007). *Programa Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT)*.

Ramasmany, R. e. (1998). Growth, Trade and Deindustrialization.

Rebelo, M. d. (1959). *Retalhos da Minha Terra- Monografia do Concelho do Seixal*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal.

Ribeiro, O. (1995). *Introdução ao Estudo da Geografia Regional*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Rosas, F. (1987). *O Estado Novo nos Anos 30 (1928-1938)*. Lisboa: Estampa.

Rostos, J. (31 de janeiro de 2014). *Ministra de Estado e das Finanças hoje no Barreiro*. Obtido em 18 de abril de 2014, de Rostos.pt:
<http://www.rostos.pt/inicio2.asp?cronica=4000052&mostra=2>

Rowthorn, R., & Coutts, K. (May de 2004). De-Industrialization and the Balance of Payments in Advanced Economies. p. United Nations Conference on Trade and Development.

Rumpel, P., & Slach, O. (2011). *Governance of Economic Regeneration of the City of Ostrava*. Obtido em 12 de março de 2014, de
http://conference.osu.eu/globalization/publ2011/280-285_Rumpel-Slach.pdf

Sassen, S. (1991). *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.

Seixal, C. M. (2014). Grandes Opções do Plano.

Seixal, C. M. (1993). Plano Diretor Municipal do Seixal. Seixal.

Seixal, C. M. (1993). Plano Diretor Municipal do Seixal.

- Seixal, C. M. (s.d.). *Território*. Obtido em 03 de abril de 2014, de www.cm-seixal.pt
- Seixal, E. M. (2000/2001). *Programa de Qualificação e Desenvolvimento*. Câmara Municipal do Seixal.
- Sequeira, F. (2012). Recursos Nacionais em Leilão. *Avante* .
- Silva, F. A. (2002). *Fim de um Ciclo- um processo para a História*. Vida Económica.
- Smith, A. (1961). *The Wealth of Nations*, ed por Edwin Cannan, *University Paperbacks*. Londres.
- Soares, P. (2001). Declínio do emprego na siderurgia portuguesa: estratégias empresariais e características regionais. *DIVEST - Desinvestimento e Impactos Económicos, Sociais e Territoriais; Actas Proceedings Workshop Divest; Estudos para Planeamento Regional e Urbano* .
- Sousa, S. (2010). Planning for Shrinking Cities in Portugal. FEUP, Universidade do Porto.
- Stoffaes, C. (1991). *A Crise da Economia Mundial*. Publicações D. Quixote: Lisboa.
- Vale, M. (2005). Especificidades da Industrialização Portuguesa. In C. A. Medeiros, *Geografia de Portugal- Volume 3- Atividades Económicas e Espaço Geográfico* (pp. 187-193). Círculo de Leitores.
- Vale, M. (1999). Geografia da Indústria Automóvel num contexto de globalização: Imbricação Espacial do Sistema AutoEuropa. *Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras Universidade de Lisboa* . Lisboa.
- Valle, R. M., & Barroso, I. C. (1995). Efectos Territoriales de la reestructuración Productiva en España. (E. Territoriales, Ed.) *Ciudad y Territorio: Estudios Territoriales n° 106 , n° 106*.
- Visões sobre a Industrialização. (janeiro de 2013). *Jornal Público* .
- Winkler, A. (2007). *Sheffield City Report*. Obtido em 20 de abril de 2014, de <http://eprints.lse.ac.uk/5133/1/CASereport45.pdf>

ANEXOS

Anexo 1

Primeira entrevista Semi-diretiva realizada em 12 de agosto de 2013 no âmbito da dissertação de Mestrado dirigida a agentes técnicos, agentes políticos e especialistas, Arq.^a Natália Madureira, Chefe de Divisão do Plano Diretor Municipal.

1. Quais são as principais áreas industriais problemáticas (desindustrialização) do concelho do Seixal?

No Seixal existe uma forte tradição industrial desde o início da industrialização em Portugal. Desde a década de 70 do século passado que se foi registando grandes alterações nos modos de produção que obrigaram as indústrias tradicionais a reformularem processos de fabrico para se manterem competitivas ou em muitos casos a encerrarem quando deixaram de conseguir atingir os resultados necessários para responder à procura. As empresas que encerram, de um modo geral ocupavam áreas dentro ou muito próximas do tecido urbano consolidado, de dimensões consideráveis para as quais dificilmente se encontra um projeto de regeneração sustentável. No Seixal encontramos nesta situação:

- As duas secas de bacalhau (uma, propriedade municipal e outra propriedade particular) situadas na Península do Alfeite, que pela sua localização, muito condicionada do ponto de vista ambiental, dificilmente encontrarão um uso que conduza à sua regeneração.
- A Fábrica de Lanifícios da Arrentela que está abrangida por um Plano de Pormenor para a zona da Torre da Marinha, que se encontra em desenvolvimento há já alguns anos mas que ainda não está aprovado.
- A fábrica de Cortiça Mundet, no Seixal, propriedade municipal, onde se encontram alguns serviços municipais instalados, alguns núcleos museológicos defendidos e alguns projetos programados.
- A fábrica de explosivos de St^a Marta de Corroios para a qual existem propostas de desenvolvimento de projetos imobiliários ou comerciais.
- Parte dos terrenos da ex-Siderurgia Nacional, para os quais existem diversos estudos para desenvolvimento de projetos industriais.

- Unidades industriais de dimensões mais reduzidas, inseridas em meio urbano, como por exemplo a carpintaria A. Silva e Silva, nas Cavaquinhas ou a fábrica de plásticos Unisotra, na Amora onde atualmente estão instalados os bombeiros voluntários da Amora.

2. Quais as principais razões que levaram à descontinuação das unidades industriais do Seixal?

As principais razões levaram à descontinuação das unidades industriais do Seixal são de várias naturezas. De um modo geral têm a ver com obsolescência dos processos de fabrico e a dificuldade (de custos e de capacidade de adaptação) por parte dos empresários em introduzir novas tecnologias e contratar quadros técnicos preparados, que garantam a rentabilidade necessária. Noutros casos também por necessidade de reconversão total, por abandono do processo, como no caso das secas do bacalhau ou por transferência de instalações para locais mais afastados do tecido urbano, como é o caso da fábrica de explosivos.

3. Quais são os principais problemas existentes nestas antigas áreas industriais (desativadas)?

O principal problema é encontrar um uso compatível e sustentável. Por um lado se a intenção for recuperar a atividade industrial ela tem necessariamente de ser compatível com a envolvente. Por outro lado se se pretende regenerar com um novo uso deve este ser bem estudado e dimensionado de modo a não dar origem a operações urbanísticas falhadas, de curta duração (p. ex. equipamentos comerciais) ou que fiquem por concluir (urbanizações abandonadas).

Existe outro tipo de problemas relacionados com a dificuldade de gestão de uma área urbana que inclua um território devoluto, gerador de insegurança e de conflitos para quem habita na proximidade.

4. Qual o papel dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território na regeneração económica e social destes territórios?

Os instrumentos de planeamento e ordenamento do território de que os municípios legalmente dispõem para a gestão do território são o Plano Diretor Municipal (PDM), o Plano de Urbanização (PU) e o Plano de Pormenor (PP). Destes o que está mais vocacionado para incluir propostas de regeneração

económica e social é o PDM. No entanto atendendo ao demorado processo que atualmente rege a elaboração dos PDM torna-se difícil usar este instrumento para o desenvolvimento económico e social. De um modo geral recorre-se a meios mais expedidos, nomeadamente através de projetos financiados pelos fundos comunitários.

5. Tem existido uma estratégia clara da autarquia para a reconverter económica, urbanística e socialmente estas áreas? Qual ou quais?

Julgo que não há dúvida de que a autarquia tem estratégias para a reconversão destas áreas, mesmo que não estejam explicitamente escritas. O desaparecimento das grandes unidades industriais, grandes consumidoras de mão-de-obra, deixou uma marca social pesada, por via do desemprego que originou e isso obriga a autarquia a desenvolver programas e projetos que promovam soluções para o reingresso na vida ativa. Por outro lado também desenvolve ações de apoio aos empresários e de diversificação da base económica, em sede de revisão do PDM, através da classificação do uso do solo, de modo a criar espaços atrativos para empresas de diversa natureza e dimensão.

6. Se sim, como avalia a eficácia dessa estratégia?

Neste âmbito e dentro das suas competências, julgo que a autarquia tem sido eficaz na aplicação das medidas que se tem proposto desenvolver.

7. Que medidas concretas estão em curso ou estão previstas para a reconversão destas antigas áreas industriais do concelho do Seixal?

Elaboração de Planos de Pormenor para áreas que abrangem estes territórios e a delimitação de três categorias de Espaços de Atividades Económicas (indústria pesada, indústria e logística e atividades compatíveis com a função residencial) na proposta de ordenamento do território da revisão do PDM.

8. Considera que a reconversão económica do concelho passa pela sua “reindustrialização” e que deve este ser um objetivo da política e da estratégia autárquica para o desenvolvimento do concelho? Sim ou Não? Porquê?

Sim, porque a produção industrial é uma mais-valia que gera riqueza para o município, proporciona emprego e diversifica a funcionalidade do território, tornando-o mais equilibrado.

9. Qual(is) das seguintes estratégias deverá(ão) ser seguida(s) pela autarquia para assegurar a reconversão económica daquelas zonas industriais e do próprio concelho do Seixal?

x	Requalificação e/ou regeneração urbana
x	Reconversão de usos dos espaços/edifícios
x	Dotação de infraestruturas físicas e tecnológicas de apoio a projetos empresariais inovadores
x	Medidas de estímulo à melhoria da competitividade do território: de natureza fiscal ou outras
x	Medidas de estímulo à reindustrialização do território
x	Intervenções integradas: projetos âncora ou grandes eventos
	Outras. Quais?

10. Quais os limites ou condicionantes da gestão autárquica para a boa resolução deste tipo de problemas?

- Limites de ordem financeira. Qualquer programa ou ação exige investimento e nem sempre é possível garanti-lo. O recurso a fundos comunitários também é caro pois muitas vezes a necessária comparticipação da autarquia inviabiliza a candidatura à comparticipação.
- Limites de ordem técnica. Os planos de ordenamento do território demoram muitos anos a serem aprovados o que os torna incompatíveis com a necessidade de intervenções muito concretas e em tempo útil.
- Limites de ordem processual. Muitas vezes a necessidade de consultar várias entidades, com diferentes tempos de resposta, inviabiliza a concretização de soluções que não se desenvolvem por incapacidade do sistema de as acolher e potenciar.

Anexo 2

Segunda entrevista Semi-diretiva realizada em 20 de agosto de 2013 no âmbito da dissertação de Mestrado dirigida a agentes técnicos, agentes políticos e especialistas, Dra. Graça Filipe, técnica superior da Câmara Municipal do Seixal, anterior chefe de Divisão do Património Histórico e Natural.

1. Quais são as principais áreas industriais problemáticas do concelho do Seixal?

A resposta depende da perspetiva por que entendamos os problemas. Do ponto de vista ambiental (em sentido global), creio ser problemática a área da antiga siderurgia nacional. E em seguida as áreas industriais que estiveram afetas à produção de explosivos, principalmente a de Pinheiro da Cruz/Corroios. Do ponto de vista do ordenamento e uso do espaço urbano, creio serem ainda problemáticas a área ribeirinha de Amora, a área da antiga Companhia de Lanifícios de Arrentela, a área da antiga Mundet-Seixal e a área da antiga fábrica de pólvora de Vale de Milhaços. Em todas estas áreas se colocam desafios à integração/valorização de uma herança cultural industrial, inscrita na paisagem.

2. Quais as principais razões que levaram à descontinuação das unidades industriais do Seixal?

Generalizando, foram razões globalmente decorrentes da crise económica e desindustrialização a partir da década de 1970, da revolução democrática de 1974 e das decorrentes mudanças sociais e políticas e da adesão europeia de Portugal. Num âmbito local, creio estar por estudar o caso do Seixal, em cujo território até certo ponto se mantiveram algumas atividades industriais como a construção e reparação naval e a siderurgia (ainda que passando da via integrada para a produção com matérias-primas recicladas).

3. Quais são os principais problemas existentes nestas antigas áreas industriais?

Indiretamente já respondi parcialmente a esta questão. Lidamos com problemas ambientais e de ordenamento e reconversão dos espaços urbanos. Numa visão

holística e aprofundada, temos um problema de desenvolvimento do território, incluindo o emprego das populações e a qualidade de vida dos habitantes.

4. Qual o papel dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território na regeneração económica e social destes territórios?

Considero que esses instrumentos são vitais. Não sendo a pessoa mais indicada para reportar a situação concreta e como é que o PDM (e/ou alguns planos de pormenor) cumpriram esse papel, o que posso constatar é que os processos se têm arrastado por demasiado tempo e que na prática se deu lugar à especulação imobiliária e se privilegiou o crescimento urbanístico.

5. Tem existido uma estratégia clara da autarquia para a reconverter económica, urbanística e socialmente estas áreas? Qual ou quais?

Como cidadã, não me são dadas a reconhecer linhas estratégicas claras para essa reconversão.

6. Se sim, como avalia a eficácia dessa estratégia?

Pela minha resposta anterior, não possuo dados para responder a esta questão.

7. Que medidas concretas estão em curso ou estão previstas para a reconversão destas antigas áreas industriais do concelho do Seixal?

Não possuo informação para responder à questão. E embora, no contexto profissional, como técnica superior da autarquia, acompanhe as questões do património industrial (ou em vias de musealização no âmbito do Ecomuseu Municipal, ou inventariado na Carta do Património do Concelho do Seixal, ou mesmo classificado, no caso da antiga fábrica de pólvora de Vale de Milhaços e do conjunto do Alto-forno da Siderurgia Nacional), não se conhece ainda a aprovação de um plano estratégico para a reconversão de áreas como a da Mundet-Seixal (municipalizada em 1996), por exemplo.

8. Considera que a reconversão económica do concelho passa pela sua “reindustrialização” e que deve este ser um objetivo da política e da estratégia autárquica para o desenvolvimento do concelho? Sim ou Não? Porquê?

Sim, nuns casos; não em outros.

Por questões ambientais e de sustentabilidade (desenvolvimento), há áreas que não creio passíveis de reindustrialização. Mas noutros casos penso que se deveriam reafectar algumas áreas e espaços a indústrias do sector tecnológico, criativo e também turístico. Não considero que o conceito seja o de «reindustrializar», mas essa é matéria que creio transcender a minha resposta a este inquérito.

9. Qual(is) das seguintes estratégias deverá(ão) ser seguida(s) pela autarquia para assegurar a reconversão económica daquelas zonas industriais e do próprio concelho do Seixal?

Requalificação e/ou regeneração urbana, Reconversão de usos dos espaços/edifícios, Dotação de infraestruturas físicas e tecnológicas de apoio a projetos empresariais inovadores, Medidas de estímulo à melhoria da competitividade do território e outras, nomeadamente o desenvolvimento do projeto patrimonial (e componente ecomuseológica) a que se tem chamado Ecomuseu Municipal do Seixal (para que foi aprovado em 2001 um Programa de Qualificação e Desenvolvimento, que não veio a ter praticamente concretização, embora se propusessem linhas de conectividade e de uso do património como recurso de desenvolvimento local).

10. Quais os limites ou condicionantes da gestão autárquica para a boa resolução deste tipo de problemas?

Sucintamente, creio que a identificação e a resolução de tais problemas decorrem de vontade política, de modelo de funcionamento da autarquia (em sucessivos ciclos políticos) e de aparelho técnico e estrutura operacional para esse desafio.

Anexo 3

Terceira entrevista Semi-diretiva realizada em março de 2014 no âmbito da dissertação de Mestrado dirigida a agentes técnicos, agentes políticos e especialistas, Dra. Paula Magalhães, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Estratégico.

1. Quais são as principais áreas industriais problemáticas do concelho do Seixal?

Os espaços ocupados pela antiga Siderurgia Nacional, a SPEL (Fábrica de Explosivos), a Fábrica da Pólvora de Vale de Milhaços, a Mundet, são os principais espaços.

2. Quais as principais razões que levaram à descontinuação das unidades industriais do Seixal?

As principais razões prendem-se com as alterações nos processos de fabrico e a globalização da economia que permitiu uma abertura a novos mercados e a novos processos de produção.

3. Quais são os principais problemas existentes nestas antigas áreas industriais?

O maior problema existente é a contaminação dos terrenos. Noutros casos verificam-se problemas relativos à propriedade dos edifícios, pois alguns são privados, outros são em parte propriedade da Câmara mas não na totalidade. Há casos em que toda a fábrica desapareceu assim como toda a memória do seu património (como é o caso da Wicander no Seixal).

4. Qual o papel dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território na regeneração económica e social destes territórios?

No quadro da revisão do PDM a classificação do uso do solo permite valorizar os territórios. Tem de existir uma visão genérica para o nosso território que nos permita recuperar as áreas com atividades que tragam mais valias e competitividade,

conseguir dotar as áreas degradadas de funções que captem população, postos de trabalho e riqueza para o desenvolvimento local. Procurar soluções financeiramente sustentáveis (visão, instrumentos e soluções sustentáveis).

5. Tem existido uma estratégia clara da autarquia para a reconverter económica, urbanística e socialmente estas áreas? Qual ou quais? Se sim, como avalia a eficácia dessa estratégia?

Sim. Estão a ser tomadas medidas nesse sentido, nomeadamente, existe um grupo de trabalho com o objetivo de preservar locais que já foram indústria e encontrar alternativas sustentáveis. A aposta é num modelo misto com capacidade de captar investimento e qualificar o território.

6. Que medidas concretas estão em curso ou estão previstas para a reconversão destas antigas áreas industriais do concelho do Seixal?

No contexto nacional há esperança relativamente ao projeto Arco Ribeirinho Sul. É um projeto diferente que se se conseguir desenvolver, ao nível da Siderurgia Nacional terá impactos muito positivos em todo o concelho e mesmo à escala metropolitana.

7. Considera que a reconversão económica do concelho passa pela sua “reindustrialização” e que deve este ser um objetivo da política e da estratégia autárquica para o desenvolvimento do concelho? Sim ou Não? Porquê?

Sim embora não só. A aposta não deve ser no desenvolvimento unifuncional. A indústria é necessária pois cria riqueza e postos de trabalho, mas deve ser com conta peso e medida. Além disso é uma atividade que requer controlos de qualidade muito apertados.

8. Qual(is) das seguintes estratégias deverá(ão) ser seguida(s) pela autarquia para assegurar a reconversão económica daquelas zonas industriais e do próprio concelho do Seixal?

Todas estas estratégias são muito importantes e devem ser implementadas em alturas diferentes para se atingirem os melhores resultados. Acrescentaria ainda medidas relativas às áreas de reabilitação urbana.

9. Quais os limites ou condicionantes da gestão autárquica para a boa resolução deste tipo de problemas?

Atualmente os maiores condicionantes são financeiros. As propostas que têm sido apresentadas, que deviam contar com apoios a nível governamental, estão a ser implementadas com o esforço do próprio município.

Anexo 4

Guião de Entrevista Semi-diretiva a realizar no âmbito da dissertação de Mestrado dirigida a agentes económicos locais:

1. Quais são as principais áreas industriais problemáticas do concelho do Seixal?
2. Na sua perspetiva, que razões levaram ao encerramento da atividade na Siderurgia Nacional?
3. Que consequências teve esse encerramento para a população de Paio Pires?
4. Em termos do território, foram tomadas medidas para revitalizar as áreas que ficaram sem atividade? O que poderia ter sido feito?
5. Tem existido uma estratégia clara da autarquia para a reconverter económica, urbanística e socialmente estas áreas? Qual ou quais?
6. Se sim, como avalia a eficácia dessa estratégia?
7. Considera que a reconversão económica do concelho passa pela sua “reindustrialização” e que este deve ser um objetivo da política e da estratégia autárquica para o desenvolvimento do concelho? Porquê?
8. Quais os limites ou condicionantes da gestão autárquica para a boa resolução deste tipo de problemas?

Anexo 5

Listagem de projetos de investimento em estudo para o concelho do Seixal:

- A área da antiga fábrica da Mundet potencial para instalação de hotel e atividades económicas criativas e inovadoras.
- A Quinta da Trindade potencial para instalação de hotel de charme/design ou atividade turística compatível.
- O Moinho de Maré dos paulistas com potencial para instalação de atividade turística/lazer/cultural ou outra compatível com o território e área envolvente.
- A Frente Ribeirinha de Arrentela, junto à Quinta da Fidalga (antigo cais) com potencial para instalação de atividades de restauração ou outras compatíveis.
- O Porto de recreio junto à Navaltagus com potencial para instalação de porto de recreio privado.
- Projeto Arco Ribeirinho Sul nomeadamente, o território da ex-Siderurgia que ocupa uma área de 537 há, pode distinguir-se em três tipos diferentes áreas:
 - Zona Sul - área com cerca de 200 ha, (3.^a fase do PIS), atividades económicas a desenvolver: Indústria e Logística;
 - Zona Central - área com cerca de 218 ha, (SN Seixal, Lusosider, Alto Forno, e a Lagoa da Palmeira), atividades económicas a desenvolver: Indústria Transformadora Pesada;
 - Zona Norte - com cerca de 118 há, atividades económicas a desenvolver: Atividades Económicas Compatíveis com a Função Residencial.
- Os Terrenos do antigo parque Oficinal do Fogueteiro considera-se o recurso com potencial para a criação de um Business Centre, com serviços de apoio: restauração, hotelaria, comércio,
- Terrenos da antiga Fábrica de Lanifícios de Arrentela que possuem potencialidades para qualquer intervenção de requalificação que mantenha os edifícios existentes e preserve a memória da antiga fábrica de lanifícios, integrando-a na Rota da Arqueologia Industrial, previsto no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do Seixal.
- Praia da Velha qualificação da praia para uso balnear e concessão para instalação de equipamentos de restauração e bebidas de apoio de praia.

- Baía do Seixal e Integrada na ARU – Área de Reabilitação Urbana do Seixal – captação de operadores marítimo-turísticos para dinamização do estuário, recuperação dos edifícios para possibilitar a criação de unidades hoteleiras de apoio nomeadamente, hostel, Residência, Hospedaria, Pensão, Quarto.